



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
NÚCLEO DE MEIO AMBIENTE - NUMA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS E  
DESENVOLVIMENTO LOCAL - PPGEDAM**

**CLAUDIONOR LIMA DIAS**

**O POVO TEMBÉ DA TERRA INDÍGENA ALTO RIO GUAMÁ:  
construindo vias de desenvolvimento local?**

**Belém-Pa  
2010**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
NÚCLEO DE MEIO AMBIENTE - NUMA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS E  
DESENVOLVIMENTO LOCAL - PPGEDAM**

**CLAUDIONOR LIMA DIAS**

**O POVO TEMBÉ DA TERRA INDÍGENA ALTO RIO GUAMÁ:  
construindo vias de desenvolvimento local?**

**Dissertação apresentada para obtenção do grau de mestre em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará.**

**Área de concentração: Gestão Ambiental.**

**Orientador: Prof. Dr. Thomas Adalbert Mitschein.**

**Belém-Pa  
2010**

CLAUDIONOR LIMA DIAS

**O POVO TEMBÉ DA TERRA INDÍGENA ALTO RIO GUAMÁ:  
construindo vias de desenvolvimento local?**

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará.  
Área de concentração: Gestão Ambiental.

Defendido e aprovado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Banca examinadora:

---

Prof. Dr. Thomas Adalbert Mitschein  
NUMA / Universidade Federal do Pará  
Orientador

---

Prof. Dr. Breno Cezar de Oliveira Imbiriba  
NUMA / Universidade Federal do Pará  
Examinador Interno

---

Profa. Dra. Eneida Corrêa de Assis  
IFCH / Universidade Federal do Pará  
Examinador Externo

Aos meus pais Manoel Dias e Maria Nilza, a minha companheira Leila e irmãos Nelson, Nilson, Nei, Socorro e Joab.

DIAS, Claudionor Lima.

O povo Tembé da terra Indígena Alto Rio Guamá: construindo vias de desenvolvimento local ? / Claudionor Lima Dias; orientador: Thomas Adalbert Mitschein; 2010.

82f.

Dissertação (mestre em gestão de Recursos Naturais e desenvolvimento Local na Amazônia). – Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

1. Índios Tembé. 2. Desenvolvimento. 3. Desenvolvimento Local. 4. Autonomia Sócioambiental. I. Mitschein, Thomas Adalbert, orientador. II. Título.

CDD. 980.58115

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente, a Deus. Mesmo com todas as dificuldades no decorrer da vida (e de graduação). Ele deu-me a opção da escolha de caminhos.

À educação dada pela família inicialmente, que me permitiu chegar até aqui.

À Universidade Federal do Pará através do Programa de Pós-Graduação em Gestão dos Recursos e Desenvolvimento Local - PPGEDAM pela acolhida e oportunidade da elaboração deste trabalho, principalmente aos companheiros da Secretaria do Curso.

Ao Prof. Dr. Thomas Adalbert Mitschein pela atenciosa orientação, amizade e ensinamentos que foram de extrema importância para meu crescimento pessoal, profissional e intelectual na realização deste trabalho.

Ao Povo Indígena Tembé da qual prezo amizade e confiança de ser parceiro nas lutas enfrentadas em busca de iniciativas que apontem para a melhoria da sua qualidade de vida.

A direção e todos os funcionários do Núcleo e Meio Ambiente e do Programa Pobreza e Meio Ambiente na Amazônia pela atenção e dedicação proporcionadas no decorrer deste trabalho.

Aos colegas e amigos do grupo pelo apoio e convivência agradável durante todos esses anos.

Ao meu amigo Juscelino Bessa, pelo apoio prestado através da sua pessoa e como representante da Fundação Nacional do Índio – Coordenação Regional de Belém.

A minha irmã e amiga Ana Claudia, pelas discussões esclarecedoras e apoio na construção desta pesquisa.

E a todos que direta ou indiretamente colaboraram com esta jornada de graduação.

## RESUMO

A demarcação das terras indígenas é, sem dúvida, uma condição necessária para proteger as populações e a sociodiversidade nelas existentes. No entanto, se esse processo, não for acompanhada por iniciativas capazes de proporcionar a gestão ambiental e territorial, a melhoria da qualidade da saúde e da educação, a garantia de segurança alimentar e a geração de renda, estas populações, dificilmente, resistirão, a longo prazo, as tentativas dos agentes externos de se apropriarem dos recursos naturais de maneira ilegal e, via de regra, por preços irrisórios. Esta dissertação de mestrado tem a intenção de indicar eixos estruturantes para a construção de um projeto de desenvolvimento local para o povo Tembé, tomando como base a sua trajetória histórica. Como método de análise do objeto da pesquisa proposta, fez-se a opção pelo estudo de caso, utilizando o instrumental da observação participante, a qual possibilitou a análise dos dados qualitativos e quantitativos coletados no campo e no conjunto de documentos institucionais sobre a condição sócio-ambiental do Povo Tembé, foi ainda, um trabalho contínuo de discussão e reflexão com os atores envolvidos sobre as transformações na realidade vivida pelos Tembé. O projeto busca discorrer num primeiro momento sobre a trajetória histórica do povo indígena Tembé. Em outro momento procuramos considerar o contexto de envolvimento dos Tembé com a sociedade nacional e as consequências geradas pelos diferentes ciclos de desenvolvimento para esta população indígena, a qual tem uma forma própria de organização social, política, econômica, religiosa e cultural, diferente relação com a natureza, meios diversos de utilização dos recursos naturais e, portanto, uma compreensão diferenciada do desenvolvimento. E finalmente culmina na indicação dos eixos de intervenção para a construção de um projeto de desenvolvimento local, necessário à reconquista da autonomia sócioambiental e cultural do Povo Tembé.

Palavra-chave: Índios Tembé; Desenvolvimento; Desenvolvimento Local, Autonomia Sócio-Ambiental.

## **ABSTRACT**

The demarcation of Indian land is undoubtedly a necessary condition for the protection of their social diversity. Nevertheless, if the demarcation is not followed by initiatives capable to provide environmental and territorial management, improvement of health and education, and guarantee food and income security, the Indian populations hardly will be able to resist, on the long term, attempts of external agents to appropriate of Indian's natural resources, usually illegally and inexpensively. This Master Thesis presents the historical trajectory of the Temb  People, the factors causing the social and environmental degradation of the Alto Rio Guam  Indigenous Land, and the necessity to present clear directions for a project of local development for this Indian people. The analytical method was base on case studies, with direct personal contact on the field and collecting institutional documents about the social and environmental condition of the Temb  people. The analysis is also based on a set of discussions with the main actors at the region about the changes in the lifestyle of the Temb  people. This work also consider the development stage of the Temb  people in the context of the occidental society around it, and the consequences of the contact of these two cultures, as the Indian population has a very special organizational set up, with its own policies, economy, religion, culture, very different relation with Nature, and diverse means to use natural resources, leading to a very different understanding of Development. Finally we close by presenting clear directions for a possible local development project. A project necessary if one wants the Tamb  people to regain their autonomy as a Nation.

**Keywords:** Temb  Indians, Development, Local Development, Social and Environmental Autonomy

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1	Território de Origem dos Tenetehara .....	23
Mapa 2	Ocupação do Território do Povo Tembé no Estado do Pará ..	24
Mapa 3	Terra Indígena Alto Rio Guamá (TIARG), Território dos Tembé Tenetehara .....	25
Mapa 4	Mapa Adaptado da Terra Indígena Alto Rio Guamá .....	31
Mapa 5	Localização das Aldeias da Região do Rio Guamá .....	36
Mapa 6	Localização da Aldeias da Região do Rio Gurupi / Rio Uraim	39

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1	Mapa original da Reserva Indígena Alto Rio Guamá .....	28
Fotografia 2	Vista da Aldeia Frasqueira .....	37
Fotografia 3	Vista da Aldeia Frasqueira .....	37
Fotografia 4	Vista da Aldeia São Pedro .....	37
Fotografia 5	Casas da Aldeia São Pedro .....	37
Fotografia 6	Casa de Farinha .....	37
Fotografia 7	Casa de Reunião .....	37
Fotografia 8	Ramada (Casa de Reunião/Festa) .....	40
Fotografia 9	Casa de Farinha .....	40
Fotografia 10	Ramada (Casa de Reunião/Festa) .....	40
Fotografia 11	Acesso Aldeia Tekohaw .....	40
Fotografia 12	Vista Aldeia Cajueiro – Ramada .....	40
Fotografia 13	Vista Aldeia Cajueiro .....	40
Fotografia 14	Roçado Aldeia Cajueiro .....	66
Fotografia 15	Galinheiro Aldeia Tekohaw .....	67
Fotografia 16	Manejo em Apicultura na Aldeia São Pedro .....	68
Fotografia 17	Família Tembê Fazendo Farinha na Aldeia Pinawa .....	70

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Faixa Etária do Povo Tembé da TIARG .....	35
Tabela 2	Localização Aldeias / nº de Famílias Região do Guamá (Santa Luzia do Pará) .....	36
Tabela 3	Tabela 2 – Localização Aldeias / nº de Famílias Região do Gurupi (Paragominas) .....	39
Tabela 4	Escolaridade do Povo Tembé da TIARG .....	41
Tabela 5	Atividades Produtivas-Econômicas Desenvolvidas pelos Tembé .....	43
Tabela 6	Atividades Produtivas-Econômicas que os Tembé Gostariam de Desenvolver .....	44
Tabela 7	Quadro Referente à Situação das Associações Indígenas .....	61
Tabela 8	Tabela 8: Investimentos e Fontes de Financiamento de Projeto para os Tembé da TIARG .....	78

## LISTA DE ABREVIATURAS

ABA	Associação Brasileira de Antropologia
ABRALIN	Associação Brasileira de Linguística
ANTAPAMA	Associação dos Povos Tupi do Pará, Amapá e Maranhão
ADARTGMA	Conselho das Aldeias Tembé do Triângulo do Alto Rio Guamá
AGITASE	Associação do Grupo Indígena Tembé das Aldeias Sede e Ituaçu
AGITARGMA	Associação do Grupo Indígena Tembé do Alto Rio Guamá
APIGU	Associação dos Povos Indígenas do Gurupi
BR	Rodovia Federal
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
EMATER	Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural
FUNAI	Fundação Nacional dos Índio
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ISA	Instituto Sócio-Ambiental
IVR	Instituto Vitória Régia
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MPF	Ministério Público Federal
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONG	Organização Não-Governamental
PA	Rodovia Estadual
PAA	Programa Aquisição de Alimentos
PIN	Posto Indígena
SAGRI	Secretaria de Estado de Agricultura
SEMA	Secretaria de Estado de Meio Ambiente
SEDUC	Secretaria de Estado de Educação
SPI	Serviço de Proteção aos Índios
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
TIARG	Terra Indígena Alto Rio Guamá

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
1.1	ANTECEDENTES .....	15
2	<b>PROCEDIMENTO METODOLOGICO</b> .....	17
2.1	ESTUDO DE CASO .....	17
3	<b>OBJETIVO GERAL</b> .....	20
3.1	OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	20
4	<b>HIPÓTESE</b> .....	21
5	<b>A TRAJETÓRIA HISTÓRIA DO POVO TEMBÉ: ASPECTOS BÁSICOS</b> .....	22
5.1	DINÂMICAS DA INTEGRAÇÃO DO POVO TEMBÉ NA SOCIEDADE BRASILEIRA .....	26
5.2	DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL DA TERRA INDÍGENA ALTO RIO GUAMÁ .....	30
5.2.1	Situação fundiária .....	30
5.2.2	Acesso, hidrografia, vegetação e clima .....	33
5.2.3	População e organização social .....	34
5.2.4	Educação .....	41
5.2.5	Atividades econômicas .....	41
5.3	DESTRUIÇÃO E REORGANIZAÇÃO SOCIOAMBIENTAL .....	45
6	<b>O DESAFIO DO DESENVOLVIMENTO PARA OS POVOS INDÍGENAS</b> .....	48
6.1	CONHECIMENTO TÉCNICO CIENTÍFICO E O SABER TRADICIONAL DOS INDÍGENAS ENQUANTO FERRAMENTAS PARA IMPLEMENTAÇÃO DE ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL .....	50
6.2	PROGRAMAS DE INVESTIMENTOS GOVERNAMENTAIS E NÃO GOVERNAMENTAIS COMO INSTRUMENTOS NEGAÇÃO X AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE E DA AUTONOMIA .....	52
6.3	AMEAÇAS EXTERNAS/INTERNAS .....	55
6.3.1	Sobre os invasores das terras dos Tembé .....	55
6.3.1.1	Pequenos posseiros .....	56
6.3.1.2	Pecuaristas .....	56
6.3.1.3	Madeireiros .....	56
6.3.1.4	Traficantes .....	57
6.3.2	As questões Internas .....	57

7	<b>INICIATIVAS DE AUTO-ORGANIZAÇÃO DO POVO TEMBÉ: CONSTRANGIMENTOS E PERSPECTIVAS .....</b>	58
7.1	ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS (ASSOCIAÇÕES) .....	58
8	<b>ASSOCIANDO POBLEMAS GLOBAIS COMO A MUDANÇA CLIMÁTICA E PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE COM A DEFINIÇÃO DE CAMINHOS DE DESNVOLVIMENTO LOCAL NA TIARG .....</b>	63
8.1	EIXOS DA PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL À TIARG..	63
8.2	EIXO 1: PROJETOS PARA A GERAÇÃO DE EMPREGO, TRABALHO, RENDA E SEGURANÇA ALIMENTAR .....	65
8.2.1	Projetos de base agroecológica .....	65
8.2.2	Projeto de difusão de tecnologias apropriadas de processamento de matérias-primas (farinha, mel, frutas) para agregação de valor aos produtos agroextrativistas .....	69
8.2.3	Projeto de Formação profissional .....	70
8.2.4	Projeto de artesanato indígena .....	71
8.3	EIXO 2: GESTÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL DA TIARG .....	72
8.3.1	Projeto de conservação ambiental e fixação de carbono .....	73
8.3.2	Projeto de gestão territorial .....	74
8.3.3	Projeto de manejo de recursos florestais não madeireiros .....	74
8.3.4	Projeto de viveiros para produção de mudas .....	75
8.4	EIXO 03: GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS E ASSOCIAÇÕES INDÍGENAS .....	75
8.4.1	Projeto de gestão de empreendimentos familiares e coletivos.....	76
8.4.2	Projeto de fortalecimento das associações indígenas .....	76
8.5	EIXO 04: ASSESSORIA TÉCNICA AOS PROJETOS SOCIOAMBIENTAIS .....	77
8.6	EIXO 05: INFRA-ESTRUTURA E LOGÍSTICA NECESSÁRIAS .....	77
8.7	EIXO 06: CAPTAÇÃO RECURSOS PARA A PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL .....	77
9	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	80
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	82
	<b>APÊNDICE .....</b>	86
	<b>ANEXOS .....</b>	104

## 1 INTRODUÇÃO

### 1.1 ANTECEDENTES

O que me motivou para elaborar esta dissertação, foi uma relação de trabalho que desenvolvi com o povo Tembé em diversos momentos da minha vida profissional: Como chefe da Divisão de Assistência, na Fundação Nacional do Índio – Administração Executiva Regional de Belém nos anos de 1997 a 2001, como Representante Legal da Bolsa Amazônia, a qual foi signatária do Termo de Cooperação Técnico nº 002/2008 (anexo 1), da Procuradoria Regional do Pará, do Ministério Público Federal, e como Coordenador Técnico do Projeto “Povo Tembé: sustentabilidade na Terra Indígena do Alto Rio Guamá – Estado do Pará” (anexo 3), executado nos anos de 2008 e 2009 através de Convênio nº 032/2007, firmado entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a ONG Instituto Vitória Régia.

Essas experiências me deram à possibilidade de conhecer mais profundamente os problemas sócio-culturais desta etnia, causados pela ocupação do seu território por parte dos mais diversos protagonistas da sociedade brasileira. Na realidade, toda a história dos Tenetehara é marcada por lutas contra invasores e conquistas obtidas com sacrifício e coragem, em situações marcadas pelo predomínio de preconceitos e interesses econômicos da sociedade envolvente. Historiadores e outros segmentos sociais chegaram a prever a extinção da etnia há 50 anos, mas os Tembé, em seus rituais tradicionais, reafirmaram a grandeza de seu povo, sempre renovando o orgulho de se sentir um verdadeiro "Tenetehara", como se autodenominam (MITSCHHEIN, 2008).

A partir do estabelecimento do contato e, mais marcadamente, pela doação do território aos índios, em 1945, pelo Estado do Pará, os conflitos fundiários serão uma tônica constante na história dos Tembé, alvos de inúmeras invasões em seu território, motivados pela extração ilegal de madeira, pesca predatória, tentativas de ocupação permanente por agricultores não índios e ultimamente traficantes de drogas. O desafio para o novo milênio exige iniciativas para a reversão das tendências de devastação sócio-ambiental na Terra Indígena Alto Rio Guamá (TIARG), assim como, a superação de questões como o preconceito racial, a exclusão social, a falta de apoio na formulação de programas e projetos que visem transferência e gestão de tecnologias apropriadas, garantia de segurança alimentar, cuidados e preservação da saúde, a gestão ambiental e territorial à sobrevivência

(DIAS, 2008). Enfim, questões sérias que ameaçam a segurança e a tranquilidade daqueles que vivem no território do Alto Guamá.

Diante deste quadro, o trabalho aqui apresentado, procura indicar propostas para a construção de um Programa de Desenvolvimento Local para a Terra Indígena Alto Rio Guamá. É importante destacar que a busca de alternativas de desenvolvimento local deve estabelecer uma ponte entre o saber tradicional dos indígenas com o *modern Knowledge system* da sociedade informatizada que é referencial dos agentes externos que participam deste processo (MIRANDA 2005). Entendemos este saber como "um conhecimento a respeito do mundo natural e sobrenatural, transmitido oralmente, de geração em geração, [...] práticas e inovações e não um simples repositório de conhecimentos do passado. É um modo de produzir inovações e transmitir conhecimentos por meio de práticas específicas" (GALLOIS, 2000).

## 2 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

### 2.1 ESTUDO DE CASO

Optamos nesta pesquisa pela utilização do método de estudo de caso que, de acordo com Yin “é uma forma de fazer pesquisa empírica que investiga fenômenos contemporâneos dentro de seu contexto de vida real, em situações em que as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não estão claramente estabelecidas, onde se utiliza múltiplas fontes de evidência” (apud GODOY, 1995, p.23). O objetivo é aprofundar a descrição de determinado fenômeno, podendo o investigador optar pelo estudo de situações típicas (semelhante a muitas outras do mesmo tipo) ou não-usuais. É um tipo de pesquisa cujo objeto de estudo é uma unidade que se analisa em profundidade, podendo ser um ambiente, uma pessoa ou uma situação (PIROLO, 2004).

Levando em conta que o estudo de caso é uma investigação empírica de um fenômeno atual no interior do seu verdadeiro contexto, quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são evidentes e quando são utilizadas múltiplas fontes de evidência, Yin, estabelece uma distinção entre estudo de caso, etnografia e observação participante. Em sua opinião, a etnografia requer estadias longas do investigador no local de investigação (fiel) e observação detalhada, enquanto que a observação participante pode não ser tão demorada, mas nem por isso deixa de exigir uma permanência relativamente longa no terreno.

Considerando que a etnografia e a observação participante usam exclusivamente dados qualitativos, o estudo de caso permite usar dados quantitativos e qualitativos, se apresentando, por esta razão, como o método mais adequado para a execução deste estudo. No que diz respeito à origem dos nossos dados coletados, levantamos, inicialmente, documentos da literatura acadêmica, representada por obras específicas sobre o povo Tembé (dissertações, teses e relatórios) e; literatura escrita e digital produzida pela Igreja (Conselho Indigenista Missionário – CIMI), ONGs como o Instituto Sócio-Ambiental (ISA), órgãos do governo federal e estadual como o Ministério Público Federal (MPF), Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Secretaria de Meio Ambiente (SEMA), Secretaria de Educação Estadual (SEDUC) e documentos administrativos do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), bem como, relatórios espalhados em diversos órgãos governamentais. Análise dos diagnósticos de campo sobre as ações empreendidas

através de projetos de desenvolvimento realizados com o povo Tembé na TIARG nos últimos dez anos (Anexos 2, 3 e 4), por instituições governamentais, Instituições Não Governamentais e Associações Indígenas.

A nossa pesquisa de campo abrangeu análises quantitativas por técnicas de amostragem e técnicas de coleta de dados qualitativos através da observação participante.

De acordo com Minayo e Sanches (1983), do ponto de vista metodológico, não existe contradição entre investigação quantitativa e qualitativa. Ambas são de natureza diferente. Os referidos autores afirmam que, do ponto de vista epistemológico, nenhuma das duas abordagens é mais científica do que a outra. Ou seja, uma pesquisa, por ser quantitativa não se torna “objetiva” e, portanto, “melhor”. Da mesma forma, uma abordagem qualitativa em si não garante a compreensão em profundidade de um determinado fenômeno.

Em resumo, pode ser dito que ambas são de naturezas diferenciadas, não excludentes e podem ou não ser complementares uma à outra na compreensão de uma dada realidade. Se a relação entre elas não é de continuidade, tampouco elas se opõem ou se contradizem. Somente quando as duas abordagens são utilizadas dentro dos limites de suas especificidades é que podem dar uma contribuição efetiva para o conhecimento (PAULILO, 2010).

No nosso caso concreto, aplicamos 164 questionários que forneceram dados valiosos sobre as condições sócio-econômicas e educacionais do povo Tembé.

No que diz respeito à observação participante, realizamos 12 visitas à TIARG, durante as quais discutimos com os Tembé a visão que têm do seu passado e da situação atual.

Proporcionando condições de interação social com os indígenas em seu próprio habitat, a observação participante que, pelo fato de abrir um diálogo entre o pesquisador e o pólo pesquisado, capaz de penetrar “a cultura do silêncio” (BRANDÃO 1981, P. 31), foi de fundamental importância o uso desta metodologia para poder traçar uma proposta de desenvolvimento local para o Povo Tembé a partir da análise dos aspectos básicos de sua trajetória histórica e das condições sócio-ambientais na TIARG. Finalmente, fazemos questão de destacar que a nossa atuação enquanto coordenação do PROJETO TENETEHARA, o qual foi concebido e executado através do Programa Pobreza e Meio Ambiente na Amazônia (POEMA) do Núcleo de Meio Ambiente (NUMA) da Universidade Federal do Pará (UFPA) e da

ONG Instituto Vitória Regia, criou às condições necessárias a realização deste estudo.

### **3 OBJETIVO GERAL**

Formular eixos estruturantes para construção de um programa de desenvolvimento local para o Povo Tembé a partir da análise de sua trajetória histórica e das condições sócio-ambientais na Terra Indígena do Alto Rio Guamá (TIARG).

#### **3.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

1. Analisar os aspectos básicos da trajetória histórica dos Tembé;
2. Diagnosticar a situação socioambiental vivenciada na TIARG;
3. Apresentar os eixos estruturantes para a construção de um plano de desenvolvimento local para os Tembé.

#### **4 HIPÓTESE**

A reversão das tendências de devastação sócio-ambiental na TIARG depende, fundamentalmente, da implementação de estratégias de desenvolvimento local. esta deve ser pautada em eixos estruturantes como: a geração de ocupação e renda; segurança alimentar; gestão territorial e dos recursos naturais; gestão dos empreendimentos produtivos e das organizações indígenas, entre outros. Considerando que as instituições públicas em nível federal estadual e municipal não dispõem – pelo menos não no volume necessário - dos recursos técnico-financeiros para avançar numa política desta natureza, se torna imperioso aproveitar os mecanismos do REDD (Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação), para a mobilização dos recursos necessários, associando necessidades locais com problemas globais como a mitigação dos gases efeito estufa.

## 5 A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO POVO TEMBÉ: ASPECTOS BÁSICOS

Segundo Assis, a literatura acerca dos Tembé pode ser classificada em quatro tipos: a literatura dos naturalistas, viajantes, atinentes aos séculos XIX e início do século XX; literatura de cunho administrativo, produzida pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e Fundação Nacional do Índio (FUNAI); a literatura acadêmica representada por obras específicas sobre esse povo, dissertações, teses e relatórios; e literatura escrita e digital produzida pela Igreja (Conselho Indigenista Missionário – CIMI), ONGs como o Instituto Sócio-Ambiental (ISA), órgãos do governo federal e estadual como o Ministério Público Federal (MPF), Secretaria de Meio Ambiente (SEMA) e Secretaria de Educação Estadual (SEDUC). É importante esclarecer que uma parte desta documentação se encontra inédita, por exemplo, a documentação administrativa do SPI e FUNAI, bem como relatórios espalhados em diversos órgãos governamentais. Em seguida discorreremos sobre os Tembé, a partir das informações e olhares presentes nesses documentos. (ASSIS e DIAS, 2009).

Conforme os registros de viajantes e cronistas dos séculos XVII, indicam que foi na região do Rio Pindaré, na Capitania do Maranhão<sup>1</sup> que parece ter sido o território original dos Tenetehara<sup>2</sup> (Tembé e Guajajara), que o contato com a civilização foi feito através da catequese em 1653, permanecendo nessa região até 1759 (CEDI, 1985, p. 181). No século XVIII ficaram sob a jurisdição das Diretorias formadas por Colônias, uma delas, a Colônia São Pedro do Pindaré, foi instalada por volta de 1840, na confluência do Rio Caru com o Pindaré. No entanto, a partir do final do século XIX, a região do Pindaré foi sucessivamente invadida. No alto Pindaré surgiu o povoado de Sapucaia e os Tenetehara se mudaram para as proximidades e passaram a trabalhar para os brasileiros na coleta de copaíba e borracha (GALVÃO e WAGLEY, 1961, p.26 apud CEDI, 1985, p. 182). Por volta de 1850, uma parte dos Tenetehara, conhecidos como Tembé, migraram para os Rios Guamá, Capim e Gurupi. Em 1871, foi fundada, num local denominado Traquateua, a Missão Nossa Senhora de Assunção, onde ficaram reunidos cerca de 500 a 600

---

<sup>1</sup> A Capitania do Maranhão tinha dois lotes sendo o primeiro de Fernão Aires com 75 léguas que começava na foz do rio Gurupi e ia até a foz do Rio Parnaíba; e o segundo lote pertencia a João de Barros e possuía 50 léguas e iniciava-se no extremo norte da colônia no Cabo de Todos os Santos em frente à Ilha do Marajó, e o limite sul era estabelecido pela foz do rio Gurupi.

<sup>2</sup> Os Guajajara (também conhecidos como Teneteara ou Tenetehara) são um dos povos indígenas mais numerosos do Brasil. Habitam onze terras indígenas na margem oriental da Amazônia, todas situadas no Maranhão.



encontram em nosso mercado” (DODT, [1872], 1981, p.84-90, apud SALES, 1993, p. 29, 30).

Autores divergem em teses e períodos sobre o contato com os índios Tembé. Alguns datam de meados do século XIX (NIMUENDAJU, 1944), o registro da sua presença, nas margens do Rio Gurupi, como um subgrupo dos índios Tenetehara, que teriam migrado das regiões dos Rios Pindaré e Carú, para o Estado do Pará, onde teriam se espalhado pelas cabeceiras dos Rios Gurupi, Capim, Guamá e Acará-Miri. Nesses rios, ficaram sob o novo regime indigenista que acabara de ser criado (1845). Cada província passou a ter um diretor geral, pois não havia um órgão indigenista encarregado de todos os índios do Império, e sob suas jurisdições ficavam os diretores de aldeia. Em 1862, no alto Gurupi, havia 16 aldeamentos e, na última década do século XIX, havia notícia de numerosos grupos Tembé não contatados. Outros autores registram a presença dos Tembé muito antes no final do século XVII, nas imediações da feitoria criada pelos jesuítas nas margens do Rio Guamá, onde hoje se localiza a Cidade de Ourém (MITSCHHEIN e FILHO, 2008).

**Mapa 2 – Ocupação do território do Povo Tembé no Estado do Pará**



Fonte: Adaptado do Mapa Etno Histórico de Curt Nimuendaju – 1944



## 5.1 DINÂMICAS DA INTEGRAÇÃO DO POVO TEMBÉ NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Impelidos pelos agentes do poder colonial para extração dos produtos da terra “descoberta”, como: cacau, urucu, puxuri, madeiras, entre outras, os indígenas estavam sujeitos sempre a abusos e extorsões praticadas pelos comerciantes, acontecendo conflitos recorrentes com os colonizadores. Apesar da presença de agentes do governo colonial e da imposição do comércio de trocas desiguais, os Tembé conseguiam manter certa autonomia na sua reprodução enquanto grupo indígena. O sistema colonialista obrigava às colônias a vender exclusivamente seus produtos a baixos custos à metrópole e, em troca, comprar seus caros produtos. Para que essa relação injusta pudesse sobreviver foi necessário recorrer à mão-de-obra escrava. Nessa realidade, índios e africanos foram os únicos perdedores. A exploração do Brasil pelos portugueses inicialmente (LISBOA, 2008),

Onde havia exploração econômica pelos colonizadores restringia-se o direito dos índios viverem suas culturas, impondo-se a catequese e a chamada civilização. Era uma forma violenta de dominação, como bem expressa Flores (2003, p. 20): “Para o índio a opção era ser ou ser cristão, a escravidão e a morte eram certas, a diferença era morrer cristão ou pagão”. Restava a eles fazer as pazes com o colonizador<sup>35</sup> ou fugir para regiões mais longínquas. Essa dinâmica de convivência marcou todo o período colonial, estendendo-se até a criação do SPILTIN – Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais, em 1910, por iniciativa do Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon.

No início do período republicano, o Estado Brasileiro retoma a assistência aos Tembé do Rio Gurupi por parte do SPILTIN<sup>3</sup>, em consequência da atividade de atração dos índios Ka'apor. Entre 1911 e 1929, o SPI criou três postos de atração. Em 1927, instalou o Posto Indígena Pedro Dantas, na ilha Canindé-Açu, próxima ao local onde os índios Ka'apor costumavam atravessar o Rio Gurupi, que se tornou o atual Posto Indígena Canindé (PIN CANINDÉ). Com a instalação dos postos do SPI, os Tembé foram sendo atraídos, abandonando as cabeceiras do Rio Gurupi e se instalando ao longo do seu médio curso. Serviram ao SPI como guias, remeiros, trabalhadores nas roças e na fabricação de farinha.

---

<sup>3</sup> SPILTIN - Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais, criado por Nilo Peçanha pelo Decreto n.º 8.072, de 20 de julho de 1910, e inaugurado em 7 de setembro do mesmo ano. Previa uma organização que, partindo de núcleos de atração de indígenas hostis e arredios, passava a povoações destinadas a indígenas já em caminho de hábitos mais sedentários e, daí, a centros agrícolas onde, já afeitos ao trabalho nos moldes rurais brasileiros, receberiam uma gleba de terras para se instalarem, juntamente com sertanejos (RIBEIRO, 1982). Denominado Posteriormente de SPI.

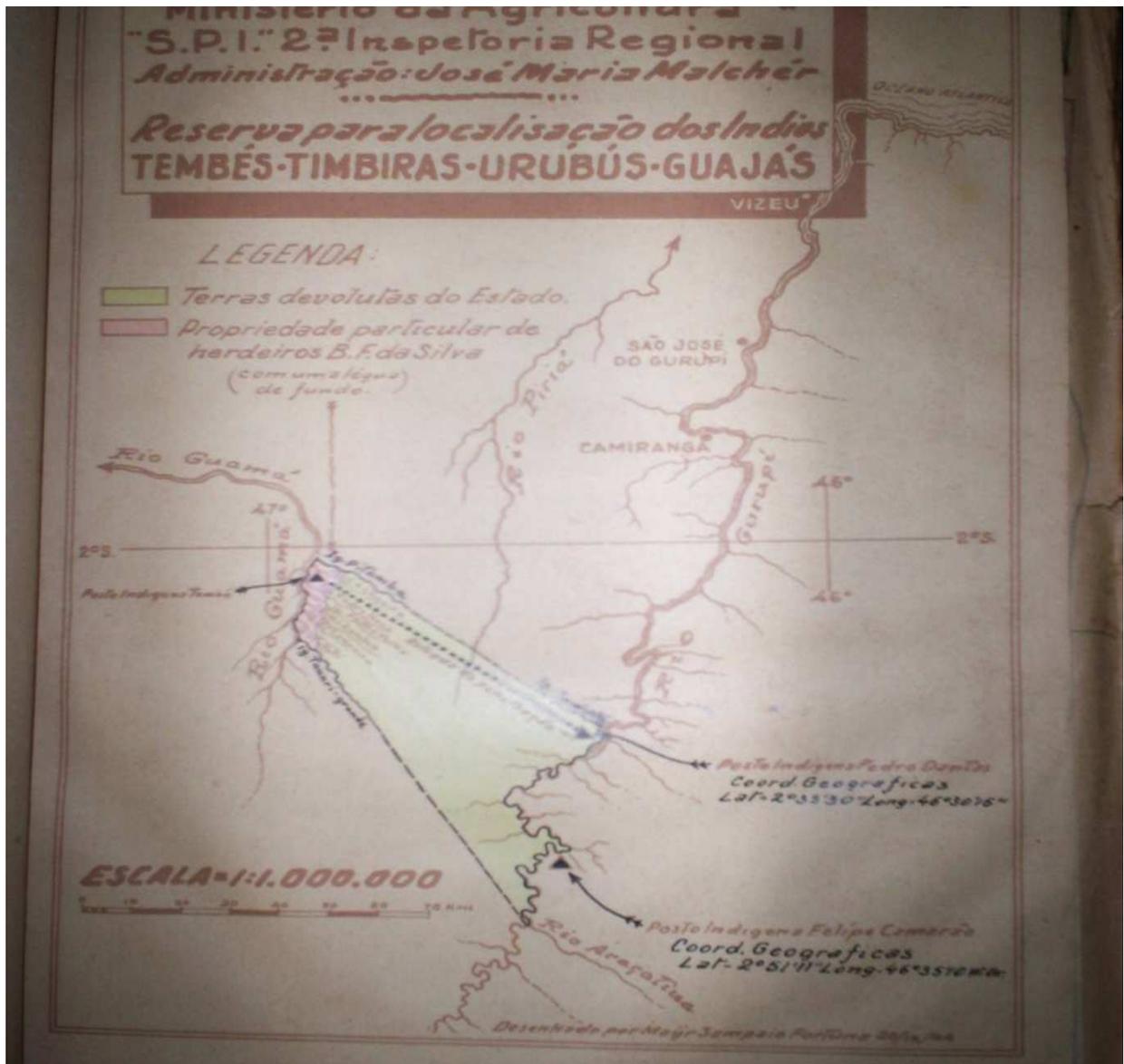
A partir de 1930 uma série de mudanças atingiu a região do Alto Guamá, provocadas pelo processo de criação de Capitão Poço, em função da chegada dos nordestinos. Esses estranhos eram considerados trabalhadores e sua imagem estava associada ao progresso, em contraste com os nativos que viviam à sombra das árvores (SAWYWER, 1979 apud SALES, 1993, p.15). A criação desse núcleo urbano, a chegada dos nordestinos, a intensificação dos conflitos fundiários, e a monetarização da economia local provocaram grandes impactos sobre os Tembé, em especial sobre a saúde do grupo que, vitimizados por epidemias, tiveram muitas vidas ceifadas (SALES, 1993, p. 15,16).

Os Tembé da região do Alto Guamá, cujo contato com os “civilizados” foi mais intenso e permaneceram sob o domínio de regatões e exploradores de madeiras, situação que se estendeu até os anos 1940.

Em 1945, quando já mantinham intensos contatos com os agentes da sociedade nacional, o SPI instalou o primeiro e único posto indígena na região da calha do rio Guamá. O Posto Tembé funcionou com o objetivo de transformar os indígenas em produtores rurais, segundo a ideologia do período, num regime de produção para venda e próprio consumo, engajando os índios nos serviços de lavoura extensiva. Criou ainda, uma cantina fornecia gêneros alimentícios, roupas e ferramentas aos índios, descontando as despesas na folha de pagamentos, instaurando através de seus agentes governamentais um “sistema de aviamento indígena”. Além disso, "Um número reduzido de Tembé que aceitaram se transferir para as imediações do posto, a resistência em aceitar trabalhar dessa forma aliados à questão de saúde precária devido a gripes e sarampos explicam os primeiros fracassos na tentativa de impor um modelo de trabalho no estilo de agricultura rural." (MORAES, 2008, pg. 8).

Estas atividades implantadas pelo SPI também favoreceram, na década de 50, a entrada de regionais para trabalhar nas roças do posto, remanescentes dos contingentes de “migrantes nordestinos que se estabeleceram para o desenvolvimento da pequena agricultura”, oriundos da região bragantina, nordeste paraense e dos seringais abandonados (WATRINE, 1998, pg. 1573). As investidas de caçadores de peles causaram danos à fauna afetando a vida social e econômica das aldeias.

Foto 1 – Mapa original da Reserva Indígena Alto Rio Guamá doada aos Tembés em 1945 pelo General Magalhães Barata, interventor do Estado do Pará – Fonte Arquivo SPI FUNAI-AER-BELÉM



Fonte: Documentos do SPI – Arquivo FUNAI AER-BELEM – Relatório Prelim. INRC-IPHAN/2009

Em 1960, a administração do Posto passou a facilitar a entrada de não índios, intensificando os casamentos interétnicos e enfraquecendo o uso da língua original (CEDI, 1985, p.183-4, ALONSO, 1996, p.25-31). Somados a estes eventos, um outro acontecimento veio impactar irreversivelmente a estrutura e o modo de vida da sociedade Tembés, as aberturas das rodovias Belém-Brasília (BR-010) e a Pará-Maranhão (BR-316), as qual faziam parte de um conjunto de ações estabelecidas pelas

(...) políticas governamentais (a Operação Amazônia e, posteriormente, o Programa de Integração Nacional) que tinham por objetivo desenvolver e povoar a Região Norte de forma a promover, de maneira definitiva, sua integração à economia brasileira.

É a partir dessa década que irão acontecer profundas modificações na dinâmica demográfica da Região Norte. A população, que estava próxima a 1,9 milhão, em 1960, passou, em 1980, para quase 6 milhões de habitantes. Delinearam-se, de forma mais nítida, novas tendências demográficas na Região, com a migração de nordestinos e sulistas em busca de “novas fronteiras” para explorar, e a maior urbanização que surge com a impossibilidade de fixação da crescente população nas zonas rurais. Principalmente na década de 70, verifica-se o impacto dos programas governamentais sobre a dinâmica demográfica da Amazônia (BRASIL, 1997).

As construções destas rodovias alteraram definitivamente a ocupação toda a região, atraindo muitos migrantes, de muitas regiões do Brasil. Essa mobilidade com intenso fluxo migratório, veio a causar grandes transformações mudando a forma de ocupação da Amazônia “(...) o povoamento regional que se localizou ao longo das rodovias e não mais ao longo da rede fluvial, como no passado, e no crescimento demográfico, sobretudo urbano” (BECKER, 2005, pg. 73). Cidades foram criadas, lugarejos ganharam vertiginoso crescimento populacional, e isto se refletiu como um enorme impacto sobre a terra habitada pelos Tembé, com muito mais intensidade na região do alto Rio Guamá, representadas pelas cidades de Capitão Poço, e os povoados de Garrafão do Norte e Piriá, e também na região do Rio Gurupi, com a criação do município de Paragominas e outras cidades próximas, trazendo como resultado a invasão das suas terras por empresas agropecuárias, madeireiras, fazendeiros e posseiros.

Outro fato bastante relevante para o povo Tembé na década de 70, já no tempo da FUNAI<sup>4</sup>, foi que boa parte dos homens das aldeias do rio Gurupi em idade adulta foram levados a trabalhar na rodovia Transamazônica, em frentes de atração de outros grupos indígenas, como os Parakanã e os Assurini do médio Xingu, desfalcando as aldeias de homens, desagregando a base familiar, comprometendo a sobrevivência e um esvaziamento das práticas rituais do grupo. Em 1971, a FUNAI ordenou a transferência dos Tembé do rio Gurupi, para as aldeias do rio Guamá, mas eles se recusaram a migrar.

---

<sup>4</sup> A Fundação Nacional do Índio (FUNAI) é o órgão do Governo Federal brasileiro que estabelece e executa a política indigenista no Brasil. A FUNAI foi criada em 1967 em substituição do "Serviço de Proteção ao Índio" (SPI).

Notadamente no início da década, a presença do órgão indigenista foi precária e a região tornou-se alvo de investidas de fazendeiros<sup>5</sup> que contaram muitas vezes com o apoio da própria FUNAI. Por volta de 1978, com a interferência do CIMI NORTE II, os Tembé do Guamá retomaram o contato com os parentes do Gurupi que ainda falavam a língua e mantinham algumas festas tradicionais. Os anos 1980 marcam novamente uma história conjunta para os dois grupos em defesa da terra (CEDI, 1985, p. 185).

## 5.2 DIÁGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL DA TERRA INDÍGENA ALTO RIO GUAMÁ

### 5.2.1 Situação fundiária

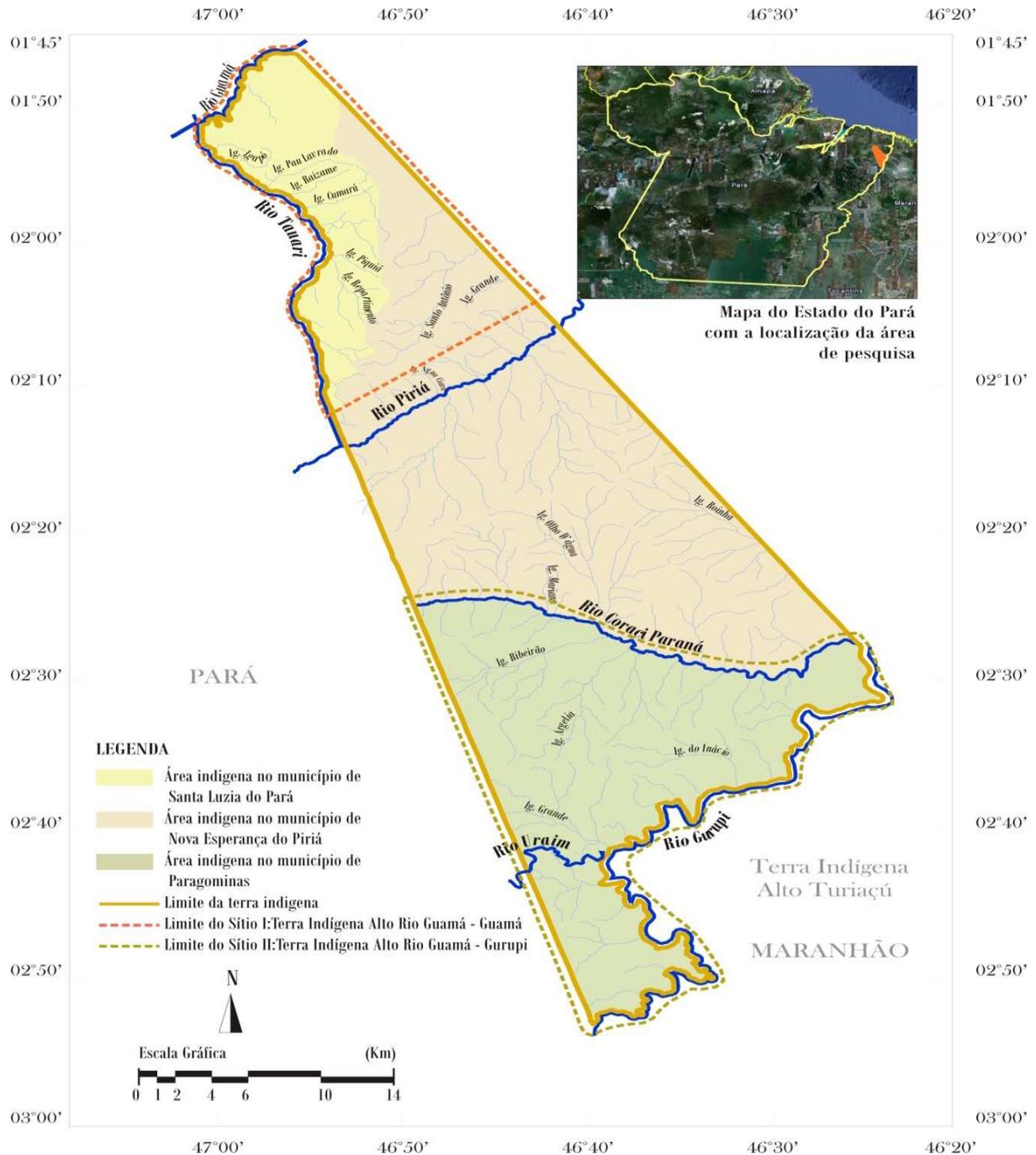
A mesorregião do nordeste paraense possui 1.533.079 habitantes (Censo 2003) e 83.554 Km<sup>2</sup>. É formada pelas microrregiões Bragantina, Cametá, Guamá, Salgado e de Tomé-Açu. A microrregião do Guamá tem uma população estimada segundo o IBGE (2006) em 412.198 habitantes, e uma área total de 28.214,206 km<sup>2</sup>, sendo dividida em treze municípios, a saber: Aurora do Pará, Cachoeira do Piriá, Capitão Poço, Garrafão do Norte, Ipixuna do Pará, Irituia, Mãe do Rio, Nova Esperança do Piriá, Ourém, Santa Luzia do Pará, São Domingos do Capim, São Miguel do Guamá e Viseu.

A atual Terra Indígena do Alto Rio Guamá, chamava-se anteriormente Reserva Indígena do Alto Rio Guamá (RIARG), está situada ao nordeste do Estado Pará, entre a margem direita do Rio Guamá e a margem esquerda do Rio Gurupi, limite do Estado do Pará com o Maranhão, em terras dos Municípios de Santa Luzia do Pará, Nova Esperança do Piriá e Paragominas. Os dois primeiros surgidos da fragmentação administrativa e territorial dos Municípios de Ourém, Viseu e Capitão Poço, enquanto Paragominas se formou pelo desdobramento de áreas dos Municípios de São Domingos do Capim e do Distrito de Camiranga que pertencia a Viseu. A Reserva foi criada pelo Decreto 307 de 21 de março de 1945, no governo do Interventor Federal, General Joaquim Magalhães Barata, com 279.892 ha., e um perímetro de 366.292,90 metros e demarcada/homologada pelo Decreto nº 011 de 04.10.1993 (MORAES, 2008, ASSIS e DIAS, 2009).

---

<sup>5</sup> O caso mãos notório é da fazenda do Majer Kabacznik que invadiu cerca de 9.000 ha da Terra Indígena, cuja justiça julgou a reintegração de posse, mas esta ainda não foi realizada, o processo se arrasta por mais de 22 anos.

**Mapa 4 – Mapa Adaptado da Terra Indígena Alto Rio Guamá**



**Fonte FUNAI AER-BELÉM – Relatório INRC-IPHAN 2010**

Incidindo em 03 dos doze municípios: Santa Luzia do Piriá com 37.280,63 hectares, Nova Esperança do Piriá com 149.309,69 hectares e Paragominas, que se localiza na mesorregião sudeste de 93.407,37 hectares incidindo sobre seu território (MORAES, 2008, p.32). A TIARG é localizada pelas coordenadas geográficas 01° 50' 54,1" e 47° 00' 46,7" WGr; e 01° 45' 36,9" e 46° 57' 31,9" na margem direita do "

na margem direita do Rio Guamá e 02° 28' 22,4" S e 46° 26' 20,7" WGr, e 02° 52' 41,6" S e 46° 41' 03,8" WGr. (SUDAM/FUNAI, 2000).

Com o passar dos anos, os conflitos se acirraram. Os madeireiros e seus parceiros, conscientes ou não, e os pequenos posseiros foram tomando conta de parte terra indígena, muitos se alojando bem próximo às aldeias, alguns as usando como esconderijos de crimes e ilícitos de toda ordem. O resultado foi a quase total destruição de mais de 30% da terra indígena, reduzida a pasto de raríssimos bois ou a desprezível juquirá. Acontece que os índios, apesar de todos os agravos e preconceitos sofridos durante séculos, ainda possuem instrumentos de reação interna. Eles sofreram muito, mas um dia não agüentaram mais e estouraram.

No início da década de 80, os Tembé começaram a se organizar, tendo a compreensão dos abusos ocorridos e investiram contra a parte mais fraca, os pequenos invasores, moradores às proximidades das suas aldeias. Foram inúmeras as ações, e isto trouxe de volta os Tembé ao cenário de discussão sobre a problemática que os atingia. A mídia passa a registrar os conflitos que se repetem e crescem em dimensão. Os índios pressionam a FUNAI e denunciam o descaso do poder público.

Neste contexto, os seus parentes da região do Rio Gurupi, que habitam uma região, de floresta densa, não enfrentavam os mesmos problemas, pois, na época não sofriam os impactos imediatos das ações devastadoras dos madeireiros a não ser como ação ainda não claramente detectada e sem maior visibilidade, entram na briga e passam a lutar juntos, cobrando soluções que pareciam nunca chegar.

É justo acrescentar que, nesta época, o órgão indigenista oficial local, a FUNAI/AERBELÉM, passava por uma importante mudança de postura, e ascensão de novos técnicos, com novas concepções e engajamento com os interesses indígenas, fortaleceu a luta deste povo e deu eco as suas reivindicações, ajudando na organização e orientação dos seus protestos.

Incontáveis reuniões foram realizadas. Inúmeras viagens para Brasília em busca de soluções do poder público. Ações, protestos e ameaças de toda ordem foram tentadas. Isto, evidentemente, teve um custo, e quem pagou a maior parcela foram os índios. Sequer sabemos mensurar quanto, mas certamente foi um valor incrivelmente alto.

### 5.2.2 Acesso, hidrografia, vegetação e clima

A BR-316, que liga Belém ao nordeste do estado, é a via de acesso comum às regiões do Guamá e Gurupi. Para se chegar ao Alto Guamá segue-se até a sede de Santa Maria do Pará na confluência com a BR 010. A partir deste ponto há duas possibilidades, seguindo-se pela BR-010 até Irituia, ao ponto de alcance da rodovia estadual PA-263, até atingir Capitão Poço (cidade de referência pela proximidade com as aldeias); a segunda possibilidade é seguir a BR-316 até a PA-263, via Ourém, e daí, seguir direto até Capitão Poço.

Capitão Poço é distante de Belém cerca de 230 km, sendo o ponto de partida para as aldeias mais populosas. A primeira, percorre-se uma vicinal municipal com cerca de 13 km até a Fazenda “da Nenê Aguiar” a margem direita do Guamá, e de lá se atravessa o rio, em canoa, até a aldeia-sede do Posto Alto Rio Guamá; a segunda, é também feita por uma vicinal municipal até a Fazenda “do Nédio”, onde é possível atravessar, de canoa, até a aldeia São Pedro; a terceira, segue-se pela PA-263 até a vila de Boca Nova, de onde, em canoa, se desce o rio até as aldeias do Igarapé Tawari em um percurso de duas horas (SALES, 1993, p. 11).

Para se chegar às aldeias do Gurupi havia 02 caminhos: o primeiro (atualmente sem uso), seguia-se pela BR-316 até Boa Vista do Gurupi (divisa do Maranhão com o Gurupi), com duração de cinco horas de viagem. Lá chegando, usava-se o transporte fluvial (voadeira com 04 a 06 horas de duração da viagem ou barco motor de centro com duração de um ou dois dias de viagem em vista de várias cachoeiras) até a aldeia sede do Posto Indígena (PIN) Canindé. O Segundo acesso, atualmente em uso, se dá pela BR-010 até a Cidade de Paragominas, com duração de cinco horas de viagem de automóvel, e de lá se segue por uma estrada estadual, PA-125, até o projeto de assentamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) denominado de Assentamento da CAIP, e a partir de uma estrada vicinal chega-se até a aldeia Cajueiro, posterior às aldeias Suçuarana, Tekohaw e Canindé, entre outras localizadas às margens dos rios Uraim e Gurupi, as quais podem ser acessadas em transporte fluvial (voadeira), num percurso de aproximadamente 03 horas.

A TIARG é banhada por quatro rios: o Guamá em seu curso alto é o limite natural pelo lado norte; o Gurupi também em curso alto, é o limite pelo extremo sul e também o limite com a TI Alto Turiaçu onde vivem os Ka'apor e Timbira. Os rios Piriá

e Coaraci-Paraná atravessam a Terra Indígena. O Piriá deságua no Gurupi e o Coaraci-Paraná, em seu curso médio, atravessa ao meio a Terra Indígena. Além desses rios diversos igarapés como, por exemplo, os Igarapés Tawari, na parte oeste, o Pitomba a nordeste, Santo Antônio, Água Preta e muitos outros compõem a paisagem hídrica desta Terra Indígena (SALES, 1993, p.9).

Sua vegetação é constituída predominantemente por floresta Ombrófila densa nas áreas de platôs dissecados, dos relevos aplainados e terraços aluviais, com pequenas manchas de floresta aberta, com a presença de cipós e faixas de vegetação alterada, onde predomina a Floresta Secundária, do tipo capoeira (ARCA, 2004 apud SUDAN/FUNAI, 2000).

O clima que predomina na terra indígena é do tipo Awi e Ami (carta de Köppen). O tipo Awi tem predominância de 80%, vigorando o tropical quente úmido, com precipitações (chuvas) anuais com a média de 60 mm/mês. O tipo Ami se caracteriza por ser tropical úmido de monção, com precipitação em excesso em alguns meses, compensadas com precipitações abaixo de 60 mm em um ou dois meses (ARCA, 2004 apud SUDAM, 2000).

### 5.2.3 População e organização social

Segundo a FUNAI, em 2008 a população da Terra Indígena Alto Rio Guamá, está constituída por aproximadamente 1.184 indígenas, divididos em 277 famílias. Na região do Gurupi “além dos Tembé, registra-se a presença dos Ka’apor e Timbira...”(MORAES, 2008). Nessa região os padrões culturais são vinculados à tradição Tenetehara. Na região do Guamá ao norte, existem 16 aldeias com 125 famílias (Tabela 1). ao sul da reserva (Gurupi), existem 13 aldeias com 135 famílias (Tabela 2).

As informações relativas à organização social dos Tembé são superficiais, pois o assunto merece uma pesquisa fina. *Grosso modo* o que se pode observar é que há duas expressões de organização familiar: a família nuclear e a família extensa. A família nuclear é próxima ao modelo de nossas famílias, enquanto a família extensa envolve as famílias dos filhos e filhas do casal. A constituição da família extensa se faz mediante o local de moradia, isto é, o novo casal pode viver na casa dos pais da mulher ou na casa dos pais do marido. Ou seja, parece não haver mais regras de residência fixas, a movimentação do grupo depende de motivos diversos. Quanto ao parentesco, em face dos casamentos interfamiliares, é possível dizer que os Tembé são aparentados entre si, da mesma forma que os casamentos com membros de outros grupos que vivem às proximidades de suas aldeias como acontece com os Tembé do Gurupi, promove a ampliação das redes de parentesco a outros grupos sociais, inclusive não índios.(ASSIS E DIAS, 2010)

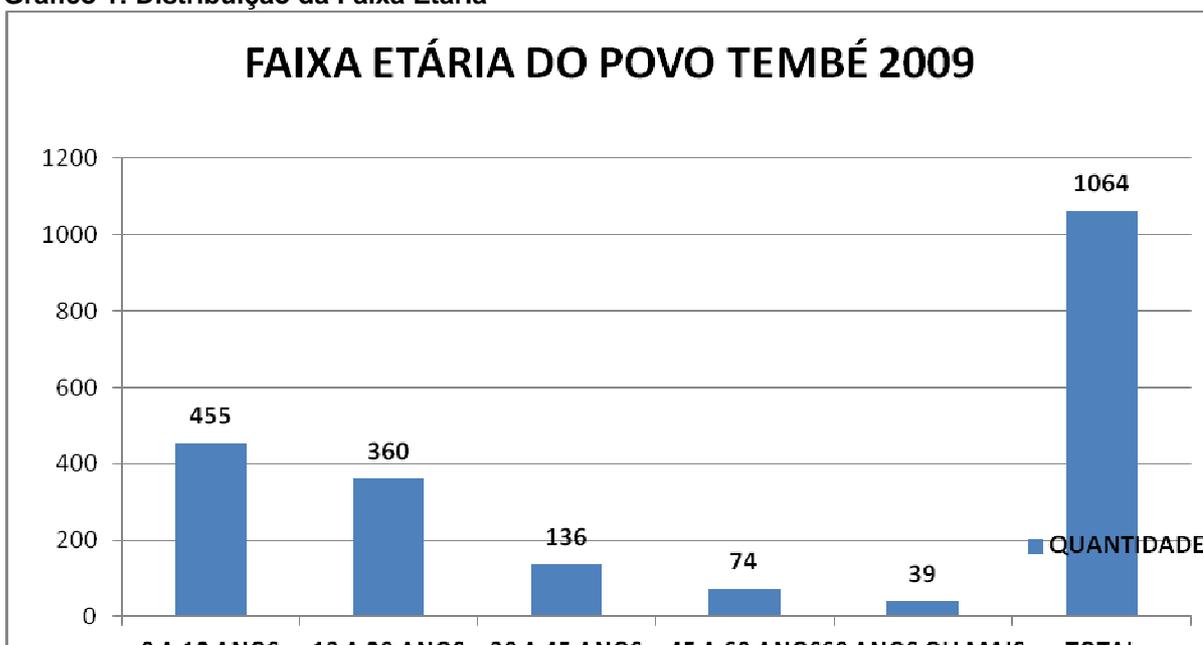
O levantamento realizado no ano de 2008 (ver tabela 3), mostra que 76,6 % da população se situam nas faixas etárias de 0 a 12 anos (42,8 %) e na faixa de 13 a 29 anos (33,8 %).

**Tabela 1 - Faixa Etária do Povo Tembé da TIARG**

FAIXA ETÁRIA	QUANTIDADE	PORCENTAGEM %
0 A 12 ANOS	455	42,8%
13 A 29 ANOS	360	33,8%
30 A 45 ANOS	136	12,8%
45 A 60 ANOS	74	7,0%
60 ANOS OU MAIS	39	3,7%
TOTAL	1064	100,0

Fonte: Diagnóstico Projeto Ater Indígena – MDA/IVR – 2009

**Gráfico 1: Distribuição da Faixa Etária**



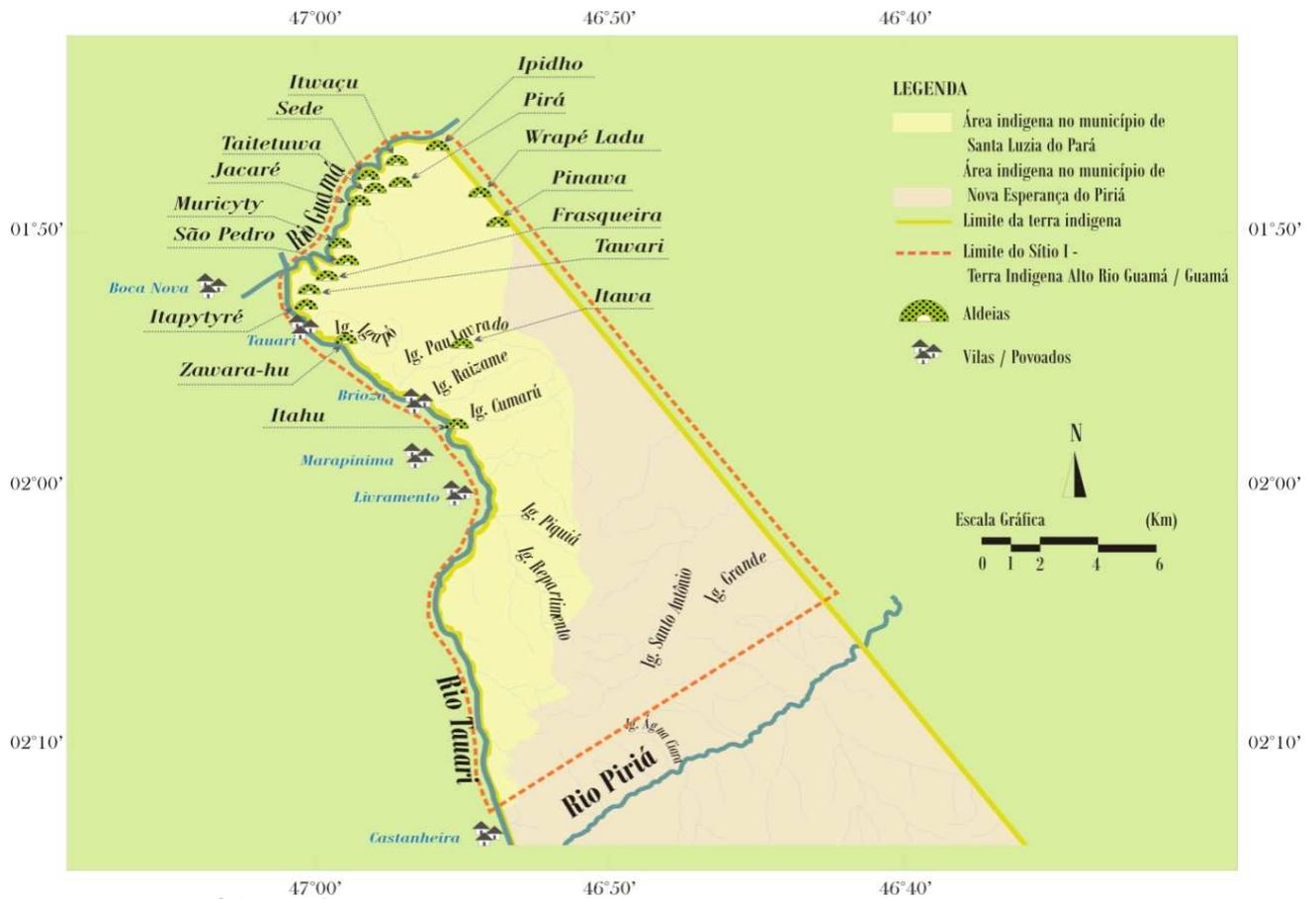
Fonte: Diagnóstico Projeto Ater Indígena – MDA/IVR – 2009

Tabela 2– Localização Aldeias / nº de Famílias Região do Guamá (Santa Luzia do Pará)

ALDEIAS PÓLO		NOME DA ALDEIA	Nº FAMÍLIAS
RIO GUAMÁ Norte da TIARG	Pólo 1 - Frasqueira	Frasqueira	19
		Itapytyry	08
		Tauari	05
	Pólo 2 – São Pedro	São Pedro	25
		Muricyty	05
		Jacaré	07
	Pólo 3 – Sede	Sede	26
		Pira	09
		Ituaçu	03
		Ipidho	03
		Wrapé ladu	05
		Pinawa	04
		Itahu	02
		Itawa	02
		Taitetuwa	02

Fonte: FUNAI-AERBELÉM/2008

Mapa 5 – Localização das Aldeias da Região do Rio Guamá



Fonte: Relatório INRC-IPHAN 2010

➤ **Pólo 1 - Aldeia Frasqueira / Rio Guamá**

Foto 2 – Vista da Aldeia Frasqueira



Fonte: Projeto INRC-IPHAN / 2009

Foto 3 – Vista da Aldeia Frasqueira



Fonte: Projeto INRC-IPHAN / 2009

➤ **Pólo 2 - Aldeia São Pedro / Rio Guamá**

Foto 4 – Vista da Aldeia São Pedro



Fonte: Projeto INRC-IPHAN / 2009

Foto 5 – Casas da Aldeia São Pedro



Fonte: Projeto INRC-IPHAN / 2009

➤ **Pólo 3 - Aldeia Sede / Rio Guamá**

Foto 6 - Casa de Farinha



Fonte: Projeto INRC-IPHAN / 2009

Foto 7 - Casa de Reunião



Fonte: Projeto INRC-IPHAN / 2009

Verificamos nas duas regiões (Guamá e Gurupi), particularidades distintas resultantes de processos diferentes de ocupação e grau de contacto interétnico ocorrido nos últimos 60 anos. Na região do Guamá, devido à proximidade permanente com as populações das cidades do entorno da terra indígena, houve uma miscigenação acentuada, ocorrida principalmente pelos casamentos de índios com moradores das proximidades, causando alterações profundas no modo de vida tradicional dos indígenas. Essa proximidade possibilitou o a invasão dos território por pequenos agricultores, incentivados por políticos locais dos municípios de Garrafão do Norte e Nova Esperança do Piriá. Essas invasões levaram ao esgotamento de parcelas substanciais dos recursos naturais em quase toda a região ao norte da terra indígena, gerando um a acentuada desestruturação sócio-ambiental e agravadas pela falta de políticas públicas consistentes para os Tembé.

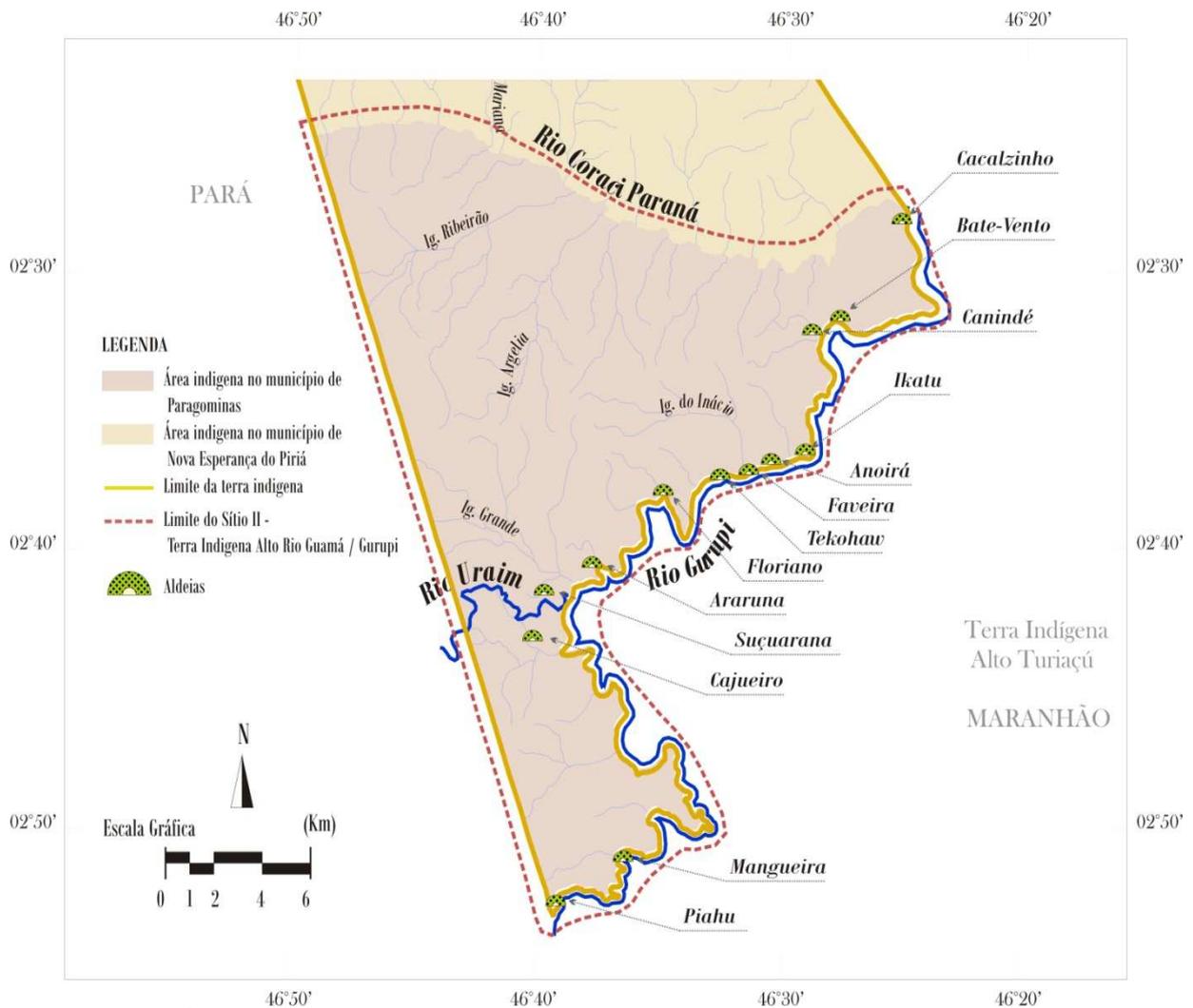
Na região do Gurupi, o processo de ocupação foi distinto em relação ao Guamá, até mesmo, pela dificuldade de acesso à região. Até a década de 80, os indígenas desta área tiveram uma interação com pouca proximidade com a população do entorno da terra indígena. Os primeiros contatos ocorreram através da presença de regatões que subiam e desciam o Rio Gurupi, para comercializar produtos de consumo aos indígenas e levar em troca artesanato, caças, pescados e alguns produtos florestais de valor comercial, como breu, cumarú, jutaisica, diversos tipos de cipós, cascas de árvores e raízes. Nas décadas de 50 e 60, os regatões levavam enormes quantidades de couros de felinos como onças, gatos maracajás, suçuaranas, entre outros, e também centenas de jabutis e outros quelônios. Esta situação permaneceu até o final da década de 60, daí em diante, com a proibição da comercialização de couros de felinos, esta atividade recrudescu. Os índios passaram a comercializar suas produções, descendo de barco por dois dias, até a cidade de Gurupi no Maranhão. Os produtos como, banana, milho, frutos silvestres, copaíba, breu e andiroba, oriundos das roças familiares e das coletas nas florestas existentes na área, além do artesanato ainda tradicional e variado, era comercializado com boa aceitação no mercado. Apesar dessa grande variedade de produtos, os preços de venda sempre foram muito baixos e as trocas realizadas desvantajosas para os índios.

Tabela 3 - localização Aldeias / nº de Famílias Região do Gurupi (Paragominas)

ALDEIAS PÓLO		NOME DA ALDEIA	Nº FAMÍLIAS
RIO GURUPI Sul da TIARG	Pólo 1 Canindé	Canindé	18
		Cocalzinho	06
		Bate Vento	03
	Pólo 2 Tekohaw	Tekohaw	61
		Faveira	02
		Ikatu	04
		Anoirá	03
	Pólo 3 Cajueiro	Cajueiro	24
		Araruna	01
		Floriano	02
		Suçuarana	07
		Mangueira	01
		Piahu	03

Fonte: FUNAI-AERBELÉM/2008

Mapa 6 – Localização da Aldeias da Região do Rio Gurupi / Rio Uraim



➤ **Pólo 1 - Aldeia Canindé / Rio Gurupi**

**Foto 8: Ramada (Casa de Reunião/Festa)**



Fonte: Programa Tenetehara – 2010

**Foto 9: Casa de Farinha**



Fonte: Programa Tenetehara - 2010

➤ **Pólo 2 - Aldeia Tekohaw / Rio Gurupi**

**Foto 10: Ramada (Casa de Reunião/Festa)**



Fonte: Programa Tenetehara – 2010

**Foto 11: Acesso Aldeia Tekohaw**



Fonte: Programa Tenetehara - 2010

➤ **Pólo 3 - Aldeia Cajueiro / Rio Uraim**

**Foto 12: Vista Aldeia Cajueiro – Ramada**



Fonte: Programa Tenetehara – 2010

**Foto 13: Vista Aldeia Cajueiro**



Fonte: Programa Tenetehara - 2010

### 5.2.4 Educação

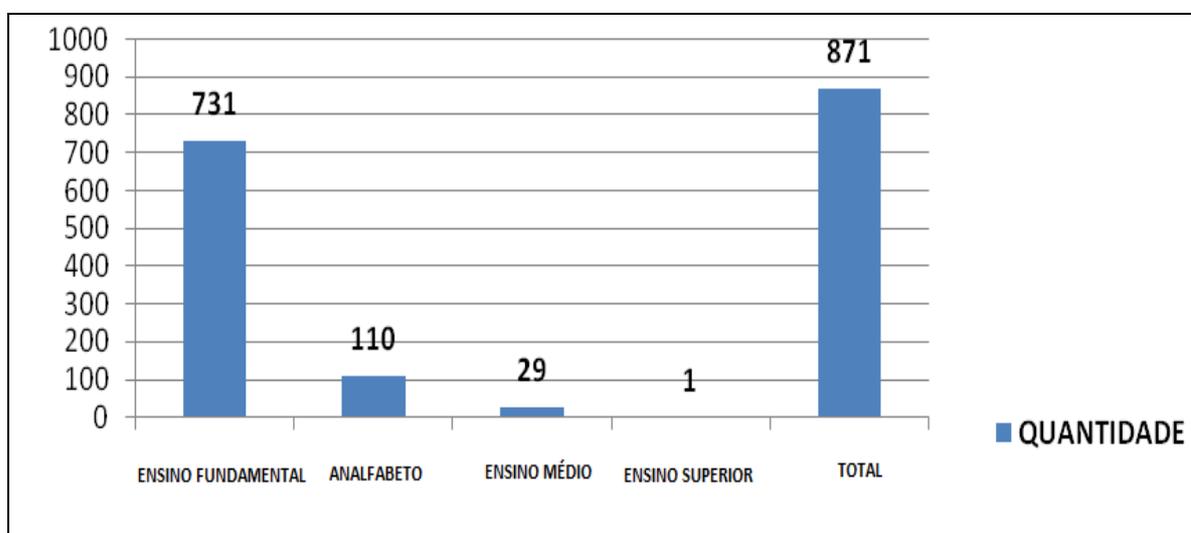
No campo educacional o levantamento indicou que grande parte dos alunos em idade escolar cursava o ensino fundamental. Até meados do ano de 1998 não havia a disponibilidade do ensino médio nas escolas indígenas. O acesso ao ensino técnico e superior só era ofertado fora da rede escolar das aldeias em município como Paragominas, Capitão Poço, Castanhal e Belém.

**Tabela 4 - Escolaridade do Povo Tembé da TIARG**

ESCOLARIDADE	QUANTIDADE	PORCENTAGEM %
ENSINO FUNDAMENTAL	731	83,9%
ANALFABETO	110	12,6%
ENSINO MÉDIO	29	3,3%
ENSINO SUPERIOR	1	0,1%
<b>TOTAL</b>	<b>871</b>	<b>100, %</b>

Fonte: Diagnóstico Projeto Ater Indígena – MDA/IVR – 2009

**Gráfico 2: Distribuição da População por Escolaridade**



Fonte: Diagnóstico Projeto Ater Indígena – MDA/IVR – 2009

### 5.2.5 Atividades econômicas

Na Região do Guamá as atividades de subsistência são as roças tradicionais de mandioca, milho, macaxeira, abóbora, cará, banana, cana de açúcar, coleta do açaí e uma baixa variedade de frutos e outras culturas. A caça e a pesca tornaram-

se escassas, quase desaparecidas na região, forçando os índios, a produzirem uma quantidade de sacos de farinha bastante elevada por semana, sendo esta praticamente a única fonte de comercialização destes. A produção é comercializada na cidade de Capitão Poço, a preços desvantajosos, mas é com esta baixa renda, que podem contar para fazer frente as suas necessidades de consumo.

Poucas alternativas compõem o quadro de geração de renda destes indígenas. Na aldeia São Pedro, existe um incipiente projeto de produção de mel de abelha, mas a produção ainda é pequena e inconstante. Na aldeia Itaputyre, está em curso um projeto de valorização de produção de artesanato, porém ainda não ganhou corpo e substancia para que possa ser um item de acréscimo expressivo de renda. Outras formas de renda também persistem, mas são ocasionais ou não expressivas, sendo a venda de farinha de mandioca a única renda efetiva do grupo. conforme indica Moraes (2008), acerca dos Tembé

As famílias Tembé do Alto Rio Guamá tem na agricultura a base de sustento. A farinha de mandioca é o principal produto da agricultura familiar. Até hoje ela não foi superada por nenhum outro produto por razões óbvias. Certamente uma família enfrentará dificuldades e privações se não dispor de um roçado de mandioca. O milho, o arroz e o feijão, são culturas de ciclo curto e estão longe de se equiparar em termos de importância da cultura da mandioca. Esta última possui algumas propriedades que falta às primeiras. Existem variedades de mandioca que possuem a capacidade de permanecer intacta no solo por meses a fora depois de alcançar a condição de maturação. Bem utilizada ela oferece múltiplas possibilidades de aproveitamento: diversos tipos de farinha, o sumo do tucupi, a folha da maniva, juntos dão origem a uma variedade de pratos típicos regionais.

Na região do Gurupi as atividades produtivas ficaram restritas à subsistência, voltadas somente para a agricultura, a caça e pesca. A coleta de matérias como o “cipó titica” e essências como o breu e sua comercialização nas cidades de Gurupi–Ma e Belém, e o artesanato indígena, produzido pelas mulheres e comercializado em Belém na Loja da FUNAI, eram as poucas alternativas de geração de renda. Essa situação perdurou até meados dos anos 90. A partir da virada do milênio (2000), os Tembé do Gurupi passaram a viver uma década de intenso aliciamento por parte de madeireiros, passando a comercializar madeiras de forma ilegal (ver tabela 5), porém os ganhos sempre foram reduzidos pelos baixos preços, pagos por parte dos agentes externos e os recursos advindos desse processo não geraram resultados positivos na melhoria da qualidade de vida para os indígenas. Vale destacar, que esse processo de comercialização de madeira, levou uma parcela

considerável de famílias a abandonar a atividade das “roças”, ficando dependentes somente do dinheiro dos madeireiros.

Ainda no Campo das atividades produtivas, observamos que a agricultura é a grande atividade que concentra a mão-de-obra familiar (ver tabelas 5 e 6), contribuindo para a subsistência. Verificou-se como segunda maior atividade de renda, a venda ilegal de madeira. A terceira atividade mais importante está relacionada às atividades de serviço (piloto fluviais, motoristas, agentes indígenas de saúde e de saneamento, cozinheiras, serventes) nos projetos de saúde (FUNASA) e educação (SEMECs). (pilotos fluviais, motoristas, agentes indígenas de saúde e de saneamento, cozinheiras, serventes). No caso dos idosos (ver tabela 2), estes também recebem benefícios do INNS (aposentadoria). As mulheres também recebem o auxílio-natalidade.

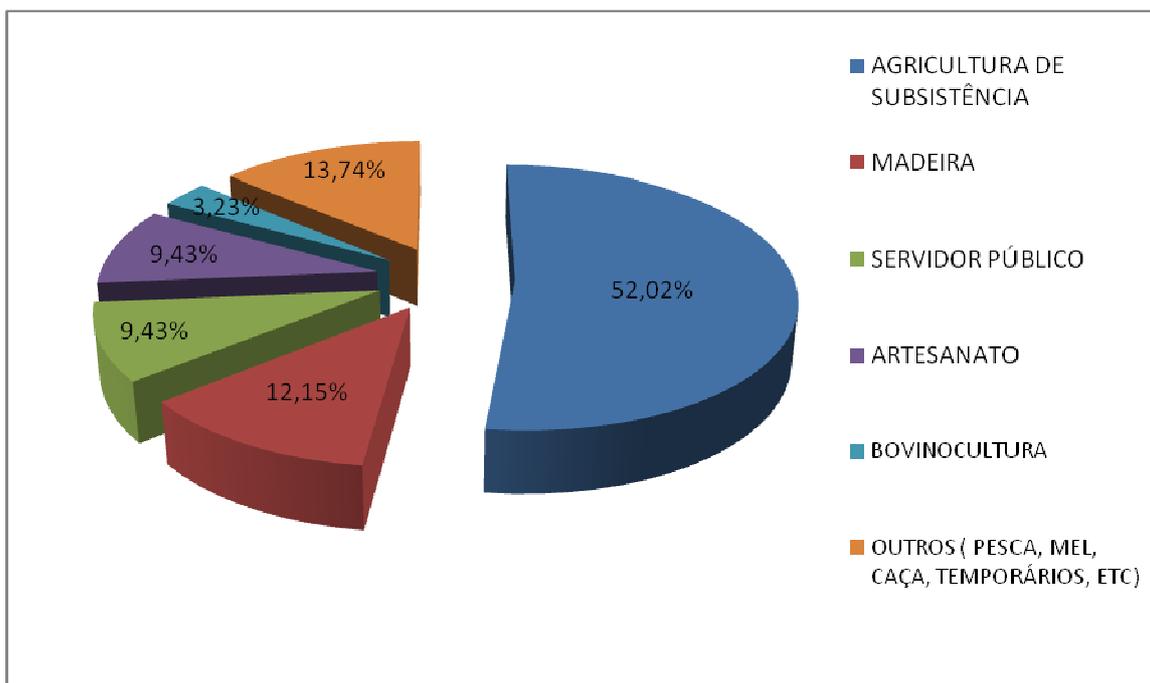
Grande parte das famílias Tembé são signatárias do Programa Bolsa Família. O artesanato é uma atividade complementar no campo da geração de renda, mas enfrenta limitações de comercialização.

As atividades de caça e pesca são destinadas apenas para consumo familiar. Há indícios de alguma comercialização de açaí na Região do Guamá. Porém, os seus resultados precisam ser monitorados com maior detalhamento.

**Tabela 5 - Atividades Produtivas e Econômicas Desenvolvidas pelos Tembé**

<b>ATIVIDADES PRODUTIVAS</b>	<b>Nº FAMILÍAS</b>	<b>PORCENTAGEM %</b>
<b>AGRICULTURA DE SUBSISTÊNCIA</b>	193	52,02%
<b>MADEIRA</b>	45	12,15%
<b>SERVIDOR PÚBLICO</b>	35	9,43%
<b>ARTESANATO</b>	35	9,43%
<b>BOVINOCULTURA</b>	12	3,23%
<b>OUTROS ( PESCA, MEL, CAÇA, TEMPORÁRIOS)</b>	51	13,74%

Fonte: Diagnóstico Projeto Ater Indígena – MDA/IVR – 2009

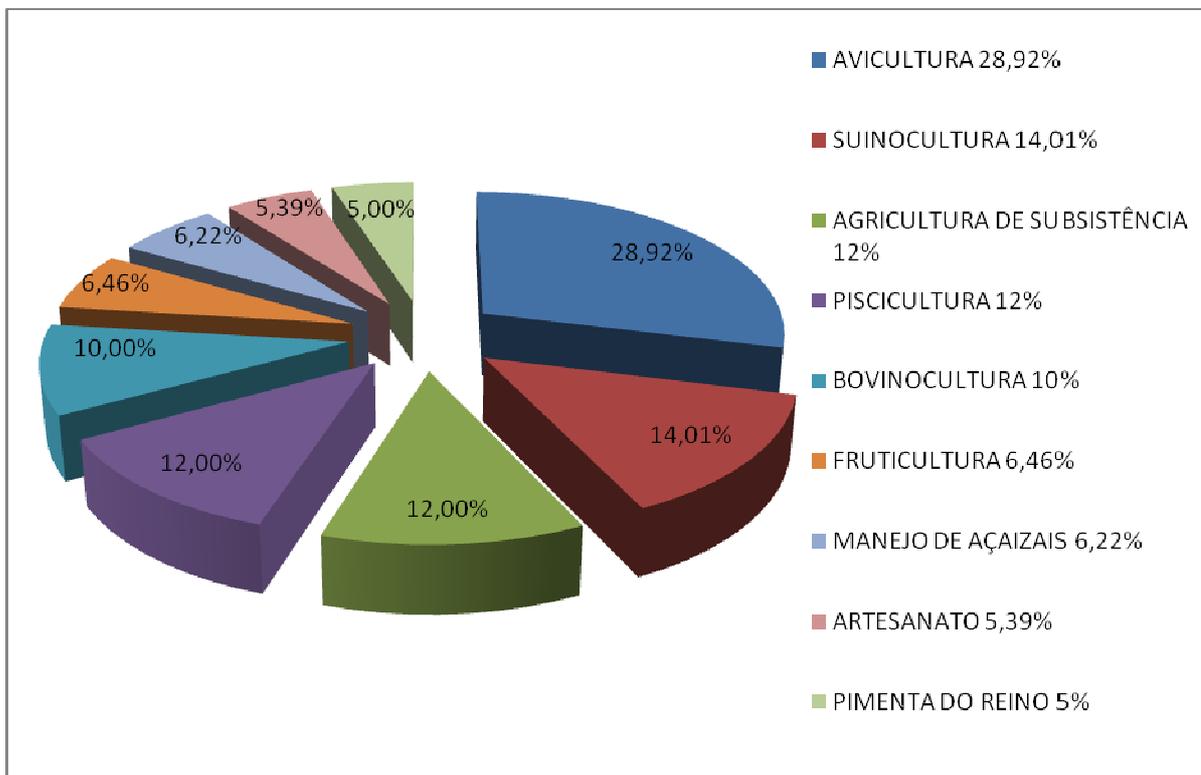
**Gráfico 3: Distribuição de Famílias por Atividades Produtivas**

Fonte: Diagnóstico Projeto Ater Indígena – MDA/IVR – 2009

**Tabela 6 - Atividades Produtivas e Econômicas que os Tembés Gostariam de Desenvolver**

ATIVIDADES PRODUTIVAS	N ° DE FAMÍLIAS	PORCENTAGEM %
AVICULTURA	105	28,92%
SUINOCULTURA	52	14,01%
AGRICULTURA DE SUBSISTÊNCIA	43	12,00%
PISCICULTURA	43	12,00%
BOVINOCULTURA	37	10,00%
FRUTICULTURA	24	6,46%
MANEJO DE AÇAIZAIS	23	6,22%
ARTESANATO	20	5,39%
PIMENTA DO REINO	17	5,00%

Fonte: Diagnóstico Projeto Ater Indígena – MDA/IVR – 2009

**Gráfico 3: Distribuição de Famílias por Atividades Produtivas a serem Desenvolvidas**

Fonte: Diagnóstico Projeto Ater Indígena – MDA/IVR – 2009

### 5.3 DESTRUIÇÃO AMBIENTAL E REORGANIZAÇÃO SOCIOCULTURAL

Na década de 80, os Tembé iniciam um processo de reorganização sócio-político a partir da retomada do processo de demarcação da reserva indígena com estabelecimento de alianças internas e externas para a garantia do seu território “...como o espaço necessário à reprodução física e cultural ...” (SANTILI, 2005). Nesta época, o órgão indigenista oficial local, a FUNAI/AER (Administração Executiva de Belém), passava por uma importante mudança de postura frente às questões indígenas, a ascensão de novos técnicos, com novas concepções e um compromisso com os interesses indígenas, bem como, de pesquisadores engajados na retomada da luta pela terra, segundo afirma Monteiro, foi o momento em que “O novo indigenismo, por seu turno, encontrou, desde a primeira hora, fortes aliados no meio antropológico, que passaram a pautar suas pesquisas não apenas de interesses acadêmicos mas também pela necessidade de fornecer subsídios para as lutas e reivindicações dos índios” (MONTEIRO, 1993).

Esse conjunto de fatores veio fortalecer a luta deste povo, dando eco as suas reivindicações, ajudando na organização e na orientação dos seus protestos. Os Tembé depois de longo período de “invisibilidade”, passam agora a ser protagonistas da sua história, trazendo-os de volta ao cenário de discussão sobre a problemática que os atingia, isto é, a demarcação da sua terra, cujo processo iniciou-se com o reconhecimento da posse indígena, pelo interventor do estado do Pará, general Magalhães Barata, em 21/03/1945, chegando à fase final somente com a homologação da demarcação com uma área contínua de 279 mil hectares em 05.10.1993, denominando-se, de Terra Indígena Alto Rio Guamá (TIARG).

Do final da década de 90 até os dias de hoje, estas relações sofreram uma mudança radical. Os índios passaram a ter acesso ao mundo dos brancos, a partir da cidade de Paragominas, para onde passariam a se deslocar, através de estradas abertas até as aldeias, construídas pela prefeitura de Paragominas, com a justificativa de facilitar o acesso para realização da assistência à saúde dos Tembé<sup>6</sup>. Essas estradas foram utilizadas por madeireiros para a retirada ilegal de árvores, como jatobá, maçaranduba, ipê, entre outras, as quais eram trocadas por valores irrisórios<sup>7</sup> se comparado aos valores de mercado.

“Do ponto de vista da estrutura de mercado, podemos distinguir três situações típicas: ou os índios se integram ao sistema tradicional de “aviamento”, ou participam de um tipo de extrativismo mais recente e bem mais depredatório, que envolve basicamente o garimpo e a comercialização de madeiras nobres, ou ainda participam do que podemos chamar de sistema mediado de comercialização.” (LIMA e POZZOBOM, 200, pg. 55).”

Este processo se disseminou, havendo um aliciamento aberto e geral, por parte dos madeireiros, fazendo com que praticamente toda a população indígena se envolvesse com a venda ilegal de madeira, ocasionando uma total desorganização econômica e social do grupo.

Buscando alternativas para os impactos sócio-ambientais causados pelas circunstâncias mencionadas anteriormente, a FUNAI buscou principalmente nas aldeias do Guamá, a implementação de projetos de atividades produtivas que não superaram o quadro de vulnerabilidade social e ambiental vivida pelos Tembé.

---

<sup>6</sup> A Prefeitura de Paragominas é quem realiza a assistência à saúde dos índios Tembé, Timbira, Kaa'por e Amanayé, através de convênio com a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) responsável pela Política de Saúde Indígena do governo brasileiro.

<sup>7</sup> Segundo informações obtidas de alguns Tembé, as árvores como ipê, maçaranduba, jatobá, eram vendidas ao valor unitário de R\$ 10, 00 a “tora”.

Por outro lado, por mais que a venda ilegal das árvores tenha aumentado a renda de uma parcela dos atores envolvidos, estes, via de regra, estes não conseguiram administrar estes recursos adicionais. Desta maneira, se abriu um ciclo vicioso que associava a destruição ambiental com o aumento de consumo de bebidas alcoólicas, prostituição das jovens, consumo de drogas e outras mazelas sociais, ligados à venda ilegal da madeira.

A violência aumentou entre as aldeias, e até mesmo mortes já ocorreram no embate entre grupos de interesses contrariados. A divisão está aberta entre as famílias e o processo de desgaste interno se acentuou sobremaneira. Os índios estão abandonando suas roças, as caças e a pesca foram prejudicadas pelo processo de devastação causado pelo derrube e comércio ilegal das madeiras, e o diálogo entre aldeias está muito prejudicado. Se não houver uma alternativa emergencial para se contrapor aos recursos financeiros conseguidos com a venda de madeira.

A perda de autonomia para a sua sobrevivência e a dependência dos recursos oriundo da venda ilegal de madeira, está levando os Tembé do Gurupi e Guamá ao que Lima e Pozzobom (2001) classificam como indígenas dependentes da produção mercantil.

Nesta categoria estão representados os grupos que, ao perderem sua capacidade de produzir diretamente os principais recursos para sua sobrevivência, passaram a depender do mercado para obter o consumo básico (...) localizadas nas proximidades de centros urbanos. Porque apresentam altas densidades demográficas e elevadas demandas sociais de consumo, os recursos naturais que constituem a base da subsistência de outros grupos, como a caça e outros produtos da extração florestal, foram esgotados.

O século 20 terminou. Porém, para os Tembé tornou-se impossível a solução dos problemas acumulados desde o tempo do contato com a sociedade envolvente. A terra está devastada e os recursos naturais estão comprometidos, obrigando-os desenvolver projetos de subsistência e geração de renda numa relação de mercado, totalmente antagônico ao seu processo cultural de se reproduzir socialmente (FORLINE, 2002, apud GROSS et al 1979).



## 6 O DESAFIO DO DESENVOLVIMENTO PARA OS POVOS INDÍGENAS

Desde a Eco 92, realizado no Rio de Janeiro, se intensificou a discussão sobre alternativas de desenvolvimento que procuram associar equidade social com prudência e eficiência econômica. E, é justamente no âmbito desta preocupação que se situam as discussões em torno do etnodesenvolvimento. Pacheco apontou o etnodesenvolvimento como sendo o desafio permanente que as populações tradicionais têm em se reproduzir como sociedades etnicamente diferenciadas e lidar, ao mesmo tempo, com condições materiais de existência cada vez mais adversas e multifacetadas. (PACHECO, 2006). Stavenhagen (1985) indica que os princípios básicos para o etnodesenvolvimento seriam:

Objetivar a satisfação das necessidades básicas do maior número de pessoas em vez de priorizar o crescimento econômico: embutir-se de visão endógena, ou seja, dar resposta prioritária à resolução dos problemas e necessidades locais: valorizar e utilizar conhecimentos e tradições locais na busca de solução dos problemas: preocupar-se em manter relação equilibrada com o meio ambiente; visar a auto sustentação e a independência de recursos técnicos e de pessoal e proceder uma ação integral de base, com atividades mais participativas.

É importante esclarecer que, ao propor o conceito de etnodesenvolvimento, Stevenhagen, apresentou-o como principal premissa à constituição da autonomia dos povos indígenas, a anexação do prefixo “etno” à palavra desenvolvimento, no sentido de manter o diferencial sociocultural de uma sociedade.

Corroborando com Stevenhagen, Diniz (2006) afirma que o conceito de etnodesenvolvimento toma como base, o princípio da autonomia sustentada dos povos indígenas, acredita ainda que, para que esta autonomia se concretize, será necessário a implementação de dois tipos de ações: 1) consolidar formas de organização das populações indígenas que expressem precisamente o exercício e a prática da autonomia; 2) o estabelecimento de políticas públicas que auxiliem na promoção do etnodesenvolvimento. Diferentemente de se pensar o papel estatal como de tutela, trata-se, ao contrário, de conceber as políticas públicas indigenistas, como um importante passo para o fomento de condições que possibilitem a efetivação das práticas etnodesenvolvimentistas. (DINIZ, 2006).

Nessa temática, Hoffaman e Souza Lima (2002), que para que o etnodesenvolvimento se realize plenamente, é indispensável o diálogo entre o desenvolvimento e as “novas práticas” de valorização do saber tradicional, controle social e participação no planejamento e gestão nas políticas públicas pelas

comunidades indígenas e fortalecimento da capacidade dos indígenas, de suas comunidades e organizações representativas, em desenhar e gerir projetos próprios no âmbito da produção sustentável de alimentos, geração de trabalho e renda entre outros.

As atividades econômicas (...) assim como a proposição de ações futuras, podem ser entendidas na perspectiva da promoção de melhorias socioeconômicas a partir da ótica do etnodesenvolvimento, termo este que aqui deve ser entendido como um caminho através do qual a esfera econômica se desenvolve sem, contudo, comandar as demais esferas da vida social; assim, preservam-se os valores culturais tradicionais. Em outros termos, o etnodesenvolvimento é “algo que trata da autonomia dos índios, da valorização de seus saberes tradicionais e do respeito às formas escolhidas por eles para construir seus projetos de futuro (...).

As idéias aqui apresentadas convergem para uma proposta de desenvolvimento que possibilite a construção de autonomia dos povos indígenas, garantindo os direitos coletivos, educação intercultural específica, entre outras. Tudo isso, tem como objetivo último, garantir a possibilidade de que os próprios povos indígenas escolham – na medida em que é dado a qualquer povo fazê-lo – seu futuro coletivo. Gilberto Azanha cita uma frase contundente de Iara Ferraz, “...o desafio permanente consiste em se reproduzirem como sociedades etnicamente diferenciadas e lidar, ao mesmo tempo, com condições materiais de existência cada vez mais adversas e multifacetadas” (AZANHA, 2002). Dentro desse mesmo contexto, isto é, da construção de autonomia e da autodeterminação dos povos indígenas, Lemoine (2010) afirma que,

Sob pressão legítima dos movimentos indígenas, a quase totalidade dos países latino-americanos adotou novas constituições que reconhecem caráter pluriétnico e multicultural dos Estados. Em alguns casos, concedendo direitos específicos aos indígenas ou afro descendentes. De fato nenhum movimento indígena reclama a independência, muitos – em particular nas baixas terras amazônicas – reivindicam o direito a autodeterminação e ao exercício da soberania dos seus territórios. Quase todos os Estados que lhes deram uma forma de autonomia fizeram-no pisando em ovos (LEMOINE, 2010).”

Contribuindo ainda com essa discussão, Iara Ferraz (AZANHA, 2002 apud FERRAZ), está indubitavelmente correta em dizer que as condições materiais de existência dos povos indígenas se tornarão cada vez mais difíceis – a pressão sobre suas terras, bem como, aquelas exercidas pelos interesses que buscam obter acesso a seus recursos naturais, se tornarão maiores, não menores, para considerar apenas uma das dimensões do problema. O que está faltando nessa discussão é

alguma análise da política antiindigenista do Estado Brasileiro, que favorece os mercados de soja, o desenvolvimento hidrelétrico, para não mencionar a grilagem, o narcotráfico e a extração ilegal de madeira, bem como, das perspectivas de alterar, ou pelo menos de influenciar substantivamente, a matriz mais ampla de forças reunidas contra os projetos de autonomia dos povos indígenas.

“Os ameríndios têm uma visão de mundo muito mais respeitosa em relação ao meio ambiente do que as sociedades ocidentalizadas. Eles sabem que qualquer degradação do meio ambiente afeta inevitavelmente suas condições de vida. O que deveria ser mais legítimo, então, que se oponha às incursões de multinacionais que destroem as florestas, envenenam as águas e as terras com produtos tóxicos, que querem patentear o vivo?, que reclamar uma participação na elaboração, execução e controle das políticas públicas? (LEMOINE, 2010).”

Podemos inferir que de um modo geral, há necessidade de avaliar os resultados dos diferentes modelos de projetos e desenvolvimentos nos territórios indígenas, diagnosticando os impactos negativos e positivos sobre a melhoria da qualidade de vida das comunidades indígenas, a valorização do patrimônio cultural e auto-gestão apropriada. Para tanto serão necessários a construção de indicadores que possam aferir a sustentabilidade econômica, sócio, cultural, bem como, o patrimônio ambiental e da gestão do território indígena.

Um caminho possível é a adoção de mecanismos para a construção de uma gestão autônoma, participativa e organizada, incentivando atividades econômicas diversificadas, promovendo a motivação e valorização de atividades econômicas tradicionais e a criação de mecanismos para alternativas econômicas. É imprescindível a constituição de uma proposta de um programa de desenvolvimento local sustentado – cujo nexos ecológico incorpora a cultura, situa-se num plano ideológico, que seja analisada do ponto de vista histórico, relacionando-se objetivos e estratégias dos programas de desenvolvimento aos diferentes contextos de relações interétnicas, econômicas e políticas entre sociedades nacionais e tribais (MULLER, 2004).

## 6.1 CONHECIMENTO TÉCNICO CIENTÍFICO E O SABER TRADICIONAL DOS INDÍGENAS ENQUANTO FERRAMENTAS PARA IMPLEMENTAÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

O primeiro grande passo na caminhada da construção de um programa de desenvolvimento para comunidades indígenas, pressupõe o estabelecimento de “relações horizontais” entre os atores, isto é, os atores envolvidos dialogam, trocam

experiências, conhecimentos e saberes. Configura-se, neste caso, o confronto de dois saberes: o tradicional e o científico moderno. De um lado, está o saber acumulado das populações tradicionais sobre os ciclos naturais, a reprodução e migração da fauna, a influência da lua nas atividades de corte da madeira, da pesca, sobre os sistemas de manejo dos recursos naturais, as proibições do exercício de atividades em certas áreas ou períodos do ano, tendo em vista a conservação das espécies. De outro lado, está o conhecimento científico, oriundo das ciências exatas que não apenas desconhece, mas despreza o conhecimento tradicionalmente acumulado (DIEGUES, 1994), segundo Miranda,

“Para se trabalhar com comunidades diferenciadas em busca de seu desenvolvimento, em especial com populações indígenas, faz-se necessário primeiro, que os agentes externos do desenvolvimento estejam atentos por conhecer melhor a dinâmica dessas relações, seus conhecimentos empíricos e suas formas de organizar-se ou, ainda melhor, escutar o povo indígena acerca de seus processos formativos, respeitar seus saberes tradicionais, deixar que (...) "o desabrochamento de suas competências, capacidades e habilidades, nasçam de dentro para fora, aproveitando seus recursos endógenos que consiste o núcleo central do Desenvolvimento Local (MIRANDA E JORDÃO, 2005 APUD ÁVILA, 2000).”

Neste sentido, deve-se buscar combinando o conhecimento científico do agente “de fora”, estranho à cultura do povo indígena, com a realidade percebida numa nas aldeias, “(...) de tal forma que este agente funcione como catalisador entre o saber tradicional e o científico possa ser um parâmetro importante para o Desenvolvimento Local nas comunidades indígenas (...). É fundamental, porém, que tanto os agentes externos quanto os internos passem por um processo de educação e formação para alcançar este objetivo (MIRANDA, 2005).”.

Outro aspecto importante a ser mencionado na execução das ações de desenvolvimento para comunidades tradicionais e indígenas, diz respeito que devemos entender que cada povo possui seu próprio sistema de perceber e interpretar as coisas. Um dos grandes fracassos do desempenho dos projetos de desenvolvimento ou etnodesenvolvimento estão relacionados ao fato de desconsiderarem ou desconhecem as características próprias e distintas das economias indígenas e de suas relações com o meio onde vivem (BRAND, 2003).

Enquanto estratégia, o desenvolvimento local implica na exploração dos recursos e competências locais disponíveis, no enfrentamento e superação dos entraves e no aproveitamento das condições internas e externas favoráveis além das oportunidades. Na perspectiva de um verdadeiro desenvolvimento local, a meta

não deve ser tão somente o progresso material (acúmulo de bens) ou a expansão da oferta local de emprego e renda, mas a promoção da vida, a satisfação das necessidades humanas fundamentais, ou um efetivo combate a todas as formas ou manifestações da pobreza humana. Na verdade, a produção material em si não é problema, mas o fato de sua progressão se pautar nas necessidades do mercado, que estimula e se sustenta do consumismo, isto é, do consumo desmedido de modismos e supérfluos. Obviamente se está falando da lógica da acumulação capitalista, que dinamiza a sociedade de consumo, cuja medida de riqueza se dá pela quantidade de bens, isto é, a expansão patrimonialista (MARTINS, 2002).

## 6.2 PROGRAMAS DE INVESTIMENTOS GOVERNAMENTAIS E NÃO GOVERNAMENTAIS COMO INSTRUMENTOS NEGAÇÃO X AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE E DA AUTONOMIA DO POVO TEMBÉ

Nos últimos tempos as populações indígenas têm experimentado as mais diversas fórmulas de programas/projetos formulados e aplicados por instituições governamentais e não governamentais. A grande questão colocada, é mensurar quais os resultados positivos ou negativos dessas intervenções, bem como, a sustentabilidade das ações executadas.

Fazendo um recorte na história, é importante mencionar uma questão central para mergulhar nessa temática, a qual sempre é recorrente nas discussões sobre a construção de projetos com populações indígenas e geralmente apontam para duas categorias centrais, a sustentabilidade das ações e fortalecimento da autonomia do grupo indígena receptor das ações. Muitos autores como Cardoso de Oliveira (1972), Matta e Laraia (1978), Ferraz (1983), Lima (1991), Amoroso (1998), entre outros, tem apontado a relação da política de subjugação, integralizante e tutelar por parte do estado e das missões religiosas.

É possível identificar, entre diversos exemplos, as políticas e os órgãos indigenistas do governo brasileiro. Dentro da bibliografia dedicada ao tema, uma das conclusões recorrentes é que os interesses e motivações econômicas tiveram papel de fundamental importância na atuação desses órgãos e orientação das políticas. Leite (1989), por exemplo, discute o escopo do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPITLN), órgão indigenista oficial, criados em 1910. O autor mostra como “a prática de melhorar o índio” efetuada pelo órgão sob grande influência positivista, era baseada na produtividade dos projetos econômicos. Outros autores, como Lima (1991) e Cardoso de Oliveira (1972) mostram como as preocupações econômicas com as populações indígenas mantêm-se com a transformação do órgão, em 1918, no Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Cardoso de Oliveira (1972) afirma que a ideologia preponderante no órgão fez com que: “...As unidades de base do SPI, i.e., os Postos Indígenas, passariam a se transformar em empresas,

voltadas ao lucro financeiro, na crença de que com este suas populações viriam a alcançar o bem-estar social.

A importância dos aspectos econômicos nas relações dos agentes da sociedade nacional com populações indígenas, entretanto, não se restringia apenas ao indigenismo oficial. Amoroso (1998) descreve a Missão Capuchinha de São Pedro de Alcântara, que aldeiou várias etnias (Kaiangang, Guarani entre outras) entre 1850 e 1890 no norte do estado do Paraná. A autora demonstra que o esforço da missão estava voltada para sua auto-suficiência econômica, baseada na produção agrícola e, principalmente, de aguardente de cana-de-açúcar (SOUSA, 2000 apud AMOROSO 1998).

Essa trajetória foi de certa forma vivida pelos Tembé durante todo o período da existência do SPI, que através de seus agentes governamentais instalou um “sistema de aviamiento indígena, perdurando esse modelo de exploração de mão-de-obra até meados dos 70, impondo aos Tembé processos de subalternização e tutela estatal que perdurou por quase duas gerações (40 anos). O protagonismo do Povo Tembé ressurgiu a partir da década 80 com advento da luta pela demarcação da terra indígena, contudo os estragos sócio-ambientais resultantes dos reflexos da dinâmica e das modalidades da integração da região amazônica na divisão internacional de trabalho a partir dos anos 70, já haviam tomados proporções longe do controle do Povo Tembé, do Estado e da sociedade.

Do final da década de 90 até os dias de hoje, o protagonismo Tembé ficou restrito a luta fundiária. Os Tembé e suas lideranças não se deram conta das profundas alterações que operaram nas suas relações sociais, as quais sofreram uma mudança radical. Os índios passaram a estabelecer um acentuado acesso ao “mundo dos brancos”, vendendo e trocando produtos, bem como, consumindo mercadorias nas cidades e vilas próximas as aldeias, Segundo Ayres e Pozzobom (2001) essa modalidade apresenta uma classificação socioambiental como povos indígenas de comércio recorrente, assim classificado como

“ (...) grupos indígenas que mantêm relações comerciais recorrentes com a sociedade local e regional demonstram compreender bem melhor as operações monetárias e o valor relativo das mercadorias. Essa mudança de perspectiva deve-se a uma transformação profunda na relação dos nativos com a mercadoria: se na primeira fase de contato com o comércio, as mercadorias são artigos de luxo, a cuja utilidade os índios costumam agregar um valor estatutário (possuí-los torna um indivíduo mais importante aos olhos de seus pares), ou enquadrá-las a um referencial simbólico que lhes confere valor segundo significados particulares ao grupo, na segunda

fase certas mercadorias deixam de ser apenas a marca de um *status* diferenciado e passam a ser consideradas indispensáveis (cf. Hugh-Jones, 1992). Incluem-se nessa rubrica certas ferramentas (como machados, terçados, facas, anzóis, espingardas), roupas e medicamentos de uso simples (analgésicos, anti-sépticos, vermífugos etc.). Na eventualidade de um corte súbito no suprimento de mercadorias, os povos indígenas nessa situação ainda dispõem de mulheres e homens mais velhos capazes de substituir os itens em falta por suas contrapartidas nativas. Nesse sentido, ainda não se observa uma perda significativa dos conhecimentos ecológicos do grupo como um todo. Porém, a presença cada vez mais significativa da escola, a decadência paulatina da transmissão tradicional de conhecimentos e o uso cada vez mais intenso de produtos industrializados tornam a cultura ecológica “mitógena” progressivamente restrita aos velhos, pondo em risco sua continuidade.

A partir da cidade de Paragominas, para onde passariam a se deslocar, através de estradas abertas até as aldeias, construídas pela prefeitura que representava o interesse de madeireiros locais, favorecendo uma intensa em troca monetária desigual, isto é, a liberação de retirada de árvores que eram, via de regra, trocadas por valores muito aquém do valor de mercado ou trocados por caixas “cachaça”. Este processo se disseminou, havendo um aliciamento aberto e geral, por parte dos madeireiros, fazendo com que praticamente toda a população indígena do Gurupi se envolvesse com a venda ilegal de madeira, ocasionando uma total desorganização econômica e social do grupo local.

Ao mesmo tempo em que estes recursos oriundos da venda ilegal das árvores, trouxeram um incremento de valores ao quais os índios não estavam preparados para administrar, mesmo sendo infinitamente desvantajosos para eles, que recebem uma ínfima parcela daquilo que é auferido pela comercialização das toras, veio junto à entrada de bebidas alcoólicas, prostituição, comércio de drogas e outras mazelas sociais trazidas pelos madeireiros.

“A categoria “povos indígenas de comércio recorrente” abrange uma grande diversidade de situações sociais – incluindo, na verdade, a maioria dos povos indígenas da Amazônia –, cujo traço comum é o fato de que a produção para a venda já é incorporada nas práticas culturais. Em geral, trata-se de povos localizados ao longo das principais vias de comunicação. Do ponto de vista da estrutura de mercado, podemos distinguir três situações típicas: ou os índios se integram ao sistema tradicional de “aviamento”, ou participam de um tipo de extrativismo mais recente e bem mais depredatório, que envolve basicamente o garimpo e a comercialização de madeiras nobres, ou ainda participam do que podemos chamar de sistema mediado de comercialização LIMA e POZZOBOM, 2001, pg. 59).”

O aumento da população e o envolvimento crescente na economia de mercado elevam as taxas de exploração dos recursos naturais a níveis acima de sua

capacidade natural de reposição. Além do aumento da pressão que estes grupos indígenas exercem sobre os recursos naturais em suas áreas devido ao crescimento das necessidades de consumo, agentes econômicos de fora, que adotam diversas estratégias para usufruir os recursos naturais existentes nas áreas indígenas, contribuem para agravar a pressão de exploração.

A violência aumentou entre as aldeias, e até mesmo mortes já ocorreram no embate entre grupos de interesses contrariados. A divisão está aberta entre as famílias e o processo de desgaste interno se acentuou sobremaneira. Parcelas consideráveis dos índios abandonaram as roças, as caças e a pesca foram prejudicados pelo processo de devastação causado pelo derrube das árvores, e o diálogo entre aldeias ficou muito prejudicado. Se não houver uma alternativa emergencial para se contrapor aos recursos financeiros conseguidos com a venda de madeira, o grupo Tembé do Gurupi, certamente passará por um processo irreversível de confronto e destruição das suas florestas, com as conseqüências imprevisíveis e certamente nefastas se isto permanecer ou for ampliado.

### 6.3 AMEAÇAS EXTERNAS / INTERNAS

#### 6.3.1 Sobre os invasores das terras dos Tembé

A Terra Indígena Alto Rio Guamá, território reconhecido oficialmente como habitat dos índios Tembé, vem sofrendo invasões de agentes externos há várias décadas. Inicialmente, sob concordância e até incentivo do instrumento governamental o Serviço de Proteção aos Índios, responsável na época pela defesa territorial da área, mas que agiu como um indutor para que os índios aceitassem a presença dos invasores como algo benéfico. Houve o argumento da facilitação a produção de bens de subsistência e geradores de renda, através do incremento da força de trabalho dos invasores, o que acabaria causando não só uma fortíssima descaracterização cultural e desorganização social do povo Tembé, habitante da parte norte da terra indígena, na região do Guamá. Assim como também, uma desmotivação e a conseqüente desorganização dos mecanismos internos tradicionais para os Tembé da parte sul na região do Gurupi, desmerecidos como “indolentes” e “preguiçosos”.

Os invasores possuem características diversas, relatadas abaixo:

#### 6.3.1.1 Pequenos produtores

Foram os primeiros destruidores das florestas originais dos Tembé. Despossuídos dos meios de produção básica, os posseiros foram chegando estabelecendo relações de compadrio, por vezes até de casamentos inter-étnicos com os índios. Não tinham capital para a aquisição de terras, e foram se apossando das áreas permitidas ou não pelos indígenas. Com o passar dos anos, foram se tornando agentes mais agressivos da destruição, agindo como aliados dos fazendeiros e madeireiros, no processo de preparo da terra para os pecuaristas e como guias na busca de árvores de alto valor comercial, para serem abatidas pelos madeireiros em troca de valores ínfimos como recompensa pelo trabalho.

#### 6.3.1.2 Pecuaristas

Possuíam características mais agressivas, pois eram portadores de algum capital, que investiam no processo de substituição da floresta por pastos para a criação de gado, após também negociar a madeira existente com valor comercial, para os madeireiros. Os fazendeiros, não procuravam estabelecer relações cordiais com os índios, agiam sempre no interesse do lucro imediato, tentando ampliar sua área de domínio, com novos desmatamentos e queimadas a cada ano, provocando uma devastação mais intensa e prejudicial ao meio ambiente.

#### 6.3.1.3 Madeireiros

Foram os mais recentes a penetrar o território indígena, mas sua ação é extremamente nociva e danosa. Agem sempre na condição de financiadores da destruição da floresta, retirando as árvores com valor comercial.

Seu poder financeiro, condiciona os pequenos posseiros a serem seus informantes das árvores existentes para derrubada e os fazendeiros, que são aliados em um projeto de saque contra os bens existentes na floresta dos indígenas, agindo no financiamento de políticos defensores destas posturas ilegais e perniciosas, tendo também uma postura de incentivar os próprios indígenas para facilitarem a retirada de árvores da reserva, em troca de valores absolutamente desproporcionais, com os seus lucros acumulados.

#### 6.3.1.4 Traficantes

Usam os agricultores locais (posseiros) para plantarem maconha na terra indígena, em áreas já ocupadas, ou em outras abertas na densa floresta, usando como meio de acesso as plantações, as numerosas estradas abertas por madeireiros para extração ilegal de madeiras, as quais servem como rotas de escoamento. É recorrente nos meios de comunicação de Belém as notícias de freqüentes operações de repreensão as quadrilhas de traficantes nos municípios (Nova Esperança do Piriá, Garrafão do Norte, Cachoeira do Piriá) do entorno da TIARG.

#### 6.3.2 As questões internas

Além destas ameaças externas não podemos deixar de falar sobre as ameaças internas, causadas pelos desentendimentos e pela desarticulação entre os diferentes grupos dos Tembé do Guamá e do Gurupi. A luta pela questão fundiária tem sempre unido as lideranças dos Tembé, mas nas questões ligadas às políticas públicas como saúde, educação, assistência técnica, fiscalização do território etc. faltam unidade e dialogo interno. Há necessidade de incentivar a constituição de um novo grupo de lideranças entre os jovens que se relacionam, de maneira sistemática, com a trajetória histórica e os problemas atuais do Povo Tembé.

## 7 INICIATIVAS DE AUTO-ORGANIZAÇÃO DO POVO TEMBÉ: CONSTRAGIMENTOS E PERSPECTIVAS

### 7.1 ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS (ASSOCIAÇÕES)

O movimento de organização dos grupos indígenas tem lugar especialmente no decorrer dos anos 1970. Na América Latina, estas mobilizações envolveram segmentos que foram excluídos das políticas sociais por décadas, alvos de injustiças por razões de raça, etnia, gênero e ocupações. Uma nova sociedade começou a se construir e estes grupos passaram a se articular local, nacional e transnacionalmente, compondo o que os especialistas chamam de novos movimentos sociais. Diversos atores sociais contribuíram para o processo de organização dos indígenas, entre eles, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), associações profissionais como a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), Associação Brasileira de Lingüística (ABRALIN) e Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). O movimento de organização Tembé nasce nesse contexto e seus líderes expressam em suas falas e ações os princípios democráticos que são almejados (ASSIS, 2006).

“Esse movimento indígena e indigenista se consolida no fim dos anos 70 e início dos 80, período em que o ambientalismo já se constituiu como um dos principais tópicos da agenda das discussões políticas globais. Apesar de ambos terem se fundamentado prioritariamente sobre críticas do desenvolvimento convencional: nem sempre tiveram uma boa articulação. Pelo contrário, durante algum tempo, entraram em uma série de situações de conflitos (SOUSA, 2000:69)”.

Os Tembé participaram inicialmente da Associação dos Tupi do Pará, Amapá e Maranhão (AMTAPAMA) no âmbito de um movimento regional sob a orientação do CIMI. Posteriormente, as demandas locais levaram à formação de associações. No caso Tembé da Região do Guamá (Região Norte da TIARG), constata-se a presença de três associações indígenas constituídas, sendo duas, em situação fiscal regular, a Associação do Grupo Indígena Tembé das Aldeias Sede e Ituaçu (AGITASE) e Conselho das Aldeias Tembé do Triângulo do Alto Rio Guamá (ADATARGMA). A Associação do Grupo Indígena Tembé do Alto Rio Guamá (AGITARGMA), está atualmente em situação irregular.

Criadas na possibilidade de dialogarem com o Estado como sujeitos coletivos (pessoa jurídica), ou mesmo, com a intenção da construção da autonomia em sua

relação ao Estado, no entanto, no início da sua constituição a AGITARGMA<sup>8</sup>, concentrou sua bandeira de luta pela demarcação da TIARG, pois as ameaças para redução e divisão da terra indígena eram explicitadas pelos agentes governamentais (regionais e locais)<sup>9</sup>. Passado o “fantasma” da perda do território, já que a TIARG teve sua regularização efetivada, a associação indígena passa a se inserir na agenda do movimento ambientalista, porém seu foco estava voltada diretamente para a busca de melhorias no campo da educação e alternativas de captação de recursos para atenderem as demandas de investimentos em projetos ditos “produtivos”, pela incapacidade orçamentária/financeira da FUNAI em atender as demandas necessárias para o abastecimento interno das famílias indígenas, principalmente das aldeias localizadas na Região do Guamá.

Na década de 80 os investimentos estatais (FUNAI), além de serem reduzidos, estavam voltados à apoiar unicamente a produção de farinha de mandioca, a qual era vendida na sede do município de Capitão Poço. No entanto, os resultados foram insuficientes para dar conta de um padrão de consumo de mercadorias, do qual os Tembê já estavam dependentes. Segundo Moraes (2008), os Tembê

(...) vivem em um sistema econômico misto onde parte da produção é descapitalizado e a outra se destina à comercialização. Evidentemente que a parte descapitalizada está voltada para atender às necessidades imediatas de consumo dessa unidade familiar e do grupo de afinidade (irmãos, tios, cunhados, e outros parentes mais próximos). A parte comercializável, principalmente a farinha, será vendida na cidade mais próxima visando a aquisição de produtos básicos como o sal, o açúcar, o óleo comestível, tecidos, querosene, o café, etc.

No fim dessa década, os Tembê do Guamá experimentaram um processo de articulação de parcerias externas, buscando atrair investimentos em projetos de segurança alimentar e geração de renda. Iniciaram com a ONG MANITESI um projeto de manejo de aves (galinhas), bovinos, entre outros. Porém, devido à assistência técnica precária as atividades não se tornaram exitosas. A idéia central da proposta era possibilitar aos produtores indígenas a inserção no mundo do “mercado”. Ayres e Pozzobom (2005) descrevem bem o “espírito” de iniciativas desta natureza.

---

<sup>8</sup> Primeira associação indígena do povo Tembê, criada em meados do ano que agregava todas as aldeias da Região do rio Guamá.

<sup>9</sup> Houve um proposta e divisão da terra indígena pelo então governador Jader Barbalho (1982-198) em dividir a terra indígena em 2 Colônias Agrícolas Indígenas (Guamá e Gurupi).

Inspirados na vaga idéia de que os índios precisam produzir algo para adquirir as mercadorias que desejam e animados pelos capitais recentemente colocados à disposição através de financiamentos internacionais de caráter ecológico (Prodeagro, Planaflo, PPG7), missionários e funcionários da FUNAI dão-se à elaboração dos chamados “projetos produtivos sustentáveis”. Em geral, trata-se de iniciativas pouco sustentáveis e muito frustrantes para os índios: primeiro, devido à solução de continuidade, decorrente de más avaliações da capacidade de absorção dos mercados locais e regionais; segundo, porque não treinam índios para administrar a produção e a comercialização de produtos nativos (daí o caráter tutelar).

Nos anos 90, as associações indígenas passam a firmar convênios com o Governo do Estado, pelos quais recebem via Programa Raízes, recursos para atendimento das suas necessidades mais urgentes (embarcações, casas de farinha etc.). Esta iniciativa acelerou o surgimento de novas associações, que foram uma *condition sine qua non* para a administração dos recursos externos, mas, ao mesmo tempo, reproduziram desentendimentos entre as lideranças e as aldeias, criando, assim, uma tendência de fracionamento político entre os indígenas.

Esta tendência foi reforçada pelo novo modelo de gestão de saúde indígena do governo brasileiro, instituída em 1999, pelo Ministério da Saúde, outorgando a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) o papel de gerenciar todas as ações da atenção básica de saúde para os povos indígenas no Brasil através dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs). Num primeiro momento, as ações de assistência foram realizadas numa relação formal (convênios) entre o governo federal (FUNASA), os Estados, Municípios e Organizações Não Governamentais. Entretanto, com o surgimento de muitos problemas na implementação das atividades, causado, principalmente, pelo burocratismo da máquina pública e pelo desconhecimento das especificidades culturais dos indígenas por parte dos agentes externos, a direção da FUNASA resolveu firmar convênios com as associações indígenas.

Esse fato provocou uma corrida às contratações de “assessorias”, muitas vezes com competências duvidosas, que, na grande maioria das vezes, passaram a assumir a gestão integral das associações, excluindo a participação efetiva das comunidades nas decisões a serem tomadas. No caso dos Tembé, das cinco associações constituídas neste processo, somente duas encontram-se em situação fiscal regularizada. A mais recém criada, a Associação dos Povos Indígenas do Gurupi (APIGU), que reúne as etnias Tembé, Timbira e kA na Região do Rio Gurupi, ainda está em processo de legalização.

Vale destacar ainda, que entre os Temb  o associativismo está afetado pela fragmenta o política interna de grupos que disputam espaços políticos/territoriais. Expressa, também, conflitos de parentesco entre os indígenas. Estes conflitos, acirraram-se nos últimos anos (2003/2010), originando o surgimento de novas associa es que passaram a disputar a “divisão do bolo” dos recursos da saúde indígena, através dos convênios da FUNASA. Na Tabela 7 apresentamos o atual quadro das organiza es na Região do Guam  e Gurupi (ver mapas 5 e 6):

Tabela 7: Quadro Referente a Situa o das Associa es Indígenas

<b>Associa�o</b>	<b>Funda�o</b>	<b>P�lo/aldeias</b>	<b>Conv�nios Firmados</b>	<b>SITUA�O</b>
<b>AGITARGMA</b> Guam�		<b>Frasqueira (p�lo 1)</b>	<b>- FUNASA / MS</b> <b>- PROGRAMA</b> <b>RAÍZES – GOV. DO</b> <b>PAR�</b>	<b>Inadimplente</b>
		<b>Ytahu</b>		
		<b>Zawara-hu</b>		
		<b>Tawari</b>		
<b>ADATARG</b> Guam�		<b>S�o Pedro (p�lo 2)</b>		<b>Adimplente</b>
		<b>Murysity</b>		
		<b>Jacaré</b>		
		<b>Taitetuw�</b>		
<b>AGITASI</b> Guam�		<b>Sede (p�lo 3)</b>	<b>- FUNASA / MS</b> <b>- PROGRAMA</b> <b>RAÍZES – GOV. DO</b> <b>PAR�</b> <b>- CARTEIRA</b> <b>INDÍGENA / MMA</b>	<b>Adimplente</b>
		<b>Pir�</b>		
		<b>Ituaçu</b>		
		<b>Ipidho</b>		
		<b>Wrap� ladu</b>		
		<b>Pino�</b>		
<b>APIGU</b> Gurupi	<b>2010</b>	<b>Cocalzinho</b>	<b>Nenhum</b>	<b>Em Processo</b> <b>de</b> <b>Regulariza�o</b>
		<b>Bate-Vento</b>		
		<b>Canind�</b>		
		<b>Ikatu</b>		
		<b>Anaair�</b>		
		<b>Tekohaw</b>		
		<b>Floriano</b>		
		<b>Araruna</b>		
		<b>Suçuarana</b>		
		<b>Cajueiro</b>		
		<b>Mangueira</b>		
		<b>Piahu</b>		
		<b>S�tio Novo (Ka’apor)</b>		

Entre os Temb  da Região do Gurupi, a organiza o está passando por um processo de reestrutura o que procura superar a fragmenta o com a cria o de

associações por pólo de aldeias, visando, inclusive, a representação de todas as etnias<sup>10</sup> e aldeias.

Atualmente as associações enfrentam, ainda, problemas de ordem administrativo-legal, ou seja, as inadimplências, ocasionadas em grande parte pela inexperiência na gestão administrativa/financeira/contábil dos recursos repassados via convênios (federal/estadual). Não podemos deixar de mencionar que a inadimplência também é um produto dos passivos de dívidas trabalhistas<sup>11</sup> resultantes dos convênios da saúde indígena. Todos esses fatos ratificam a necessidade de encontrar novos mecanismos de gestão que promovam o fortalecimento das associações indígenas, propondo um novo pacto de articulação e reorganização dos Tembé, superando o rompimento e isolamento existente entre lideranças e as comunidades dos pólos e aldeias. Estes mecanismos serão apontados com mais profundidade na no capítulo 4 deste trabalho.

---

<sup>10</sup> Na Terra Indígena Alto Rio Guamá (TIARG) na Região do Rio Gurupi (Município de Paragominas) estão habitando as etnias os Tembé (maioria), Timbira, Guajajara e algumas famílias de Munduruku do Tapajós;

<sup>11</sup> Os funcionários demitidos entram na justiça trabalhista contra as associações indígenas (contratantes), geralmente pedindo indenizações com altos valores;

## **8 ASSOCIANDO PROBLEMAS GLOBAIS COMO A MUDANÇA CLIMÁTICA E PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE COM A DEFINIÇÃO DE CAMINHOS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL NA TIARG**

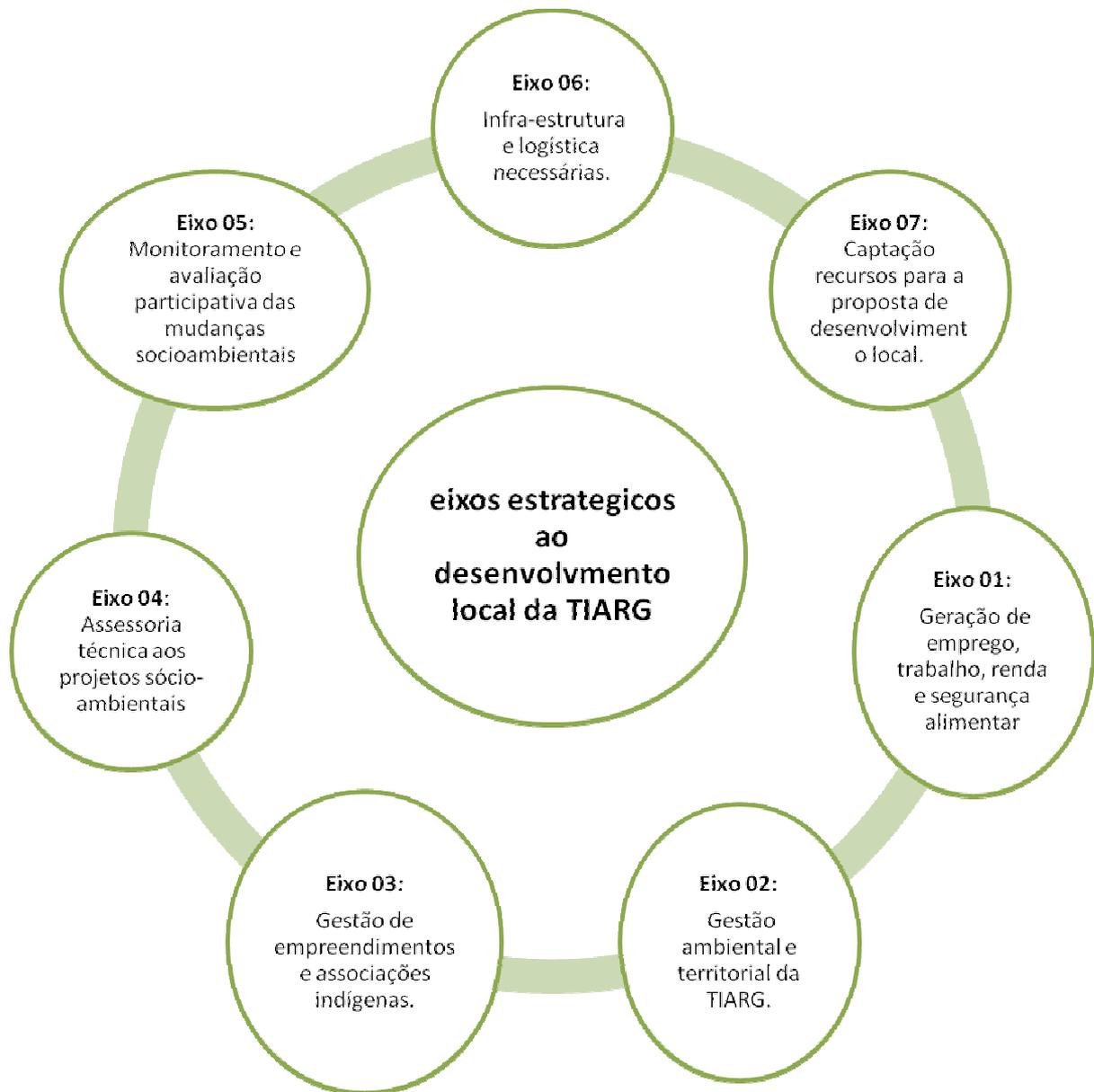
### **8.1 EIXOS À PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL À TIARG**

Na Amazônia, as mudanças climáticas e destruição da biodiversidade estão interligadas, uma vez que a derrubada e queimada da floresta colocam em xeque a extraordinária abundância de sua flora e fauna e aumentam a concentração de gases carbônicos na atmosfera. As tendências da destruição socioambiental que caracterizam a maior floresta tropical contínua do mundo refletem a dinâmica e as modalidades da integração da região amazônica na divisão internacional de trabalho a partir dos anos 70 do século passado.

O desafio para o novo milênio exige atuações para a reversão dessas tendências de devastação sócio-ambiental, inclusive nas terras indígenas, tendo como iniciativas: a garantia da demarcação territorial, que é uma condição essencial para proteção das populações e dos recursos naturais nesses territórios, bem como, o estabelecimento de políticas públicas voltadas para a gestão territorial e socioambiental. A não efetivação dessas iniciativas poderá inviabilizar a sobrevivência dessas populações, tornando praticamente impossível a autonomia socioambiental que aponte para a melhoria da qualidade de vida dos povos indígenas na Amazônia e no Brasil.

Como elemento viabilizador dessas iniciativas na TIARG, pressupõe-se a implementação de um programa de desenvolvimento local, que possibilite o aproveitamento de conhecimentos e práticas locais disponíveis e a sua articulação com o *modern knowledge* da sociedade moderna de informação. Para avançar numa perspectiva desta natureza apresentaremos a seguir alguns eixos estratégicos que consideramos relevantes para traçar vias de desenvolvimento local da TIARG. Esses eixos são apenas referenciais didáticos, não tendo a pretensão de ser algo definido, mas pressupõe um exercício de reflexão que poderá contribuir para a mudança da realidade local do povo Tembé

Figura 1: Dinâmica dos eixos estratégicos



Para cada eixo discutimos, a seguir, os projetos e ações que deverão ajudar na operacionalização do plano de desenvolvimento local da TIARG.

## 8.2 EIXO 1: PROJETOS PARA A GERAÇÃO DE EMPREGO, TRABALHO, RENDA E SEGURANÇA ALIMENTAR

### 8.2.1 Projetos de base agroecológica

Este Projeto aponta ao estabelecimento de ações integradas de produção de alimentos para o auto-abastecimento familiar, gerando renda com a comercialização dos excedentes, bem como, promover a ampliação da ocupação de mão-de-obra familiar em atividades produtivas. A concepção da proposta esta estruturada a partir de ações já presentes no cotidiano da Terra Indígena e de vivências de formação promovidas por outras ações governamentais e não governamentais. A seguir descrevemos as **linhas produtivas** de atuação:

#### Linha produtiva 01: Diversificação das culturas alimentares em roçados e pomares tradicionais

A agricultura de roçado praticada pelos Tembé vem perdendo em diversidade e em tamanho das áreas. As roças em sua grande maioria assemelham-se ao modelo de agricultura (consórcio bragantino)<sup>12</sup> praticado pela agricultura familiar no nordeste paraense, a qual faz uso de culturas alimentares de ciclo curto como o arroz, milho e mandioca (roça de inverno) e feijão (roça de verão). Em um número reduzido ainda é possível notar certa diversidade com o incremento de produtos como a batata doce, macaxeira, banana, entre outras.

A produção de mandioca tem uma grande importância para os Tembé, pois esta é matéria prima usada para a confecção de farinha, base tradicional alimentar e cujos excedentes proporcionam a geração de renda a partir da comercialização nas cidades e vilas dos entorno da terra indígena.

A baixa produtividade dessas roças tradicionais traz como desafio dialogar com os produtores indígenas sobre a adoção de tecnologias apropriadas, como por exemplo: o uso de Sistemas Agroflorestais (SAF`s) nas roças tradicionais, associando espécies arbóreas (frutíferas e/ou madeireiras) com cultivos agrícolas diversificado com culturas de ciclo curto e perenes. Os resultados podem gerar uma maior diversidade de espécies utilizadas tanto para o consumo alimentar das famílias, garantindo a autonomia alimentar, gerando ainda benefícios ecológicos,

---

<sup>12</sup> O consórcio bragantino tem na sua estrutura basicamente a constituição composta pelas seguintes espécies: mandioca, arroz, milho e feijão.

evitando o uso descontrolado das queimadas, além de otimizar a produção com o uso mais eficiente dos recursos (solo, água, luz, etc.), entre outros. O SAF também pode ser utilizado em áreas degradadas para sua recuperação.

O objetivo dessa proposta propõe ampliar a diversidade dos produtos, garantindo a autonomia alimentar das famílias, bem como, incorporação desses produtos na merenda escolar indígena, através do mercado estatal operado pela Prefeitura Municipal (Paragominas) e pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Esta última tem como finalidade apoiar os agricultores familiares através da aquisição de alimentos deste segmento social, possibilitando, inclusive, a dispensa de licitação. Os alimentos adquiridos diretamente dos agricultores familiares ou de suas associações e cooperativas são destinados à formação de estoques governamentais ou à doação para pessoas em situação de insegurança alimentar, utilizando a linha de Transferência Voluntária de Alimentos.

**Foto 14 – Roçado Aldeia Cajueiro**



Orientação para  
Implantação de roçado.

Fonte: Relatório do Projeto Tenetehara – SEMA/IVR – 2010

#### Linha produtiva 02: Produção familiar de animais de grande, médio e pequeno porte

Esta linha produtiva de manejo de bovinos (animais de grande) é realizada em duas modalidades: a comunitária de maior frequência, com piquetes que reúnem animais<sup>13</sup> de várias famílias e a modalidade familiar com menor frequência. A criação de suínos tem sido realizada de forma familiar, o único projeto coletivo

<sup>13</sup> O rebanho de gado bovino são de aproximadamente de 800 cabeças, concentradas nas aldeias São Pedro, Wrap Ladu, Pinawa (Guamá), Cajueiro, Tekohaw (Gurupi).

(Aldeia Frásqueira – Guamá), foi desativado em função de desentendimentos entre os produtores. Verifica-se iniciativa incipiente de criação de ovelhas (Aldeia Wapré ladu - Guamá) Esta é uma atividade inovadora que poderá substituir ou frear a ampliação de áreas destinadas à criação de gado bovino, o qual tem um alto custo de manutenção e consequências nocivas em termos ambientais. Atualmente esta atividade está voltada somente ao consumo interno. A intenção da intervenção é de estabilizar números de animais, propondo a melhoria genética, revitalizando a infraestrutura básica (piquetes) e promover a sanidade dos animais.

Agora a linha produtiva da avicultura tem se tornado uma atividade importante para os Tembés, agregando majoritariamente a ocupação da mão-de-obra feminina. Essa atividade possibilita o aumento de consumo de proteína animal (carne e ovos), que, devido aos baixos estoques de caça, representa um problema para a nutrição das comunidades. A produção estimada é de 100 unidades (bicos) por família, com uma reposição do plantel a cada 3 meses, sendo um ciclo de 4 meses de produção anual com um total de 400 unidades. O objetivo desta atividade é a promoção do consumo familiar de aproximadamente 120 unidades/ano (240 kg/ano), destinando 280 unidades/ano para comercialização a um preço médio de R\$15,00/unidades, podendo gerar um excedente de R\$4.200,00/ano. Abatidos os custos de produção (R\$ 2.400,00) o resultado é de R\$1.800,00/ano de renda líquida por família.

**Foto 15 – Galinheiro Aldeia Tekohaw**



Desinfecção de aviário  
para controle de doenças  
das aves.

Fonte: Relatório do Projeto Tenetehara – SEMA/IVR - 2010

### Linha produtiva 03: Manejo da apicultura

A linha produtiva de apicultura é uma atividade com bastante potencial na geração de renda, atualmente sua concentração ocorre nas aldeias São Pedro, Sede, Frasqueira, Pinawa, Itapytyre e Tawari, na Região do Guamá com aproximadamente 250 caixas e iniciando ações nas Aldeias Tekohaw (30 caixas) e Bate Vento (04 caixas) na Região do Gurupi, com cerca, de 25 produtores envolvidos nas atividades. A produção de mel se dá com o manejo de abelhas africanizadas, com uma produção e processamento de aproximadamente de 10.520 kg/ano, se comercializados a um valor de R\$ 6,00 (preço kg mel – Programa PAA CONAB), esta atividade pode gerar renda anual de R\$ 51.120,00, ou seja, R\$2.044,80 por produtor.

A proposta indicada é a realização de investimento para que cada produtor possa adquirir pelo menos 20 caixas, estimando uma produção de 400 kg de mel/ano. Com um atendimento de pelo menos 150 produtores/família, num total de 3.000 caixas. A projeção aponta para uma produção de 120.000 kg/ano de mel, podendo gerar uma renda anual no valor R\$720.000,00/ano e para cada produtor em torno de R\$400,00.

**Foto 16 – Manejo em Apicultura na Aldeia São Pedro**



Prática de divisão de colméias.

Fonte: Relatório do Projeto Tenetehara – SEMA/IVR – 2010

### Linha produtiva 04: Manejo em piscicultura

A linha produtiva em piscicultura já foi experimentada entre os Tembés do Guamá, porém as ações resultaram em fracassos, devido à falta de acompanhamento técnico na implantação dos tanques escavados (açudes) e no

manejo. Apesar dessas experiências, várias famílias (ver tabela 5) estão dispostas a iniciar a criação de peixes em cativeiros (tambaqui e curimatã), em função da diminuição dos estoques naturais de pescado, ocasionada pela sazonalidade natural (inverno), pela pesca predatória por parte dos invasores da terra indígena e a poluição por contaminação de defensivos agrícolas, lançados nos rios e igarapés afluentes Rio do Guamá e Rio Gurupi.

A meta nesta atividade é a produção consorciada de peixes em cativeiro de 600 unidades (500 tambaqui e 100 curimatã), utilizando 03 tanques redes/família, com dimensão de 2,0 x 2,0 M x 1,5 M, totalizando a produção de 1.800 unidades (1kg por indivíduo), que em um ciclo de nove meses resultará em produção de aproximadamente 1800 kg de pescado. Os resultados apontam para uma taxa de consumo familiar na ordem de 30% ou 540 kg/família, sendo o excedente de produção destinado para comercialização um total de 1.260 kg que se comercializados a um preço de R\$6,00/Kg, resultará num valor estimado de R\$ 7.560,00 por produtor. Considerando os custos de produção no valor de R\$ 4.608,00 para repovoamento dos 03 tanques, alimentação (ração) e manejo, a atividade indica uma rentabilidade de R\$2.952,00/família. Contribuindo para o consumo familiar 540 kg de pescado, ou seja, R\$3.240,00 de recursos que podem ser destinado ao consumo de outros produtos para as famílias.

#### 8.2.2 Projeto de difusão de tecnologias apropriadas de processamento de matérias-primas (farinha, mel, frutas) para agregação de valor aos produtos agroextrativistas

Este projeto se constitui em um dos maiores desafios a ser enfrentado pelos Tembê, o beneficiamento de três produtos como o açaí, o mel e a farinha de mandioca, os quais têm grande potencial para o consumo na merenda escolar e a comercialização na Região. Para concretizar esta atividade de agregação de valor aos produtos, será necessário dar alguns passos. O primeiro passo é buscar financiamentos para a instalação de unidades de beneficiamento de polpa de frutas, casa do mel e de casas de farinhas.

O segundo passo será viabilizar a qualificação profissional dos indígenas para a operação das unidades. E o último passo será garantir a assistência técnica nas etapas de produção/coleta, do abastecimento da matéria-prima, do processamento, escoamento, comercialização e gestão dos empreendimentos. Nesse momento o primeiro passo já foi dado, com o financiamento para instalação de 06 unidades de

processamentos de produtos produzidos pelos Tembés, assim especificadas: 01 unidade de processamento múltipla de polpa de frutas, 02 Casas de farinha para processamento de mandioca (Gurupi), 01 Casa para Processamento de Mel e 02 Casas de farinha para processamento de mandioca (Guamá). Estas unidades foram financiadas pelo Programa Territórios da Cidadania, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (anexo 2), e estão sendo executadas em parcerias com a Prefeitura Municipal de Paragominas e com o Governo do Estado. Dado o primeiro passo, torna-se imprescindível a adoção de articulação institucional para financiamento execução dos outros passos necessários para a sustentabilidade dos empreendimentos implantados.

**Foto 17: Família Tembés Fazendo Farinha na Aldeia Pinawá**



**Fonte: Relatório Visita Técnica do Projeto Tenetehara – SEMA/IVR – 2010**

### 8.2.3 Projeto de Formação profissional

Atualmente as atividades agro-extrativistas são as responsáveis pelo sustento das famílias Tembés (ver tabela 5). Porém, muitos jovens acabam almejando de partir para as cidades em busca de uma escolaridade mais elevada (ensino médio/técnico/superior), que não é ofertada nas escolas indígenas. Desta maneira, está sendo induzida a fragmentação da unidade familiar. Um número reduzido de indígenas tem experimentado de estudar na cidade, mas com resultados que, via de

regra, tem sido frustrantes, pois os cursos geralmente não atendem as especificidades do contexto sócio-ambiental e cultural dos indígenas.

O Projeto de formação profissional propõe romper com essa situação, ofertando uma nova modalidade de qualificação Profissional através da implantação de um curso Pós-Médio (técnico) em agroecologia aos jovens Tembé nas suas aldeias, ampliando os seus horizontes, mostrando o mundo do trabalho como provocador de novas aprendizagens para a gestão do território, dos recursos da biodiversidade e dos empreendimentos sustentáveis, voltados para geração de renda e o trabalho entendido como promotor de identidade, desenvolvimento e cidadania. Espera-se que ao final do curso Pós-Médio a ampliação de conhecimentos e vivências nas atividades reais, possibilitando aos jovens técnicos a permanência em seus locais de origem (aldeias), contribuindo para a qualidade sócio-ambiental e, conseqüentemente, a melhoria das condições de vida do conjunto do seu povo. Num momento posterior haverá necessidade da oferta de outros cursos técnicos ou mesmo cursos superiores (tecnólogos, magistério entre outros) voltados para atender as especificidades locais levando em conta as vocações dos jovens Tembé.

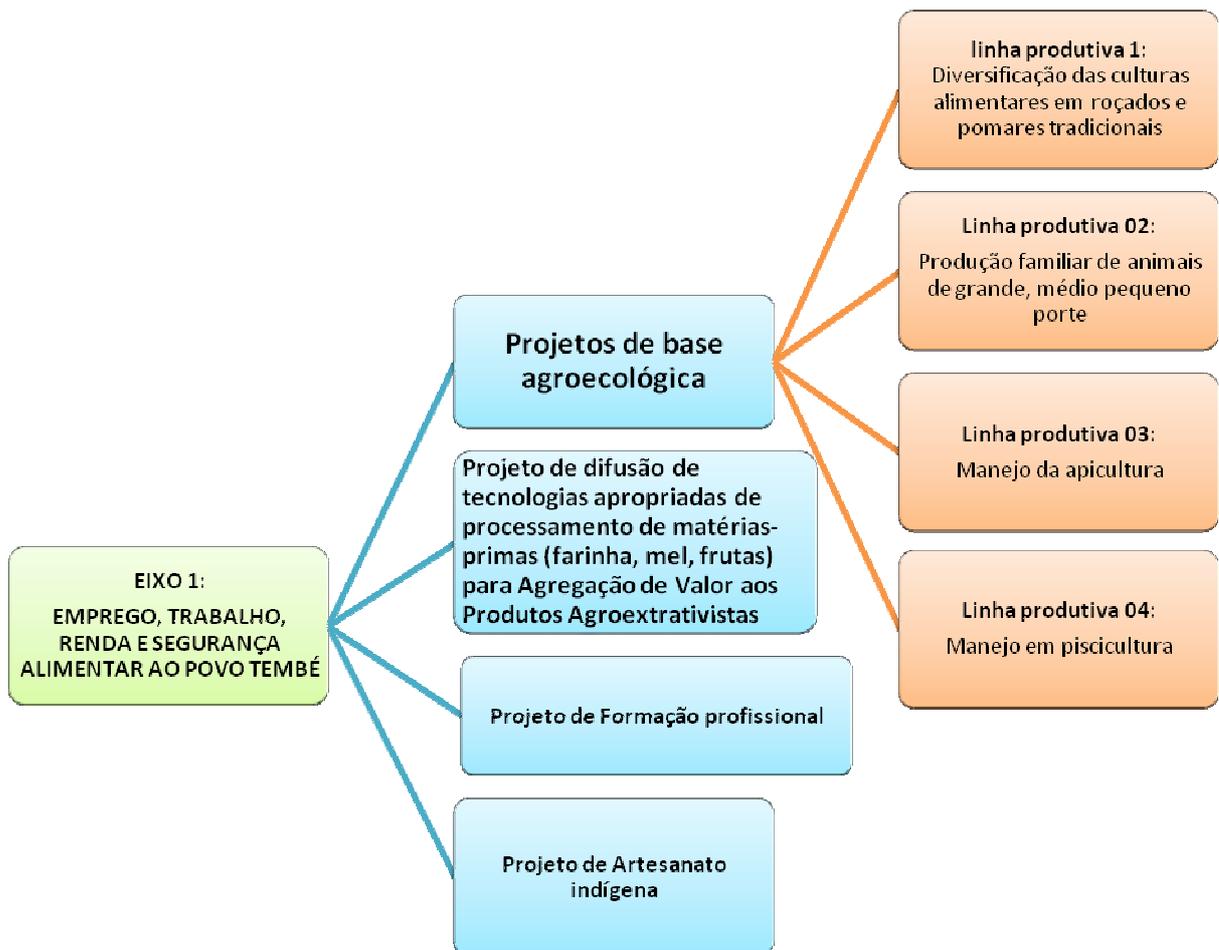
#### 8.2.4 Projeto de artesanato indígena

Além de valorizar o conhecimento local e contribuir para o resgate da cultura tradicional, a atividade de produção de artesanato tem como estratégia envolver um grande número de famílias, especialmente as mulheres, os idosos e os mais jovens. Nesse processo recuperam-se alguns elementos da cultura tradicional que estavam enfraquecidos, fortalecendo-se as raízes e legitimando o saber local. Sem raízes, sem opções educacionais ou alternativas de geração de renda nas comunidades, o aceno da vida nas cidades se torna mais forte.

A produção do artesanato Tembé pode oferecer uma alternativa de trabalho nas próprias comunidades e, mais do que a possibilidade de gerar e distribuir renda, poderá ainda promover a inserção das crianças, adolescentes e os jovens, os quais vislumbram possibilidades promissoras de inserção no mundo dos adultos. A cultura local fortalece os laços de colaboração entre as pessoas envolvidas diretamente, proporcionando ainda, a intensificação de trocas internas. Com comercialização dos artesanatos os artesãos passam a gerar renda para a compra de insumos os quais

não tem condições de produzir, bem como, contribuir para o acréscimo da renda familiar.

**Figura 2: Estrutura de composição do Eixo 01 - Emprego, trabalho, renda e segurança alimentar ao povo Tembé**



### 8.3 EIXO 2: GESTÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL DA TIARG

Segundo estudos científicos, na Amazônia as terras indígenas apresentam os menores índices de desmatamento e de ocorrências de incêndios florestais. Neste sentido, os povos indígenas, pelos seus próprios modos de vida, contribuem para a preservação dos serviços ambientais da floresta que envolve a manutenção do estoque de carbono, da biodiversidade e da ciclagem de água e da precipitação; serviços, aliás, que beneficiam a humanidade como um todo e, por esta razão, estão sendo chamados de bens globais. Por outro lado, a oferta destes bens, certamente,

está sendo ameaçada se os seus produtores não forem recompensados através de investimentos que apoiem iniciativas que promovam o seu desenvolvimento local (MITSCHHEIN, 2008).

De acordo com os dados disponíveis, os Tembés têm hoje aproximadamente 119.000 ha da TIARG sob seu domínio. Apontamos que 30% desta área (35.700 ha) representem florestas secundárias de até 20 anos de idade e presumimos, ainda, que os indígenas resolvem entregar esta capoeira à um processo de recuperação natural. Neste caso, a biomassa acima do solo destes 35.700 há absorverá 379.955.1 toneladas de CO<sub>2</sub>. Se cada uma destas 379.955.1 toneladas de CO<sub>2</sub> estaria sendo negociada no mercado voluntário de carbono nos Estados Unidos por um preço de 8us\$, os Tembés disporiam, anualmente, de um crédito de 3.039.640.8 Us\$ (4.863.425,28 R\$) (MITSCHHEIN, 2008)."

Partimos do princípio de que a preservação da floresta por parte dos indígenas justifica o pagamento de serviços ambientais (bolsa floresta) para cada família Tembés, permitindo assim, o incremento de uma renda mínima. Trata-se de uma proposta que, segundo os representantes das lideranças Tembés, garantiria a indispensável moratória da venda ilegal de madeira, porque abre uma perspectiva real de segurança social, que é *condition sine qua non* para a um processo de afirmação sócio-ambiental e cultural dos indígenas.

Segundo o posicionamento<sup>14</sup> do Procurador Federal Felício Pontes, no que tange aos serviços ambientais,

"São os Tembés que sofrem a pior situação de todos os povos indígenas do Pará. Precisamos, urgentemente, desenvolver alternativas sustentáveis para eles. Se não ganharmos esta batalha com propostas novas e inovadoras, corremos o risco de perder, a médio e longo prazo, a guerra pela preservação de todas as terras indígenas na Amazônia (MITSCHHEIN, 2008)."

Diante disso, a seguir apresentamos as seguintes ações que podem ser efetivadas:

### 8.3.1 Projeto de conservação ambiental e fixação de carbono

O projeto de fixação de carbono deverá ter como objetivo associar a questão do desenvolvimento local dos Tembés com o problema global das questões climáticas. Essa proposta poderá criar bases para monitorar, de maneira sistemática, o seqüestro de carbono e/ou a mitigação de gases efeito estufa pelo desmatamento evitado. A metodologia a ser aplicada em projetos desta natureza está sendo elaborada através de técnicos de diversas instituições científicas da região

<sup>14</sup> Fala do Dr. Felício Pontes Junior, no Seminário "Povo Tembés: Sustentabilidade na Terra Indígena do Alto Rio Guamá", realizado nos dias 10 e 11 de abril de 2008 na Universidade Federal do Pará.

amazônica. A captação de recursos financeiros advindos da comercialização de créditos de carbono é a possibilidade mais concreta de financiamento de um Programa de Desenvolvimento Local para a TIARG.

### 8.3.2 Projeto de gestão territorial

O Projeto de gestão territorial objetiva dos Tembê exercerem a atividade de vigilância do seu território, condição única para barrar as incursões de invasores (agricultores, madeireiros, caçadores entre outros) na terra indígena. Para realizar essa ação é necessário as seguintes linhas de atuação:

#### Linha de atuação 01: Formação de guardas florestais indígenas

A formação de guardas florestais indígenas tem a intenção de empoderamento técnico de vigilância para desencorajar os agentes predadores dos recursos naturais da TIARG. Deve-se envolver numa empreitada deste tipo jovens indígenas para serem formados por instituições como batalhão ambiental da Polícia Militar do Pará para assuntos ambientais, IBAMA, etc.). Essa atuação de vigilância interna deverá ser articulada com a FUNAI que é responsável pelas iniciativas de fiscalização e proteção das terras indígenas e suas populações. Certamente uma medida desta natureza, tem o efeito de valorizar os indígenas como verdadeiros guardiões de suas Ilhas florestais.

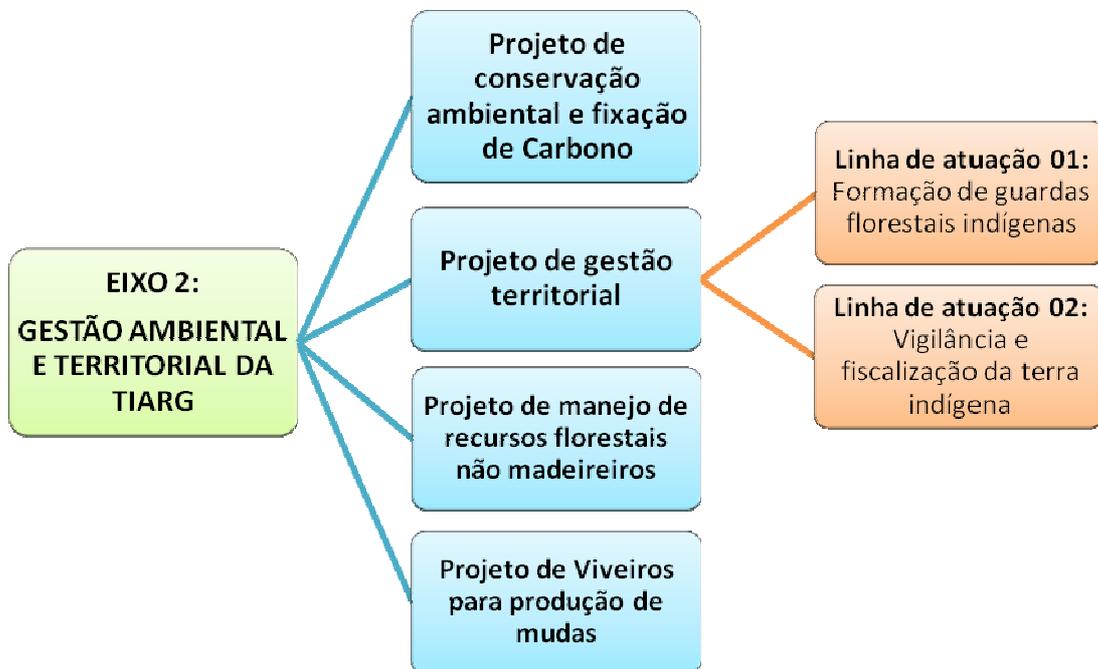
### 8.3.3 Projeto de manejo de recursos florestais não madeireiros

O manejo florestal não madeireiro propõe o aproveitamento das frutas nativas como o açaí, com uma área potencial de exploração de aproximadamente de 30.000 há. Pose-se alcançar uma comercialização de 180.000 kg (12.000 latas) (R\$8,00/lata) chegando, desta maneira, à um valor estimado de R\$ 96.000,00. Além do açaí, outras frutas potenciais de comercialização são o bacuri e o caju, ambos encontrados em abundância na região do Gurupi. Outras ações podem ser incorporadas nesse projeto como o aproveitamento de fibras vegetais, plantas medicinais e óleos essenciais, no entanto, para potencializar a agregação de valor a estes produtos, há necessidade de implementar ações voltadas ao processamento das matérias primas, através das unidades de beneficiamento que esta sendo abordado no item 1.2.

### 8.3.4 Projeto de viveiros para produção de mudas

O projeto de viveiros para produção de mudas arbóreas, arbustivas de essências florestais e frutíferas, poderá atender às demandas da implantação dos SAF's, como também, atender às empresas de reflorestamento e produtores interessados em recompor a reserva legal das áreas desflorestadas nos municípios do entorno da TIARG. Esta linha poderá ser mais elemento gerador de ocupação e renda para as famílias Tembé.

**Figura 3: Estrutura de composição do Eixo 02 - Gestão ambiental e territorial da TIARG**



## 8.4 EIXO 03: GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS E ASSOCIAÇÕES INDÍGENAS

A gestão de empreendimentos e associações indígenas é um eixo que vem incentivar a gestão de empreendimentos produtivos e das entidades indígenas na perspectiva do fortalecimento da autonomia do Povo Tembé. Diante disso, a seguir apresentaremos os seguintes projetos:

### 8.4.1 Projeto de gestão de empreendimentos familiares e coletivos

Para alcançar a sustentabilidade dos sistemas produtivos, bem como, dos empreendimentos familiares e comunitários, os Tembé precisam internalizar métodos de gestão que fortaleçam concepções das relações econômicas justas e

solidárias entre todos os elos dos processos produtivos, gerando formas de empoderamento dos (das) pequenos (as) produtores (as) familiares indígenas.

No que tange a comercialização a estratégia é utilizar como efeito pedagógico, negócios com os mercados estatais, isto é, vender os produtos *in-natura* ou processados para a merenda escolar.

#### 8.4.2 Projeto de fortalecimento das associações indígenas

Para os indígenas e suas lideranças propõe-se ainda o fortalecimento das associações indígenas na perspectiva de construir cooperação entre as diversas associações/comunidades, promovendo o desenvolvimento institucional e a gestão em rede, capaz de gerar processos inovadores de governança, sustentabilidade política e financeira, identidade institucional, gestão em planejamento, monitoramento e avaliação e gerenciamento administrativo e financeiro. Essas iniciativas procuram superar o isolamento entre os pólos e as aldeias. O objetivo maior a ser alcançado, será a construção de um conselho geral que gere unidade na atuação do Povo Tembé para Gestão local em rede.

**Figura 4: Estrutura de composição do Eixo 03 - Gestão de empreendimentos e associações indígenas**



## 8.5 EIXO 04: ASSESSORIA TÉCNICA AOS PROJETOS SÓCIO-AMBIENTAIS

Os projetos a serem implementados deverão contar com uma equipe de profissionais especializados que encaram o diálogo entre os representantes do saber local com o conhecimento técnico-científico como um imperativo categórico, já que é a partir deste diálogo que os ajustes e realinhamentos devem ser encaminhados.

## 8.6 EIXO 05: INFRA-ESTRUTURA E LOGÍSTICA NECESSÁRIAS

- Transporte (veículos, embarcações e outros)
- Pessoal (alojamentos)
- Comunicação intra e extra aldeias
- Base administrativa (escritórios das associações, bases locais nos municípios pólo)

## 8.7 EIXO 06: CAPTAÇÃO RECURSOS PARA A PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

Importante destacar que o estabelecimento da proposta de desenvolvimento local para TIARG é um processo em curso, pois desde 2008 se vem executando ações junto ao Povo Tembé, como: “sustentabilidade na Terra Indígena do Alto Rio Guamá – Estado do Pará”, (2008), Programa Território da Cidadania (2008 executado em 2010), Programa de Desenvolvimento Local para 250 Famílias Tembé da Terra Indígena Alto Rio Guamá (atualmente em execução). Também ocorreu nesse período encontros com várias organizações federais, estaduais, ONGs e lideranças indígenas estiveram no dia 11/07/2008, reunidas no auditório do Ministério Público Federal para discutir os problemas do povo Tembé da Terra Indígena do Alto Rio Guamá (TIARG), chegando a definir um Termo de Cooperação Técnico N° 002/2007 (Anexo 01) a fim de facilitar a implementação de projetos de desenvolvimento.

“Ainda no ano de 2008, foi realizado contato com uma empresa brasileira/norte-americana especializada em comercialização de Créditos de Carbono, nos mercados voluntários americano, europeu e asiático. Como um dos resultados desses dois anos (2008/2009) de ações e discussões, foi assinada uma carta de intenções com a empresa C-Trade para iniciar os estudos técnicos para elaboração do “Projeto Carbono Tembé” (em andamento) e posteriormente o

estabelecimento de um contrato para a comercialização de Créditos de Carbono a partir da manutenção de aproximadamente 100.000 hectares de florestas primárias na TIARG. Esses recursos, advindos dessa possível comercialização, devem gerar o financiamento à longo prazo os passivos sócio-ambientais enfrentados pelos Tembê e conseqüentemente a possibilidade da retomada da autonomia enquanto povo indígena.

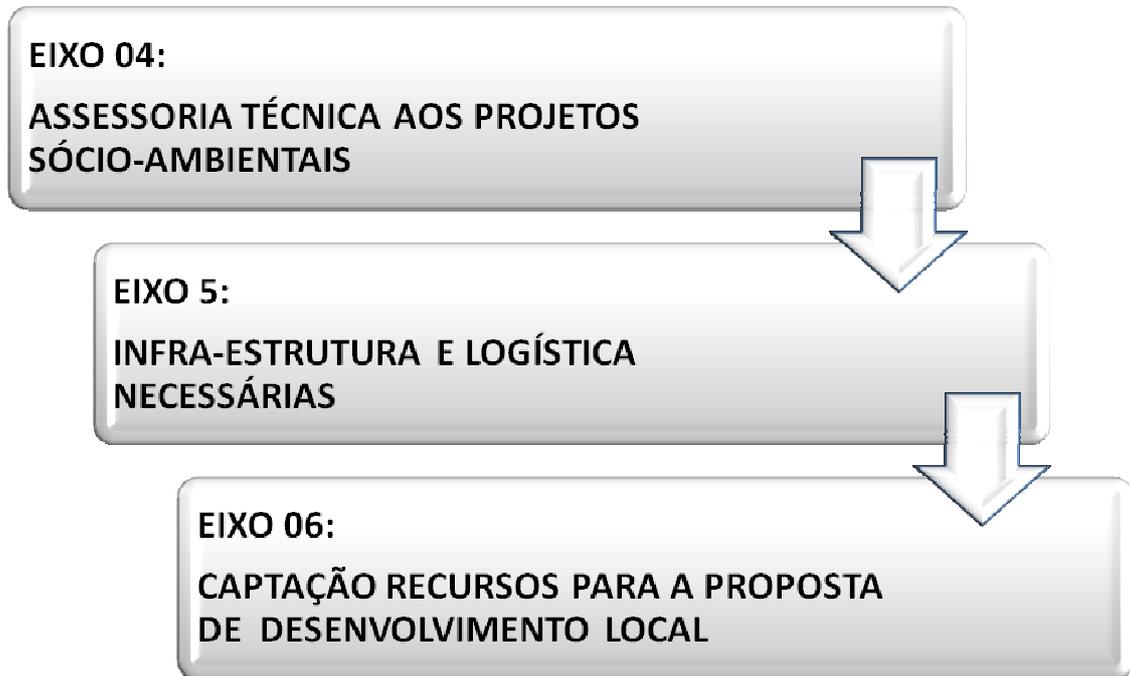
Mais recentemente, a partir de discussões entre os parceiros do Povo Tembê, formulou-se a proposta de buscar recursos financeiros através de serviços ambientais, gerados pela guarda e manutenção dos recursos florestais ainda existentes na TIARG.

Diante do exposto, entendemos que neste eixo se demonstra a necessidade de forma emergente de estruturação de uma proposta de desenvolvimento local à TIARG, junto com um plano de captação de recursos de parceiros efetivos que venham garantir a efetivação da proposta. Para tanto, a seguir trazemos um quadro sucinto de alguns parceiros que já estão posicionados na efetivação de contribuir para execução da proposta.

Tabela 8: Investimentos e Fontes de Financiamento de Projeto para os Tembê da TIARG

PARCEIRO	PARCERIA JÁ FIRMADA OU PREVISTA	TIPO DE PROJETO	MODALIDADE			VALOR ESTIMADO (R\$)
			R. Humano	Material	Financeira	
FUNAI	Firmada	Assessoria Técnica	X	X	X	
POEMA/UFPA	Firmada	Assessoria Técnica	X			
PREF.PARAGOM. / MDA	Prevista	Agroindústria		X	X	220.000,00
IVR (OSCIP) / SEMA-PA	Firmada	Atividades Prudutiv. e Serv. Ambientais	X	X	X	1.493.549,00
B. AMAZÔNIA /SAGRI-PA	Firmada	Atividades Produt. e Capacitação	X	X	X	80.362,00
MMA/MDS/BOLSA AMAZÔNIA	Prevista	Gênero / Atv. Produt Capcitação	X	X	X	150.000,00
MDA /IVR	Prevista	Assist. Técnica e Capacitação	X	X	X	240.000,00
IVR / IPHAN	Firmada	Patrimônio Cultural	X		X	49.000,00
IVR / IPHAN	Prevista	Patrimônio Cultural	X		X	35.000,00
C-TRADE	Prevista	Serviços Ambientais			X	3.400.000,00

Figura 5: Agregamento dos eixos 04, 05 e 06



## 9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O título desta dissertação transmite uma dúvida que nos acompanha desde o início do nosso trabalho: Será que o povo Tembé está dando os seus primeiros passos para superar a histórica marginalização sócio-cultural, a qual foi sujeita pela sociedade brasileira? Não podemos negar que há indícios de esperança que se manifestam nas experiências de cooperação entre os indígenas e protagonistas externos como a Ministério Público Federal, a Universidade Federal do Pará ou o Governo do Estado do Pará. E, neste contexto, é preciso mencionar, também, que hoje os próprios Tembé estão melhor organizados do que 20 anos atrás. No entanto, a pressão da sociedade envolvente, sobretudo em torno da questão da comercialização ilegal da madeira, continua presente e, do ponto de vista de sua auto-organização os indígenas, ainda estão numa fase inicial. Neste sentido, avanços e vulnerabilidades se completam.

Iniciamos no capítulo 8 um exercício de reflexão sobre as linhas básicas de um plano de desenvolvimento local na TIARG. Fazemos questão de destacar que não compartilhamos a “ilusão tecnocrática” de poder planejar na prancheta, e longe dos atores diretamente envolvidos, um futuro minimamente sustentável. Por esta razão, entendemos o resultado apresentado aqui como uma espécie de pré-projeto que, em parte, transmite preocupações e expectativas dos próprios indígenas, detectadas, por sua vez, pela técnica da observação participante. Mas o que este exercício de reflexão mostra, de qualquer maneira, é que a implementação de um plano desta natureza pressupõe a disponibilização de expressivos recursos técnico-financeiros que, para dizer o mínimo, nenhuma das mencionadas instituições que cooperam com os indígenas, é capaz de mobilizar. Mas se a proteção da TIARG, *habitat* do povo Tembé e última reserva florestal do Nordeste Paraense, dificilmente, será realizada por um *preço de banana*, o que fazer para colocá-la em prática? Partimos do princípio de que, nas condições atuais, uma opção viável é o programa REDD que permite associar problemas globais como a mitigação de gases efeito estufa com a questão do desenvolvimento local. No caso dos Tembé, esta opção pode se tornar realidade a partir de sua relação com a empresa C-Trade, iniciada dois anos atrás e acompanhada pela FUNAI, Ministério Público Federal e Universidade Federal do Pará. Caso esta relação gere os frutos esperados, os eixos

do plano aqui apresentado podem virar uma matéria prima a ser trabalhada pelos atores envolvidos.

## REFERÊNCIAS

ALONSO, Sara. **Os Tembé do Guamá**: processo de construção da cultura e identidade Tembé. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Museu Nacional (Dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro; Universidade Federal do Rio de Janeiro. 1996, 213p.

ASSIS, Eneida Corrêa de. **Direitos Indígenas num Contexto Interétnico**: quando a democracia importa. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro/IUPERJ, Rio de Janeiro, 2006.

ASSIS, Eneida; DIAS, Claudionor. **Diagnóstico para implantação do levantamento preliminar das referências culturais do povo indígena Tembé da terra indígena alto Rio Guamá**. Relatório Técnico. Instituto do Patrimônio Histórico Nacional – IPHAN / 2ª Superintendência Regional do Pará e Amapá. Belém, junho, 2009.

ARNAUD, Expedito. **O direito indígena e a ocupação territorial**: o caso dos índios Tembé do alto Guamá/PA. Revista do Museu Paulista: USP, v. 28, n.s, 1981-1982, p. 221-33.

AZANHA, Gilberto. 2002. **"Etnodesenvolvimento, mercado e mecanismos de fomento**: possibilidades de desenvolvimento sustentado para as sociedades indígenas no Brasil." In LIMA, Antonio Carlos de Souza & BARROSO-HOFFMANN, Maria (orgs.): Etnodesenvolvimento e Políticas Públicas: Bases para uma Nova Política Indigenista, pp. 29-37. Rio de Janeiro: Contra Capa.

BECKER, Bertha K. **Geopolítica da Amazônia**. Instituto Estudos Avançados - USP, Jan./Abr. 2005, vol.19, nº:53, p.71-86.

BRANDÃO, C, R. **Pesquisa participante**. São Paulo: Editora Brasiliense;1981.

BRASIL Marília Carvalho. **Os Fluxos Migratórios na Região Norte nas Décadas de 70 e 80**: uma análise exploratória. MC BRASIL - Cadernos de Estudos Sociais, Recife, 1997 - Fundaj.gov.br.

BRAND, Antônio Jacó. **Biodiversidade, sócio-diversidade e desenvolvimento**: os Kaiowá e Guarani no Estado de Mato Grosso do Sul. In: COSTA, Reginaldo Brito da (Org.). Fragmentação florestal e alternativas de desenvolvimento rural na região Centro-Oeste. Campo Grande: UCDB, 2003. p. 175-204.

DIAS, Claudionor. **Construindo um Programa de Eco desenvolvimento para populações Indígenas:** o povo Tembé em busca de sua auto-sustentabilidade. Plano de Trabalho do Mestrado Profissional do PPGEDAN-NUMA-UFPA, Belém, maio, 2008.

DIEGUES, A.C. **O mito moderno da wturc:** a intocada. São Pimlo: Hucitec, 1994.

DINIZ, Sibelle C.; MAGALHÃES, Felipe C.; MONTE-MÓR, Roberto Luís de M. **Economia e etnodesenvolvimento no território Indígena Xakriabá, MG.** In: XII 21 Seminário sobre a Economia Mineira, 2006, Diamantina. **Anais.** Belo Horizonte: Cedeplar, UFMG, 2006.

DODT, Gustavo. **Descrição dos rios Parnahyba e Gurupi (1837).** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939, 223 p. (Brasiliana, 88).

FORLINE, Louis. **Por um Programa de Conservação e Manejo Sustentável entre as Comunidades Indígenas do “Arco Sul” da Amazônia Brasileira:** reflexões teóricas, limites e possibilidades, Belém – Pará (Proposta Museu Emílio Göeldi), 2002.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Pedagogia da Pesquisa-Ação.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 483-502, set./dez. 2005

GALLOIS, Dominique T. **Sociedades indígenas em novo perfil:** alguns desafios. Traesía, Revista do Migrante. n. 36, afio XIII, Janeiro-abril 2000.

GALVÃO, Eduardo e WAGLEY, Charles. **Os Índios Tenetehara:** uma cultura em transição. Rio de Janeiro: MEC. (Vida Brasileira), 1961: 237 p.

GODOY, Arilda S. **Pesquisa qualitativa:** tipos fundamentais. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v.35, n.3, p.20-29, maio/jun. 1995.

LIMA, Débora; POZZOBOM, Jorge - M. A. D’Incao, I. C. Vieira; J. M. C. da Silva e D. Oren (eds.), **Diversidade biológica e cultural da Amazônia hoje.** Belém, Museu Paraense Emílio Göeldi/MCT, 2001.

LISBOA, Francisco. **Pangyjej: A Conquista da Escola Zoró. O Desenvolvimento e os Índios:** educação, cultura e cidadania. Pós-Graduação em Desenvolvimento

Regional e Meio Ambiente. Núcleo de Ciência e Tecnologia (Dissertação de Mestrado). Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2008.

MARTINS, Sérgio Ricardo O. **Desenvolvimento Local e Território: fundamentos de uma territorialidade sustentável**. UFMS, Campo Grande, 2002;

MINAYO, M.C.S. E SANCHES, O. **Quantitativo-Qualitativo: oposição ou complementaridade**. Cadernos de Saúde Pública. Rio de Janeiro, v.9, n.3, pp.239-262.

MIRANDA, Claudionor; JORDÃO, Miguel. **Saberes tradicionais: alternativas para a sustentabilidade das práticas agrícolas na perspectiva dos índios Terena e Mato Grosso do Sul**. Revista Tellus, ano 5, n. 8/9, abr./out. 2005

MITSCHEIN, Thomas Adalbert; FILHO, Francisco Potiguara Tomaz – **Eco desenvolvimento, proteção da biodiversidade e mitigação do efeito estufa na Reserva Indígena do Alto Rio Guamá: O povo Tembé em busca de sua auto-sustentabilidade – Proposta de Projeto Interinstitucional – UFPA/MPF-PA/FUNAI-AERBEL/CIDS-GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ/BOLSA AMAZÔNIA**, Belém, abril, 2008.

MORAES, Francisco José Brasil. **As Práticas econômicas e os Ajustes Socioculturais: as experiências dos Tembé do alto Rio Guamá**. Monografia de Conclusão de Curso em Ciências Sociais. Belém: Universidade Federal do Pará, 2008, 93 p. il.

MONTEIRO, Manuel John. **História Indígena: repensando o passado, olhando para o futuro**. Revista Temporais nº 4, México, 1993.

MULLER, Regina. **Duas décadas de projetos de desenvolvimento entre povos indígenas: da resistência as frentes de expansão do capitalismo nacional à globalização e ambientalismo dos anos 90**. Pólo Revista de Estudos e Pesquisas, FUNAI, Brasília, v.1, n.1, p.181-203, jul. 2004

NIMUENDAJU, Curt. Sagen den **Tembé-Indianer (Pará und Maranhão)**. Zeitschrift fur Ethnologie. Berlin, v. 47, 1915, p. 218-310. (Publicado também na Revista de Sociologia, São Paulo, nº 213, p. 174-82 e 271-82, 1951) .

----- **Mapa Etno-histórico de Curt Nimuendajú**. Fundação IBGE/ Fundação Nacional Pró-Memória, Rio de Janeiro, 1982.

PACHECO, Rosely. **Sustentabilidade Indígena: desafios e possibilidades**. [www.fae.edu/publicacoes/pdf/IIseminario/pdf\\_reflexoes/reflexoes\\_25.pdf](http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/IIseminario/pdf_reflexoes/reflexoes_25.pdf)

PAULILO, Maria Angela Silveira. **A pesquisa Qualitativa e a Historia de vida.** [Http://www.ssrevista.uel.br/c\\_v2n1\\_pesquisa.htm](http://www.ssrevista.uel.br/c_v2n1_pesquisa.htm). Acessado em 17 de fevereiro de 2010.

PIROLO, Maria Amélia M. e Colaborares. **Pesquisa de opinião em Relações Públicas: técnicas ou estratégias?** Textos originais, revisados pelos membros do conselho editorial. Revista Acadêmica do Grupo Comunicacional de São Bernardo. São Paulo. Ano 1 – nº 1. Janeiro/Junho de 2004. Acessado em 17 de Fevereiro de 2010. <http://www2.metodista.br/unesco/GCSB/pesquisa.pdf>

RELATÓRIO TÉCNICO. **Pesquisa participativa sobre as possibilidades comerciais dos produtos florestais na reserva indígena do alto rio Guamá, município de Paragominas – Pará.** ARCA – Assessoria Comunitária e Ambiental. Belém. Dezembro, 2004.

SALES, Noêmia Pires. **Pressão e Resistência: os índios Tembé-Tenetehara do alto Rio Guamá e a relação com o território.** Belém, UNAMA, 1998, 89 p.

SANTILLI, Juliana. **A incorporação do socioambientalismo à legislação: socioambientalismo e novos direitos.** São Paulo: Fundação Peirópolis, 2005.

SOUSA, Cássio. **Vantagens, vícios e desafios: os Kayapó Gorotire em tempos de desenvolvimento.** Dissertação de Mestrado. Pós-Graduação em Antropologia. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. BARROSO-HOFFMANN, Maria (orgs.). **Etnodesenvolvimento e políticas públicas; Estado e povos indígenas; e Além da tutela: bases para uma nova política indigenista.** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria. 3 vols. 160 pp., 109 pp., 124 pp., 2002.

STAVENHAGEN, Rodolfo. **Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista.** Anuário Antropológico/84. Brasília. Rio de Janeiro: UNB/Tempo Brasileiro, p.13-56.

WATRIN, Orlando dos Santos; VENTURIERI, Adriano; SAMPAIO, Sandra Maria Neiva - **Análise Multitemporal do Uso da Terra e suas Interrelações com a Cobertura Vegetal em Comunidades Rurais do Nordeste Paraense** - Anais IX Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Santos, Brasil, 11-18 setembro 1998, INPE, p.573-1583

## **APÊNDICE**

### **APÊNDICE 1 – APRESENTAÇÃO EM POWER POINT DA PESQUISA DO AUTOR**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
NÚCLEO DE MEIO AMBIENTE - NUMA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DOS RECURSOS  
NATURAIS E DESENVOLVIMENTO LOCAL - PPGEDAM



## POVO TEMBÉ DA TIARG

*Construindo uma via de desenvolvimento local ?*

*Área de atuação: Gestão Ambiental*

*Orientador: ProF. Dr. Thomas Adalbert Mitschein*

*Mestrando: Claudionor Lima Dias*

Belém /Pará  
Novembro 2010



# POVO TEMBÉ DA TIARG

## *sumário executivo*





# POVO TEMBÉ DA TIARG

## *sumário executivo*



### Objetivo geral:

Formular as linhas básicas de uma proposta de desenvolvimento local para o Povo Tembé a partir da análise de sua trajetória histórica e das condições socioambientais na Terra Indígena do Alto Rio Guamá (TIARG).

### Objetivo específico 01:

Analisar os aspectos básicos da trajetória histórica dos Tembé;

### Objetivo específico 02:

Diagnosticar a situação socioambiental vivenciada na TIARG

### Objetivo específico 03:

Apresentar os eixos estruturantes para a construção de um plano de desenvolvimento local para os Tembé.



## POVO TEMBÉ DA TIARG *sumário executivo*



### QUESTÃO CENTRAL:

- Será que o povo Tembé está dando os seus primeiros passos para superar a histórica marginalização sociocultural, a qual foi sujeita pela sociedade brasileira?



# POVO TEMBÉ DA TIARG

## *sumário executivo*



H

I

P

Ó

T

E

S

E

A reversão das tendências de devastação sócio-ambiental na TIARG depende, fundamentalmente, da implementação de estratégias de desenvolvimento local, pautada em eixos estruturantes como a geração de ocupação e renda, segurança alimentar, gestão territorial, dos recursos naturais e dos empreendimentos e das organizações indígenas, entre outros. Considerando que as instituições públicas em nível federal estadual e municipal não dispõem – pelo menos não no volume necessário - dos recursos técnico-financeiros para avançar numa política desta natureza, se torna imperioso aproveitar os mecanismos do REDD (Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação), para a mobilização dos recursos necessários, associando necessidades locais com problemas globais como a mitigação dos gases efeito estufa.



# POVO TEMBÉ DA TIARG

## *sumário executivo*



## Procedimento metodológico

### ESTUDO DE CASO

Leitura documental  
e literatura  
acadêmica

**Pesquisa de campo:**  
análises quantitativas  
por técnicas de  
amostragem e  
técnicas de coleta de  
dados qualitativos  
através da observação  
participante.

Aplicação de  
questionários que  
forneceram dados  
valiosos sobre as  
condições  
socioeconômicas e  
educacionais do povo  
Tembé.

observação  
participante, com  
visitas à TIARG,  
durante as quais  
discutimos com os  
indígenas a visão que  
têm do seu PASSADO,  
da situação ATUAL e do  
seu FUTURO.



# POVO TEMBÉ DA TIARG

*produtos da pesquisa*



**TERRITÓRIO DE ORIGEM:**  
migração do Maranhão ao Pará



**OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO:**  
a) Nordeste paraense  
b) Dizimação por frentes expansionistas e epidemias



**TIARG ATUALMENTE:**  
a) Enclausurado em espaço limitado  
b) Política integracionista  
c) Grandes projetos

**TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO POVO TEMBÉ**

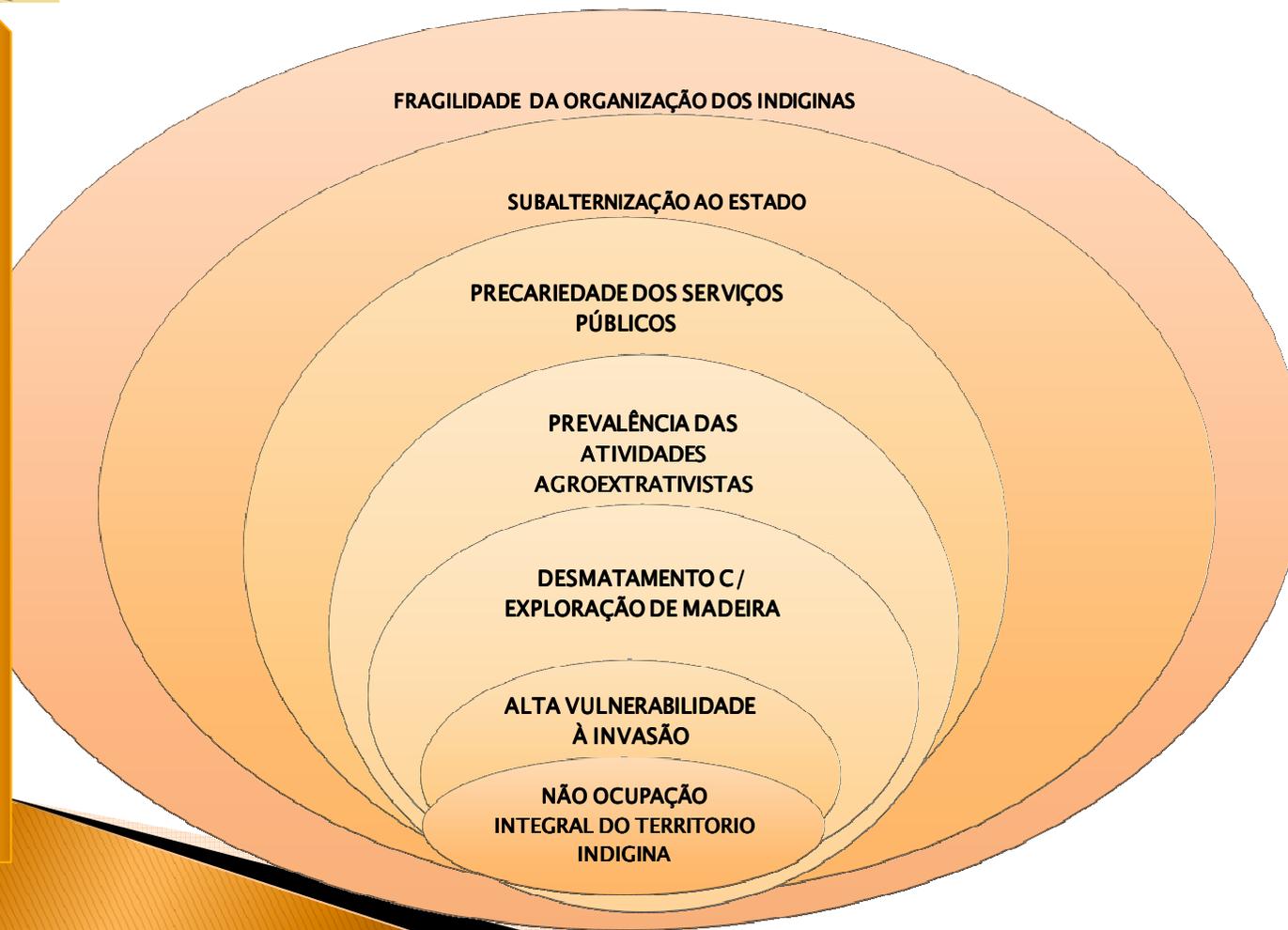


# POVO TEMBÉ DA TIARG

*produtos da pesquisa*



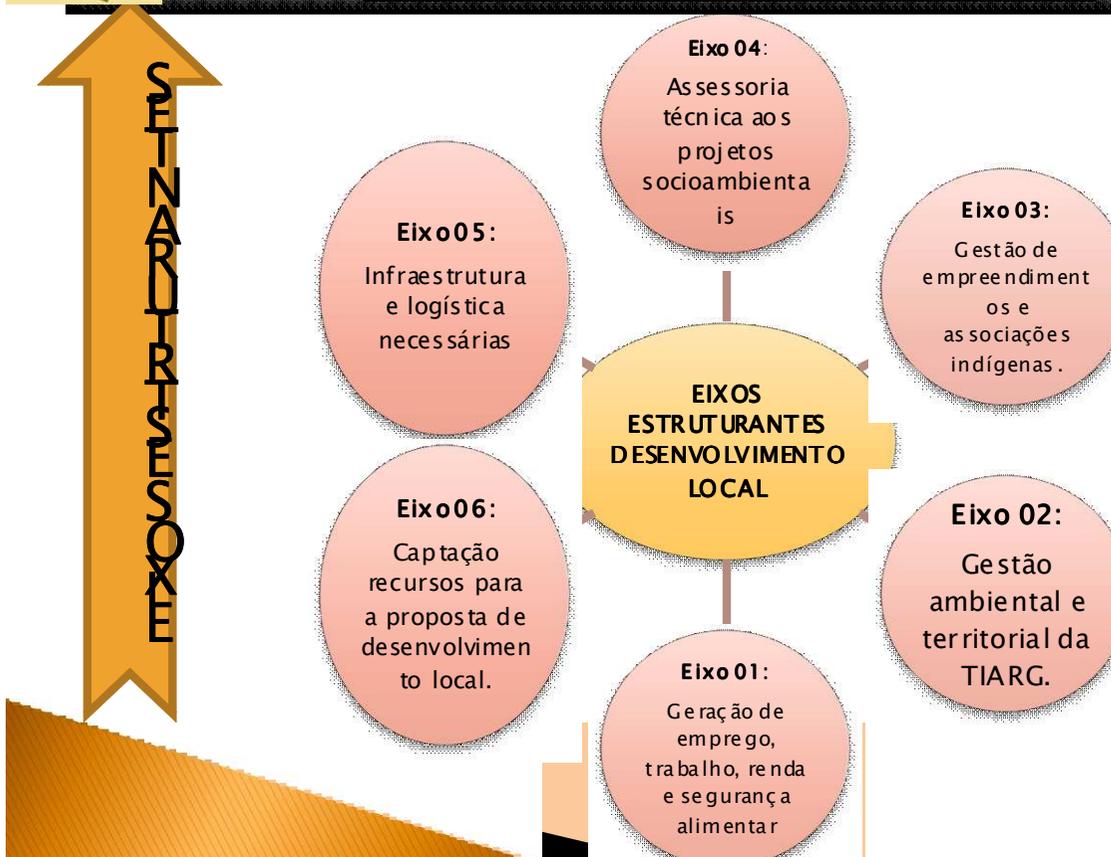
**DIAGNOSTICO SÓCIO-AMBIENTAL**





# POVO TEMBÉ DA TIARG

*produtos da pesquisa*





# POVO TEMBÉ DA TIARG

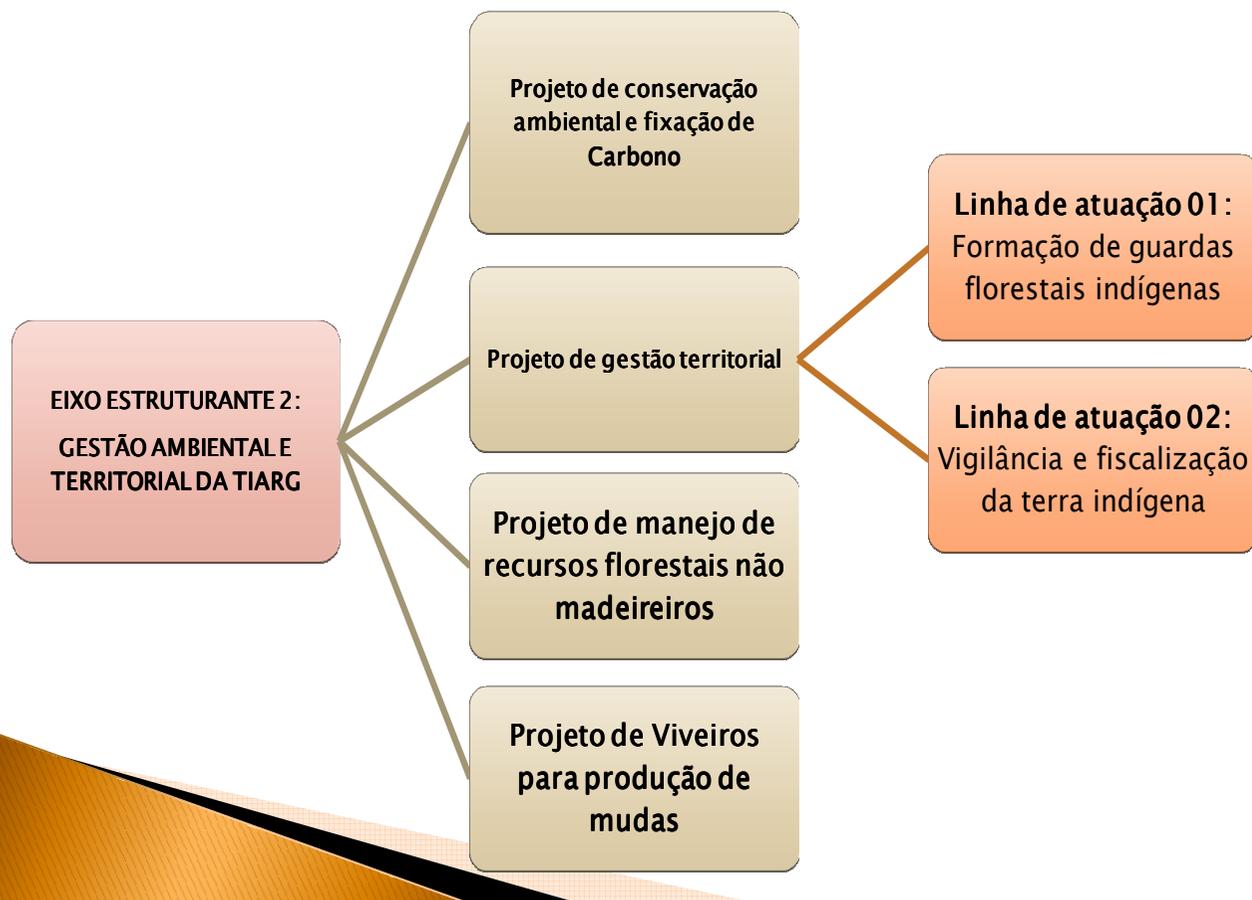
*produtos da pesquisa*

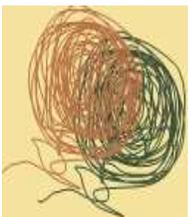




# POVO TEMBÉ DA TIARG

*produtos da pesquisa*





## POVO TEMBÉ DA TIARG *produtos da pesquisa*



**EIXO ESTRUTURANTE 03:  
GESTÃO DE  
EMPREENDIMENTOS E  
ASSOCIAÇÕES INDÍGENAS**

**Projeto de gestão de  
empreendimentos  
familiares e coletivos.**

**Projeto de fortalecimento  
das associações indígenas**



# POVO TEMBÉ DA TIARG

*produtos da pesquisa*





## POVO TEMBÉ DA TIARG *produtos da pesquisa*



NÚCLEO DO MEIO AMBIENTE MMA - IPPA

PREFEITURA DE PARAGOMINAS/ MDA	• 220.000,00 (2010)
INSTITUTO VITORIA REGIA/SEMA/PA	• 1.493.549,00 (2009 - 2010)
INSTITUTO V. REGIA/IPHAN	• 35.000,00 (2011)
INSTITUTO V. REGIA. MDA	• 240.000,00 (2011)
BOLSA AMAZONIA/SAGRI/PA	• 80.362,00 (2010 - 2011)
INSTITUTO V. REGIA/IPHAN	• 49.000,00 (2009 - 2010)
MMA /MDS/BOLSA AMAZONIA	• 150.000,00 (2011)
<b>C - TRADE</b>	<b>• 3.400.000,00 (2011)</b>



## POVO TEMBÉ DA TIARG *produtos da pesquisa*



### CONSIDERAÇÕES FINAIS

O título desta dissertação transmite possibilidades à construção de vias de desenvolvimento local para TIARG. Isso se manifesta em virtude de experiências de cooperação entre os indígenas e protagonistas externos como a Ministério Público Federal, a Universidade Federal do Pará ou o Governo do Estado do Pará. E, neste contexto, é preciso mencionar, também, que hoje os próprios Tembé estão melhor organizados do que 20 anos. No entanto, a pressão da sociedade envolvente, sobretudo em torno da questão da comercialização ilegal da madeira, continua presente e, do ponto de vista de sua auto-organização, os indígenas ainda estão numa fase inicial. Neste sentido, avanços e vulnerabilidades se completam





POVO TEMBÉ DA TIARG  
*produtos da pesquisa*



**“O ser histórico não “é”, “está sendo”. A  
provisoriidade é a marca da história. As  
coisas nunca “são” definitivamente, estão  
sempre em passagem, em transição, num  
eterno vir-a-ser, num processo inacabado e  
inacabável...”**

*Paulo Freire*

## ANEXOS

ANEXO 1 – MINUTA DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 002/2007 –  
PRPA/MPF



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**Procuradoria da República no Estado do Pará**

**TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 002/2007**

Ementa: Termo de Cooperação Técnica que entre si celebram o Ministério Público Federal – MPF, a Universidade Federal do Pará – UFPA, a Fundação Nacional do Índio – FUNAI, a Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA, o Centro Universitário do Estado do Pará – CESUPA, a Universidade da Amazônia – UNAMA, a Fundação Instituto para o Desenvolvimento da Amazônia – FIDESA, a Bolsa Amazônia, o Instituto Vitória Régia para o Desenvolvimento da Amazônia, o Instituto de Estudos Superiores da Amazônia – IESAM, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, o Museu Paraense Emílio Goeldi - MPEG e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

**I – PARTES**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, por intermédio da **PROCURADORIA, DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ**, inscrita no CNPJ sob o nº 26.989.715/0019-31, com sede na Rua Domingos Marreiros, nº 690, Umarizal, Belém, Estado do Pará, neste ato representada pelo Procurador da República, Dr. FELÍCIO PONTES JR.

A **UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA**, Autarquia vinculada ao Ministério da Educação, localizada na Rua Augusto Corrêa, nº 01, CEP: 66075-110, Bairro: Guamá, na cidade de Belém/PA, neste ato representada pelo seu Reitor, Sr. ALEX FIÚZA DE MELLO;

A **FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI**, Fundação de natureza autárquica ligada do Ministério da Justiça, localizada no SEPS Quadra 702/902, Projeção A, Ed. Lex, CEP: 70390-025, Brasília/DF, neste ato representada pelo seu Administrador Regional em Belém/PA, Sr. JUSCELINO BESSA;

A **UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA - UFRA**, Autarquia vinculada ao Ministério da Educação, localizada na Avenida Presidente Tancredo Neves, nº 2501, Bairro da Terra Firme, CEP: 66077-530, na cidade de Belém/PA, neste ato representada pelo seu Reitor, Sr. MARCO AURÉLIO LEITE NUNES;

O **CENTRO UNIVERSITÁRIO DO ESTADO DO PARÁ – CESUPA**, estabelecimento educacional particular de nível superior, mantido pela Associação Cultural e Educacional do Pará – ACEPA, instituída em 01/10/1986, com sede e foro na cidade de Belém/PA, e Estatuto inscrito no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos, localizado na Av. Governador José Malcher, nº 1963, Bairro de Nazaré, CEP: 66060-230, na cidade de Belém/PA, neste ato representado pelo seu Reitor, Sr. JOÃO PAULO DO VALLE MENDES;

A **UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA – UNAMA**, instituição de educação superior, mantida pela União de Ensino Superior do Pará – UNESPA – associação civil com fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado, fundada em 15/11/1987, com sede e foro em Belém/PA, e Estatuto registrado no Cartório do 1º Ofício da Comarca de Belém, localizada na Av. Alcindo Cacela, nº 287, CEP: 66060-902, na cidade de Belém/PA, neste ato representada pelo seu Reitor, Sr. ÉDSON RAYMUNDO FRANCO;

A **FUNDAÇÃO INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA – FIDESA**, instituição de direito privado sem fins lucrativos, instituída pela União de Ensino Superior do Pará – UNESPA, com CNPJ/MF sob o nº 15.752.686/0001-44, pelo Centro de Educação Técnica do Estado do Pará, com CNPJ/MF sob o nº 05.387.675/0001-59 e pela Sociedade Civil Colégio Moderno, com CNPJ/MF nº 04.894.580/0001-69, localizada na Av. Alcindo Cacela, nº 784, Bairro do Umarizal, Belém/PA, neste ato representada pela sua Presidente, Srª. MARLENE COELI VIANNA;

A **BOLSA AMAZÔNIA**, Organização Não Governamental, com CNPJ/MF nº 08.690.006/0001-40, localizada na Praça Coaraci Nunes, nº 04, Batista Campos, Belém/PA, neste ato representada pelo seu Diretor Executivo, Sr. CLAUDIONOR LIMA DIAS;

O **INSTITUTO VITÓRIA RÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA**, Organização Não Governamental, CNPJ/MF nº 05.670.699/0001-10, localizado na Av. João Paulo II, nº 1931-A, Bairro do Marco, CEP: 66095-490, Belém/PA, neste ato representado pelo seu Presidente, Sr. ALEX SANTOS KEUFFER;

O **INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES DA AMAZÔNIA – IESAM**, instituição de ensino superior mantida pela Organização Paraense Educacional de Empreendimentos Ltda. - ORPES, empresa de direito privado, com sede e foro na cidade de Belém/PA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.137.964/0001-74, localizada na Av. Governador José Malcher, nº 1148, na cidade de Belém/PA,

neste ato representado pelo seu Diretor-Geral, Sr. JOÃO BATISTA SENA COSTA;

A **EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA**, Empresa Pública vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, localizada no Parque Estação Biológica, S/Nº, CEP: 70770-901, Brasília/DF, neste ato representada pelo seu Chefe-Geral da Embrapa Amazônia Oriental, Sr. JORGE ALBERTO GAZEL YARED;

O **MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI - MPEG**, unidade de pesquisa integrante da estrutura do Ministério de Ciências e Tecnologia, localizado na Av. Magalhães Barata, nº 376, Belém/PA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 04.108.782/0001-38, neste ato representado por sua Diretora, Sra. IMA CÉLIA GUIMARÃES VIEIRA;

e O **INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN**, organismo federal de proteção ao patrimônio integrante da estrutura do Ministério da Cultura, localizado em Brasília/DF, neste ato representado por sua Dirigente da 2ª Superintendência Regional – Pará e Amapá, Sra. MARIA DOROTÉA DE LIMA.

Resolvem celebrar o presente **TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, mediante as cláusulas e condições seguintes.

## II – CLÁUSULAS

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo de Cooperação Técnica tem por objeto a cooperação e o apoio técnico do MPF, UFPA, FUNAI, UFRA, CESUPA, UNAMA, FIDESA, BOLSA AMAZÔNIA, INSTITUTO VITÓRIA RÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA, IESAM, EMBRAPA, IPHAN e MPEG na formulação e implementação de medidas tendentes a promover o desenvolvimento sustentável da Terra Indígena – TI Alto Rio Guamá, ocupada pelo Povo Tembé.

### PARÁGRAFO PRIMEIRO – DOS OBJETIVOS

A implementação do presente Termo de Cooperação Técnica se dará por intermédio de execução de programas, projetos e ações, que alcancem as diversas dimensões da sustentabilidade na TI Alto Rio Guamá, tais como:

I – Dimensão ecológica: visa à manutenção e recuperação dos recursos naturais por intermédio da preservação e/ou melhoria das condições químicas, físicas e biológicas do solo; regeneração de áreas degradadas, a fim de que os ecossistemas naturais realizem autodepuração; abordagem holística e tratamento integral aos elementos do agroecossistema;

II – Dimensão social: possui o desiderato de proporcionar a distribuição equânime da produção entre os beneficiários humanos por meio da melhoria da qualidade de vida mediante a produção e o consumo de alimentos com qualidade biológica;

disponibilidade de sustento seguro para as gerações presentes e futuras; percepção de riscos e/ou efeitos no uso de tecnologias que possam comprometer o relacionamento da sociedade com o meio ambiente;

III – Dimensão econômica: visa ao desenvolvimento sustentável com o aumento de produção e produtividade por intermédio da compatibilidade entre produção agropecuária e sustentabilidade ecológica; produção de subsistência e de bens de consumo para a reprodução social e nos graus de satisfação dos membros da família; geração de renda através da produção voltada para o abastecimento regional e microrregional; incentivo para a utilização de instrumentos do sistema de propriedade intelectual que agreguem valor aos produtos indígenas, sobretudo marcas e indicações geográficas;

IV – Dimensão cultural: objetiva transmitir meios para assegurar a identificação, reconhecimento e reprodução dos saberes e valores locais como ponto de partida para os processos de desenvolvimento por meio do reconhecimento desse saber e dos processos de geração do conhecimento ambiental e social; transmissão das práticas culturais tradicionais não agressivas ao meio ambiente;

V – Dimensão política: possui o desiderato de promover processos participativos e democráticos no contexto da produção agrícola e outros mediante a formação de redes de organização social e de representação dos segmentos da população rural; abertura de espaços institucionais para a captação de recursos e implantação de projetos voltados para políticas públicas; estabelecimento de plataformas de negociação na discussão de métodos e estratégias para o desenvolvimento rural sustentável;

VI – Dimensão ética: proporcionar o acesso igualitário aos recursos naturais por meio do fortalecimento de princípios e valores que expressem solidariedade entre o uso dos recursos naturais por gerações presentes e futuras; resgate da cidadania e dignidade humana; responsabilidade dos indivíduos quanto à preservação do meio ambiente; promover o contato dos indígenas com as normas regulamentadoras do acesso e uso da biodiversidade e dos conhecimentos tradicionais no Brasil, bem como as normas de ética em pesquisa; colaborar com os aspectos burocráticos para a regularização de pesquisas na TI e, especialmente, para a concretização da Repartição de Benefícios resultante do acesso e uso da biodiversidade e dos seus conhecimentos tradicionais.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ATRIBUIÇÕES DOS PARTICÍPES**

Compete conjuntamente aos partícipes:

- a) desenvolver, elaborar e prover apoio técnico aos programas e projetos a serem definidos para a implementação do presente Termo;
- b) exercer a articulação interinstitucional para viabilização dos programas e projetos;
- c) disponibilizar dados e informações técnicas necessárias à implementação dos programas e projetos;
- d) acompanhar e avaliar os resultados alcançados nas atividades programadas, visando à otimização e/ou adequação quando necessários;

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS**

O presente Termo não gera ônus financeiro para qualquer dos partícipes, nem obriga a transferência de recursos entre eles.

### **CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA ALTERAÇÃO**

O presente Termo vigorará pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados a partir da data de sua publicação, podendo ser prorrogado por acordo entre as partes.

**PARAGRAFO ÚNICO** – As alterações deste Termo serão promovidas por intermédio de termo aditivo.

### **CLÁUSULA QUINTA – DA DENÚNCIA**

Na ocorrência de qualquer fato que demonstre, comprovadamente, o comprometimento do objeto do presente Termo, as partes poderão, a qualquer tempo, denunciá-lo, mediante comunicação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ressalvado o cumprimento das obrigações assumidas.

### **CLÁUSULA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO**

O Ministério Público Federal fará publicar este Termo no Diário Oficial da União, na forma de extrato, no prazo de 05 (cinco) dias corridos subseqüentes ao de sua assinatura.

### **CLÁUSULA SEXTA – DO FORO**

As questões e dúvidas oriundas deste Termo serão dirimidas administrativamente, no âmbito das entidades. E, por estarem, assim, justos e acordados, firmam o presente Termo em três vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas identificadas, para que produza seus efeitos jurídicos e legais em juízo e fora dele.

Belém, 13 de novembro de 2007

FELÍCIO PONTES JR.  
Procurador da República

ALEX FIÚZA DE MELLO  
Reitor da UFPA  
JUSCELINO BESSA  
Administrador Regional da FUNAI em Belém/PA

JOÃO PAULO DO VALLE MENDES

Reitor do CESUPA

ÉDSON RAYMUNDO FRANCO  
Reitor da UNAMA

MARLENE COELI VIANNA  
Presidente da FIDESA

CLAUDIONOR LIMA DIAS  
Diretor Executivo da BOLSA AMAZÔNIA

ALEX SANTOS KEUFFER  
Presidente do INSTITUTO VITÓRIA RÉGIA

JOÃO BATISTA SENA COSTA  
Diretor-Geral do IESAM

JORGE ALBERTO GAZEL YARED  
Chefe-Geral da Embrapa Amazônia Oriental

IMA CÉLIA GUIMARÃES VIEIRA  
Diretora do MPEG

MARIA DOROTÉA DE LIMA  
Dirigente do IPHAN- 2ª Superintendência Regional – Pará e Amapá

TESTEMUNHAS

.....

.....

## ANEXOS

ANEXO 2 - FICHA RESUMO DE INVESTIMENTOS NA TERRA INDÍGENA ALTO RIO GUAMÁ (PROGRAMA TERRITÓRIO DA CIDADANIA – SECRETÁRIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO)

(ARQUIVO EM CÓPIA XEROX)

## ANEXOS

### ANEXO 3 – PROGRAMA TENETEHARA

# PROGRAMA TENETEHARA



Lourival Tembê – Cacique Geral – Foto: ATIVIDADES PROJETO MDA/INSTITUTO VITÓRIA RÉGIA/FUNAI/POEMA-UFPA – Agosto/2008.

## **Programa de Desenvolvimento Local para 250 Famílias Tembê da Terra Indígena Alto Rio Guamá**

### **PARCERIAS:**



PRPA/MPF



POEMA/NUMA/UFPA



ADM REGIONAL  
**Pará**  
GOVERNO DO ESTADO

SEMA



BOLSA AMAZÔNIA



**Desenvolvimento Agrário**  
Ministério do Desenvolvimento Agrário

ASSOCIAÇÕES INDÍGENAS TEMBÊ

MAIO / 2009  
Belém / Pará

## **1. IDENTIFICAÇÃO**

### **1.2 NOME DO PROJETO**

Programa de Desenvolvimento Local para 250 Famílias Tembé da Terra Indígena Alto Rio Guamá

### **1.3 INSTITUIÇÕES FORMULADORAS/PARCEIRAS**

POEMA/UFPA – BOLSA AMAZÔNIA – FUNAI AERBELÉM

### **1.4 LOCALIZAÇÃO**

Estado do Pará

### **1.5 ABRANGÊNCIA**

Terra Indígena Alto Rio Guamá (Nordeste Paraense)

### **1.6 DURAÇÃO DO PROJETO**

12 meses (1 ano)

### **1.7 VALOR TOTAL DO PROJETO (R\$):**

### **1.8 PÚBLICO-ALVO**

250 Famílias / 1500 índios Tembé

### **1.9 PARCERIAS**

Fundação Nacional do Índio - Administração Regional de Belém / Bolsa Amazônia / POEMA-NUMA-UFPA / Associações Indígenas / Secretaria Estadual de Meio Ambiente / Governo do Estado do Pará / Ministério Público Federal

## **2. APRESENTAÇÃO**

A iniciativa aqui apresentada pretende a realização de um Programa de Etnodesenvolvimento para 250 famílias Tembé da Terra Indígena Alto Rio Guamá (TIARG), que tem limites com os municípios de Santa Luzia do Pará, Nova Esperança do Piriá, Garrafão do Norte e Paragominas no Nordeste Paraense (Anexo 1 - mapa).

A presente proposta do programa, tem como objetivo principal garantir a soberania alimentar, promover a gestão sustentável dos recursos naturais, a geração renda para a aquisição de produtos necessários a reprodução social, apoiando o fortalecimento das associações indígenas, levando-se em consideração a séria crise por que passam os indígenas.

O programa de Desenvolvimento Local beneficiará cerca de 250 famílias indígenas, com implantação de tecnologias apropriadas, dialogando com os saberes tradicionais e adequados para a melhoria dos sistemas de produção e para a qualificação de indígenas aptos à construção de um Programa de Ações que tem como premissa fundamental, a garantia da sustentabilidade sócio-ambiental do Povo Tembé.

## **3. JUSTIFICATIVA**

A Terra Indígena do Alto Rio Guamá, com 279.897 ha., teve sua regularização fundiária concluída na década de 80, porém a saga dos índios Tembé inicia entre as décadas de 20 e 30 do século passado, por ocasião da migração de nordestinos para a região do Nordeste Paraense e a conseqüente intensificação de conflitos fundiários. Como paliativo, em 1945, os Tembé foram remanejados para a atual reserva, sofrendo, assim, a primeira perda de território (Mitschein, 2008).

Hoje, as aldeias estão localizadas em dois extremos da reserva; ao norte um agrupamento de 10 aldeias (Anexo 2), compreendidas entre a margem direita do rio Guamá e o Igarapé Cumaru; e ao sul, mais 11 aldeias (Anexo 2), entre a margem esquerda do rio Gurupi e os rios Coraci-Paraná e Uraim. Ao centro da reserva, entre os rios Piriá e Coraci-Paraná há um grande “vazio”, sem ocupação indígena, disputado por madeireiros, traficantes de drogas e não-índios agricultores (Mitschein, 2008).

A intrusão (invasões de não índios) e os desmatamentos crescentes vêm comprometendo a sobrevivência dos Tembé, pois interferem negativamente em seu universo cultural, geram conflitos entre instituições, agentes políticos locais, índios e agricultores e expropriam paulatinamente seu território.

Podemos indicar como superação ao processo de destruição sócio-ambiental vivido pelos Tembé, o estabelecimento de um programa de desenvolvimento local, isto é, o Programa Tenetehara, **o qual já está sendo construído com o Povo Tembé, a partir de diversas discussões das lideranças indígenas com várias instituições (Anexo 3), a partir das ações já desenvolvidas pelo Projeto “Povo Tembé: sustentabilidade na Terra Indígena do Alto Rio Guamá – Estado do Pará” (encerrado)**, uma parceria entre o Instituto Vitória Régia para o Desenvolvimento da Amazônia, Bolsa Amazônia, POEMA/UFGA, FUNAI-AERBEL e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

O referido Projeto tinha como objetivo central, **“Desenvolver ações de capacitação e assistência técnica para índios Tembé da Terra Indígena do Alto Rio Guamá (TIARG), direcionadas ao fortalecimento de associações e formação de lideranças, que os tornem capazes de acompanhar o processo de desintrusão e de reocupação sustentável de seu território pautado em experiências semelhantes realizados com outras populações tradicionais, enfocando os seguintes eixos de intervenção” (Projeto Técnico - IVRA/MDA, 2007).**

Assim também, como iniciativas do Ministério Público Federal, através da Procuradoria da República no Pará, que potencializou a discussão dos problemas da Terra Indígena do Alto Rio Guamá, buscando criar mecanismos capazes de solucionar os conflitos, possibilitando a recuperação e a reocupação das áreas desintrusadas (desocupadas pelos posseiros) de maneira sustentável, usando como instrumento fundamental o do Termo de Cooperação Técnico N° 002/2007 (Anexo 4), que articulou um conjunto de instituições governamentais e não governamentais, objetivando por meio da execução de programas, projetos e ações alcançar as diversas dimensões da sustentabilidade na Terra Indígena Alto Rio Guamá (Dias, 2008).

Neste sentido, o Programa de Desenvolvimento Local, ou Programa Tenetehara, pode se afirmar como alternativa emergente à política indigenista tutelar do estado. Se partirmos do pressuposto de que o conceito de etnodesenvolvimento tem como principal pilar a autonomia sustentada dos povos indígenas, acredita-se aqui que, para que esta se concretize, são necessários primordialmente dois tipos de ações: o primeiro consiste nas formas de organização das populações indígenas, as quais expressam precisamente a colocação em prática da autonomia; o segundo tipo de ação são as políticas públicas que auxiliem na promoção do etnodesenvolvimento, calcadas em ações como:

1. Segurança alimentar e a geração de renda através de atividades agroecológicas voltadas para piscicultura, apicultura, avicultura, e artesanato entre outras;
2. Gestão dos recursos naturais, exemplificados em ações manejo de florestal não madeireiro (frutas, essências florestais), recuperação de áreas alteradas com implantação de Sistemas Agroflorestais (SAF's), manejo de plantas medicinais, formação de agentes ambientais;
3. Formação política de lideranças tradicionais e das associações indígenas para gestão atividades e dos recursos financeiros do Programa de Tenetehara e processos formais de cooperação entre as organizações indígenas e as instituições e as populações que vivem em torno da terra indígena, bem como, controle social extra e intra aldeias.

Estes eixos servem apenas de referencial na definição do “mix” das práticas de desenvolvimento a ser definido para cada aldeia Tembé de acordo com sua realidade sócio-ambiental e cultural.

## **4. OBJETIVOS**

### **4.1 OBJETIVO GERAL**

Proporcionar aos índios Tembé da Terra indígena Alto rio Guamá, a garantia da segurança alimentar, a ampliação das atividades de ocupação e a geração de renda, a partir das iniciativas da implantação de projetos da produção agroecológica e de outros de interesse do Povo tembé

### **4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- ❖ Planejar e discutir com as comunidades envolvidas, através de seminários em 06 Pólos (aldeias Canindé, Tekohaw, Cajueiro – Rio Gurupi e Aldeias Frasqueira, São Pedro e Sede – Rio Guamá) planejando ações a serem executadas e as estratégias utilizadas para a sustentabilidade dos projetos familiares;
- ❖ Capacitar os produtores indígenas com cursos de qualificação técnica e de organização social, possibilitando a gestão dos projetos e o fortalecimento das organizações sociais;
- ❖ Implantar projetos de iniciativas agroecológicas, garantindo a segurança alimentar, ampliando o nível de ocupação e o aumento da renda as famílias envolvidas;

- ❖ Implantar os serviços sócio-ambientais;
- ❖ Formar agentes locais de desenvolvimento com o papel de articular ações voltadas para consolidar os projetos implantados;

#### **4.3 METAS**

1. Seminários de Planejamento Estratégico do Projeto com Aplicação do DRP (Diagnóstico Participativo);
2. Construção da Infra-Estrutura do Projeto (transporte, alojamento, entre outros);
3. Capacitação de indígenas produtores(as), nas áreas
  - Criação e Manejo de Animais de Pequeno Porte (avicultura);
  - Criação e Manejo de Animais de Médio;
  - Manejo da Piscicultura;
  - Manejo Florestal não Madeireiro;
  - Recuperação de Áreas Degradadas;
  - Culturas Alimentares
  - Horticultura Familiar;
  - Apicultura Familiar;
  - Associativismo/Cooperativismo e Organização Tradicional;
  - Gestão da Produção familiar;
4. Implantação de Projetos de Produção Agroecológica;
  - Culturas Alimentares Agrícolas (roças, pomares)
  - Recuperação de Áreas Degradadas;
  - Criação de Animais de Pequeno Porte (ênfase na avicultura);
  - Ampliação e Fortalecimento da Produção Apícola;
  - Manejo de Animais de Médio e Grande Porte (suínos e bovinos)
  - Processamento de Produtos de Origem Vegetal;
  - Implantação e Manejo da Piscicultura;
  - Processamento de Produtos de Origem Vegetal;
  - Manejo Florestal não Madeireiro (açai, andiroba, copaíba, outras frutas)
5. Formação de 30 Agentes de Desenvolvimento Local;
6. Realização de 00 de Assistência Técnica aos Projetos Implantados;
7. Fortalecimento da Organização Indígena para Gestão Ambiental. Territorial e das Organizações Sociais;
8. Implantação dos Serviços-Sócios Ambientais;

9. Monitoramento, Avaliação e Controle Social;

## **5 - METODOLOGIA**

A metodologia a ser empregada nas ações terá o cunho participativo, lançando mão de técnicas vivenciais, procurando relacionar teoria e prática e permitindo a harmonia entre os envolvidos, independentes de gênero, primando pela sustentabilidade sócio-cultural das aldeias envolvidas no projeto.

Para a realização das metas previstas no projeto, indicamos a divisão das ações em etapas para que possamos alcançar o resultado esperado. Sendo assim teremos as seguintes etapas:

- 1ª Etapa:** Realização de Seminários de Planejamento Estratégico do Projeto;
- 2ª Etapa:** Construção da Infra-Estrutura da Logística do Projeto (transporte, alojamento, entre outros);
- 3ª Etapa:** Qualificação de Indígenas Produtores;
- 4ª Etapa:** Implantação de Projetos de Produção Agroecológica (Gestão sócio-ambiental e econômica);
- 5ª Etapa:** Execução de Assistência Técnica;
- 6ª Etapa:** Fortalecimento da Organização Indígena para Gestão Ambiental. e das Organizações Sociais (associações indígenas);
- 7ª Etapa:** Implantação dos Serviços Sócio-Ambientais;
- 8ª Etapa:** Monitoramento, Avaliação e Controle Social;

### **5.1 DETALHAMENTO DAS ETAPAS**

#### **1ª Etapa – Execução de Seminários de Planejamento Estratégico do Projeto:**

Realizar seminários para socializar as informações dos levantamentos de dados realizados nas comunidades e fazer o planejamento das ações.

#### **2ª Etapa: Construção da Infra-Estrutura do Projeto (transporte, alojamento, entre outros)**

1. Aquisição de Viaturas (caminhões  $\frac{3}{4}$  /voadeiras);
2. Equipagens das casas de farinhas/aviários/piscicultura/suínos;

#### **3ª Etapa – Qualificação de 250 Produtores Indígenas em cursos com os seguintes módulos:**

1. Criação e Manejo de Animais de Pequeno (avicultura)
2. Criação e manejo de Animais de Médio;
3. Manejo da Piscicultura;
4. Manejo Florestal não Madeireiro;
5. Recuperação de Áreas Degradadas;
6. Culturas Alimentares
7. Horticultura Familiar;
8. Apicultura Familiar;
9. Associativismo/Cooperativismo e Organização Tradicional;
10. Gestão da Produção familiar;

**4ª Etapa – Implantação de 250 Projetos Familiares de Produção Agroecológica:  
(especificadas nas planilhas orçamentárias)**

Nesta etapa, serão implantados 250 Projetos de Produção Agroecológica (Gestão sócio-ambiental e econômica), objetivando garantir a segurança alimentar e a geração de ocupação e fontes de rendas diversas as famílias envolvidas.

- 1. Culturas Alimentares Agrícolas (roças, pomares)**
  - Aquisição de insumos (sementes, ferramentas e outros)
  - Assistência Técnica (\*)
- 2. Recuperação de Áreas Degradadas;**
  - Aquisição de insumos (sementes, sacos de mudas, ferramentas e outros)
  - Assistência Técnica (\*)
- 3. Criação de Animais de Pequeno Porte (ênfase na avicultura);**
  - Implantação Aviários;
  - Aquisição de insumos (pinto, ração e outros)
  - Assistência Técnica; (\*)
- 4. Ampliação e Fortalecimento da Produção Apícola;**
  - Implantação das colméias;
  - Aquisição de insumos (cera, macacão e outros);
  
  - Aquisição equipamento de extração e semi-processamento de mel e cera;
  - Assistência Técnica (\*)

- 5. Manutenção dos Projetos de Manejo de Animais de Médios (suínos) e Grande Porte (bovinos)**
  - Revitalização dos Piquetes/Pastos (Insumos: arames, grampos, Mourões sementes e capim);
  - Cobertura vacinal e sanitária;
  - Assistência Técnica (zootecnia/outras); (\*)
- 6. Processamento de Produtos de Origem Vegetal;**
  - Revitalização das Unidades de processamentos;
  - Aquisição de equipamentos para as unidades;
  - Assistência Técnica
- 7. Implantação e manejo da Piscicultura;**
  - Implantação dos tanques redes;
  - Aquisição de insumos (alevinos, ração e outros)
  - Aquisição de equipamentos
  - Assistência técnica
- 8. Processamento de produtos de Origem Animal;**
  - Construção de um entreposto do mel e uma Casa do mel; (\*)
  - Aquisição dos equipamentos para o beneficiamento do mel; (\*)
  - Aquisição dos materiais de EPI os integrantes das unidades;
  - Assistência Técnica (\*)
- 9. Manejo Florestal não Madeireiro (açai, andiroba, copaíba, outras frutas)**
  - Georreferenciamento das áreas manejadas;
  - Piqueteamento das áreas selecionadas;
  - Aquisição equipamento de EPI para coletar dados de campo;
  - Aquisição de equipamentos agrícolas; (terçado, martelo, chapinhas, etc)

### **5ª Etapa – Assistência Técnica**

Esta etapa consistirá em desenvolvimento de assessoria técnica e acompanhamento de atividades relativas à produção, criação e comercialização da produção, aplicando na prática o conteúdo aprendido nos cursos de qualificação, bem como, o acompanhamento do processo de organização social das associações e comunidades, garantindo a sustentabilidade social do projeto. Também será realizada

nesta etapa a elaboração de projetos técnicos para dimensionar o tamanho do empreendimento, os custos e o modelo da tecnologia a ser adotada.

- Formação de Agentes de Desenvolvimento Local (\*)

**6ª Etapa: Fortalecimento da Organização Indígena para Gestão Ambiental. Territorial e das Organizações Sociais;**

- Formação de Recursos Humanos Indígena em Rotinas Administrativas
- Formação Política das Lideranças Indígenas (\*)

**7ª Etapa: Implantação dos Serviços Sócio-Ambientais;**

- Bolsa Floresta
- Formação de Agentes Ambientais

**8ª Etapa: Monitoramento e Avaliação e Controle Social**

- Formação do Conselho Gestor do projeto;
- Construção do acervo fotográfico e entrevistas no projeto;
- Reuniões bimestrais nos pólos;

**(\*) - Atividades Custeadas pelo Programa Territórios da Cidadania (SAGRI / MDA – PREFEITURA DE PARAGOMINAS / MDA)**  
**- Projeto de Assistência Técnica e Extensão Rural (INSTITUTO VITÓRIA RÉGIA / MDA)**

## 6. OPERACIONALIZAÇÃO DAS ETAPAS/METAS/ATIVIDADES

Etapas	Metas	Atividades	Meio de Verificação das Atividades
<b>1. Realização de Seminários de Planejamento Estratégico do Projeto (DRP)</b>	Apresentação e discussão	Articulação da infra-estrutura	Relatórios, Emails, Ofícios
	Planejamento das atividades	Mobilização dos atores sociais e institucionais	Relatórios, Emails, Ofícios
		Realização do Seminário	Relat. do Eventos
<b>2. Construção da Infra-Estrutura de Logística do Projeto</b>	Implantação do sistema de transporte da equipe, dos insumos e produção dos produtores indígenas	Aquisição de veículos	Prestação de Contas, notas fiscais, relatórios
	Adequar a infra-estrutura de alojamento para a equipe técnica	Reforma dos alojamentos da equipe	
	Operar condições ideais para realização da assistência técnica	Aquisição de equipamentos de apoio	
		Aquisição de insumos	
<b>3. Qualificação de 250 Produtores Indígenas</b>	Aplicação de cursos:	Elaboração de Material Didático	Projeto das Cartilhas Cartilhas Atas de reuniões, relatórios atividades Relatórios, Emails, Ofícios Relatórios, Emails, Ofícios Relatórios de Atividades, cadastro de produtores;
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação e Manejo de Animais de Pequeno (aves)</li> <li>• Criação e manejo de Animais de Médio;</li> <li>• Manejo da Piscicultura;</li> <li>• Manejo Florestal;</li> <li>• Manejo de Açaizais;</li> <li>• Recuperação de Áreas Degradadas;</li> <li>• Horticultura Familiar;</li> <li>• Apicultura Familiar;</li> <li>• Manejo de Plantas Medicinais;</li> <li>• Associativismo/Cooperativismo e Organização Tradicional;</li> <li>• Gestão da Produção familiar;</li> </ul>	Confecção de Material Didático	
		Nivelamento da equipe de instrutores	
		Agendamento dos cursos	
		Mobilização dos produtores	
		Realização do curso	

Etapas	Metas	Atividades	Meio de Verificação das Atividades
<b>4, Implantação de 250 Projetos de Produção Agroecológica e</b>	Aquisição e distribuição de insumos	Elaboração do plano de logística da distribuição dos insumos	Plano de logística
		Articulação para agendamento, mobilização dos Produtores para entrega dos insumos	Relatórios, emails, ofícios
		Entrega dos insumos	Relat. de atividades
<b>5. Execução da Assistência Técnica</b>	Acompanhar a implantação dos projetos	Visita as aldeias com orientações técnica aos indígenas	Relatórios e ficha de visita Projeto das Cartilhas Cartilhas Atas de reuniões, relatórios atividades Relatórios, Emails, Ofícios
	Supervisionar as atividades dos projetos implantados	Visita as aldeias com orientações técnicas aos indígenas	
	Executar as capacitações na metodologia DM, com orientação técnica nas atividades implantadas	Visita as aldeias com orientações técnica aos indígenas	
	Acompanhamento as organizações sociais	Reuniões com lideranças tradicionais e diretores da as associações indígenas.,	
	Formação de Agentes de desenvolvimento local	Elaboração de Material Didático	
		Confecção de Material Didático	
		Nivelamento da equipe de instrutores	
Agendamento dos cursos			
Mobilização dos produtores			
Realização do curso			
<b>6. Fortalecimento da Organização Indígena para Gestão Ambiental, Territorial e das Organizações Sociais</b>	Recursos Humanos Indígena em ssociações Indígenas	Elaboração de Material Didático	Relatórios e ficha de visita Projeto das Cartilhas Cartilhas Atas de reuniões, relatórios atividades Relatórios, Emails, Ofícios
	Formação Política das Lideranças Indígenas		
		Nivelamento da equipe de instrutores	
		Agendamento dos cursos	
		Mobilização dos produtores	
		Realização do curso	

Etapas	Metas	Atividades	Meio de Verificação das Atividades
<b>7ª Etapa: Implantação dos Serviços Sócio-Ambientais;</b>	Pagamento de Bolsa Floresta	Cadastramento das famílias	Fichas cadastrais, relatório financeiro
	Formação de Agentes Ambientais	Elaboração de Material Didático	Relatórios e ficha de visita
		Confecção de Material Didático	Projeto das Cartilhas
		Nivelamento da equipe de instrutores	Cartilhas
		Agendamento dos cursos	Atas de reuniões, relatórios
Mobilização dos produtores	atividades		
Realização do curso	Relatórios		
<b>8. Monitoramento Avaliação das Atividades e Controle Social</b>	Construir o conselho gestor por pólos de aldeias	Reuniões com lideranças tradicionais e diretores da as associações indígenas., para avaliação das atividades e efetivação do controle social	Relat. de Atividades
	Construção do acervo fotográfico e entrevistas no projeto;	Reuniões com lideranças tradicionais e diretores da as associações indígenas., para avaliação das atividades e efetivação do controle social	Relat. de Atividades. e ficha de avaliação



## **2. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

1- DIAS, Claudionor. Construindo um Programa de Etnodesenvolvimento para populações Indígenas: o povo Tembé em busca de sua auto-sustentabilidade. Plano de Trabalho do Mestrado Profissional do PPGEDAN-NUMA-UFGPA, Belém, maio, 2008.

2 - MISTSCHEIN, Thomas Adalbert; FILHO, Francisco Potiguara Tomaz; – “Eco desenvolvimento, proteção da biodiversidade e mitigação do efeito estufa na Reserva Indígena do Alto Rio Guamá: O povo Tembé em busca de sua auto-sustentabilidade” – Proposta de Projeto Interinstitucional – UFGPA/MPF-PA/FUNAI-AERBEL/CIDS-GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ/BOLSA AMAZÔNIA), Belém, abril, 2008.

3 – PROJETO Povo Tembé: sustentabilidade na Terra Indígena do Alto Rio Guamá – Estado do Pará. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Belém, Outubro. 2007

## ANEXOS

ANEXO 4 – PROJETO DE APOIO AS ATIVIDADES PRODUTIVAS DO POVO  
TEMBÉ DA TERRA INDÍGENA ALTO RIO GUAMÁ



Curso de Apicultura – Foto: ATIVIDADES PROJETO MDA/INSTITUTO VITÓRIA  
RÉGIA/FUNAI/POEMA-UFPA – Agosto/2008.

# Projeto de Apoio as Atividades Produtivas do Povo Tembé da Terra Indígena Alto Rio Guamá

Instituição Proponente: BOLSA AMAZÔNIA



Belém - Junho/2010.

**Projeto Tembê: Projeto de Apoio as Atividades Produtivas do Povo Tembê da Terra Indígena Alto Rio Guamá**

**Identificação**

<b>Nome do projeto</b>	<b>Projeto de Apoio as Atividades Produtivas do Povo Tembê da Terra Indígena Alto Rio Guamá</b>
<b>Nome da Instituição Proponente</b>	Bolsa Amazônia
<b>Sigla (se houver):</b>	-
<b>Endereço:</b>	Rua Augusto Correa,01 Campus Universitário do Guamá,Setor Profissional casa do Poema -Belém - Pará
<b>Endereço postal (CEP):</b>	66075-900
<b>Responsável pela Instituição</b>	Claudionor Lima Dias
<b>Responsável técnico pelo projeto</b>	JOSÉ RENATO DUARTE DE BARROS
<b>Nº de telefone fixo:</b>	(91) 3201 7700 / 3201 8027
<b>Nº de telefone celular:</b>	091-9169-0525
<b>Nº de fax:</b>	
<b>Endereço eletrônico:</b>	contato@bolsamazonia.com.br
<b>Sítio Internet:</b>	www.bolsamazonia.com.br

Montante solicitado à Secretaria de Estado de Agricultura

<b>Custo total do Projeto</b>	<b>Montante solicitado à SAGRI</b>	<b>Contrapartida oferecida</b>
<b>R\$ 80.362,00</b>	<b>R\$ 73.040,00</b>	<b>R\$ 7.322,00</b>

Forma de Aporte da Contrapartida

<b>Contrapartida oferecida</b>	<b>Financeiro</b>	<b>Bens e Serviços Economicamente mensuráveis</b>
<b>R\$ 7.322, 00</b>	<b>0,00</b>	<b>R\$ 7.322,00</b>

## 2. Apresentação da instituição proponente;

- a. O objetivo de atuação da proponente deste projeto;

A iniciativa aqui apresentada é um componente estratégico para a realização de um **Projeto de Apoio as Atividades Produtivas do Povo Tembé da Terra Indígena Alto Rio Guamá**, que tem limites com os municípios de Santa Luzia do Pará, Nova Esperança do Piriá, Garrafão do Norte e Paragominas no Nordeste Paraense (Anexo 1 - mapa).

A presente proposta tem como objetivo principal garantir a segurança alimentar e a geração renda para a aquisição de produtos necessários a reprodução social, apoiando o fortalecimento das associações indígenas, levando-se em consideração a séria crise por que passam os indígenas.

O projeto aqui apresentado beneficiará cerca de 200 famílias indígenas, com implantação de tecnologias apropriadas, dialogando com os saberes tradicionais e adequados para a melhoria dos sistemas de produção e para a qualificação de indígenas aptos à execução de ações, que tem como premissa fundamental à garantia da sustentabilidade sócio-ambiental do Povo Tembé.

- b. O público-alvo da proponente;

- Famílias indígenas Tembé da Terra Indígena Alto Rio Guamá (Nordeste Paraense)

- c. Principais atividades;

- Capacitações, consultorias, projetos de intervenções na estratégia de utilizar instrumentos participativos em busca do etno desenvolvimento.

- d. Tempo de existência;

- 2 anos

## 3. Justificativa para realização do Projeto;

A Terra Indígena do Alto Rio Guamá, com 279.897 ha., teve sua regularização fundiária concluída na década de 80, porém a saga dos índios Tembé inicia entre as décadas de 20 e 30 do século passado, por ocasião da migração de nordestinos para a região do Nordeste Paraense e a conseqüente intensificação de conflitos fundiários.

Como paliativo, em 1945, os Tembé foram remanejados para a atual reserva, sofrendo, assim, a primeira perda de território (Mitschein, 2008).

Hoje, as aldeias estão localizadas em dois extremos da reserva; ao norte um agrupamento de 10 aldeias (Anexo 2), compreendidas entre a margem direita do rio Guamá e o Igarapé Cumaru; e ao sul, mais 11 aldeias (Anexo 2), entre a margem esquerda do rio Gurupi e os rios Coraci-Paraná e Uraim. Ao centro da reserva, entre os rios Piriá e Coraci-Paraná há um grande “vazio”, sem ocupação indígena, disputado por madeireiros, traficantes de drogas e não-índios agricultores (Mitschein, 2008).

A intrusão (invasões de não índios) e os desmatamentos crescentes vêm comprometendo a sobrevivência dos Tembé, pois interferem negativamente em seu universo cultural, geram conflitos entre instituições, agentes políticos locais, índios e agricultores e expropriam paulatinamente seu território.

Neste sentido, o **Projeto de Apoio as Atividades Produtivas do Povo Tembé da Terra Indígena Alto Rio Guamá**, pode se afirmar como alternativa as questões enfrentadas pelo Povo Tembé. calcadas em ações como: Segurança alimentar e a geração de renda através de atividades agroecológicas voltadas para piscicultura, apicultura, avicultura, e artesanato entre outras; e a Gestão dos recursos naturais, exemplificados em ações manejo de florestal não madeireiro (frutas, essências florestais) e a recuperação de áreas alteradas com implantação de Sistemas Agroflorestais (SAF's);

#### 4. Objetivos

##### a. Objetivo geral

Proporcionar aos índios Tembé da Terra indígena Alto rio Guamá, a garantia da segurança alimentar, a ampliação das atividades de ocupação e a geração de renda, a partir das iniciativas da implantação de projetos da produção agroecológica e de outros de interesse do Povo Tembé.

##### b. Objetivo específico

- Capacitar os produtores indígenas com cursos de qualificação técnica e de organização social, possibilitando a gestão dos projetos e o fortalecimento das organizações sociais;

- Implantar projetos de iniciativas agro ecológicas, garantindo a segurança alimentar, ampliando o nível de ocupação e o aumento da renda as famílias envolvidas;
- Formar agentes locais de desenvolvimento com o papel de articular ações voltadas para consolidar os projetos implantados;

## 5. Metas e resultados esperados

### Meta 01 – Capacitar 200 famílias Tembé

Resultado esperado – 200 famílias capacitadas para condução das atividades pós-intervenção do projeto. Com a execução de 08 treinamentos de 40 horas cada, sendo que 16 serão destinadas à teoria e 24 horas em metodologia de DMs – Demonstrações de métodos.

### Meta 02 – Implantação de 250 Projetos Integrados de Produção Agro ecológica;

Resultado esperado – Estimular as famílias indígenas a produzirem de maneira integrada envolvendo a criação de pequenos animais, incluindo ovinocultura, apicultura e avicultura. Aliadas a atividades de cunho agroextrativistas; com provimento de infra-estruturas e orientações básicas para condução do empreendimento, buscando a segurança alimentar, a geração de renda as famílias envolvidas e fortalecimento do processo de organização social dos Tembés.

- **Culturas Alimentares Agrícolas (roças, pomares)**
- **Recuperação de 250 hectares de Áreas Degradadas;**  
Instalar 02 viveiros rústicos, para produção de 20.000 mudas cada um.
- **Criação de Animais de Pequeno Porte (avicultura);**  
Instalação de 01 aviário rústico (com bebedouro e comedouro), para 100 famílias, com 09 fêmeas e 01 macho e ração até 40 dias.
- **Ampliação e Fortalecimento da Produção Apícola;**  
Assessoramento técnico para 100 famílias Tembés apicultoras.
- **Manejo de Animais de Médio e Grande Porte (ovinocultura).**

Aquisição de plantel selecionado (12 cabeças, sendo 01 macho e 11 fêmeas).

**Meta 03 – Realização de 9 meses de Assistência Técnica aos Projetos Implantados;**

Resultado esperado – 200 famílias Tembé atendidas através de acompanhamento técnico, através de métodos participativos na implantação e consolidação dos projetos agroextrativistas.

**Meta 04 – Monitoramento, Avaliação e Controle Social;**

Resultado esperado – Sistematização dos indicadores acompanhados integralmente pelos atores locais..

## **6. Metodologia**

**META 1 – Capacitar 200 famílias Tembé (Qualificação de 200 Produtores Indígenas em cursos com os seguintes módulos)**

**ETAPAS**

- 1.1 - Criação e Manejo de Animais de Pequeno (avicultura); (04 cursos)
- 1.2 - Criação e manejo de Animais de Médio - ovinos (02 cursos);
- 1.3 - Associativismo/Cooperativismo e Organização Tradicional (02 cursos);

**META 2 – Implantação de 250 Projetos Integrados de Produção Agro ecológica;**

Nesta etapa, serão implantados 250 Projetos de Produção Agro ecológica (Gestão sócio-ambiental e econômica), objetivando garantir a segurança alimentar e a geração de ocupação e fontes de rendas diversas as famílias envolvidas.

**ETAPAS**

- 2.1 - Elaboração do plano de logística da distribuição dos insumos;
- 2.2 – Execução das atividades;

**Atividades da meta 2**

- **Culturas Alimentares Agrícolas (roças, pomares)**
- Aquisição de insumos (Combustível, implementos e sacos de mudas)
- **Recuperação de Áreas Degradadas;**

- Aquisição de insumos (Combustível e sacos de mudas)
- Instalação de 02 viveiros para produção de 10.000 mudas
- **Criação de Animais de Pequeno Porte (ênfase na avicultura);**
- Implantação 100 aviários rústicos;
- Aquisição de insumos (1000 pintos e 1000 quilos de ração)
- **Ampliação e Fortalecimento da Produção Apícola;**
- Monitoramento Técnico (\*)
- **Manejo de Animais de Médio e Grande Porte (ovinocultura).**

Aquisição de plantel selecionado para melhoria da produtividade local, sendo 25 cabeças.

### **META 3 – Realização de 9 meses de monitoramento aos Projetos Implantados;**

Esta etapa consistirá em desenvolvimento de assessoria técnica e acompanhamento de atividades relativas à produção, criação e comercialização da produção, aplicando na prática o conteúdo aprendido nos cursos de qualificação, bem como, o acompanhamento do processo de organização social das associações e comunidades, garantindo a sustentabilidade social do projeto. Também será realizada nesta etapa a elaboração de projetos técnicos para dimensionar o tamanho do empreendimento, os custos e o modelo da tecnologia a ser adotada.

#### **ETAPAS**

3.1 - Visitas as aldeias com orientações técnica aos indígenas

### **META 4 – Monitoramento, Avaliação e Controle Social;**

#### **ETAPAS**

4.1 - Formação do Conselho Gestor do projeto;

4.2 - Construção do acervo fotográfico e entrevistas no projeto;

4.3 - Reuniões bimestrais nos pólos;

#### **Metodologia**

A metodologia a ser empregada nas ações terá o cunho participativo, lançando mão de técnicas vivenciais, procurando relacionar teoria e prática e permitindo a harmonia entre os envolvidos, independentes de gênero, primando pela sustentabilidade sócio-cultural das aldeias envolvidas no projeto.

Para a realização das metas previstas no projeto, indicamos a divisão das ações em etapas para que possamos alcançar o resultado esperado.

#### 7. Duração do Projeto

1 ano

#### 8. Impacto a curto e médio prazo

- Melhoria na segurança alimentar aos Tembés;
- Melhoria de qualidade de vida para as famílias **indígenas** envolvidos;
- Geração de renda local;
- Gestão Ambiental.

#### 9. Sustentabilidade do projeto.

A proposta trabalha nos três espaços produtivos buscando equilibrar as relações entre o homem e o meio ambiente.

#### 10. Estratégias de divulgação do Projeto.

Reuniões com parceiros e famílias e folders.

#### 11. Papel das instituições parceiras do Projeto.

#### 12. Detalhamento dos custos.

### Meta 1 - Capacitar 200 famílias Tembé (Qualificação de 200 Produtores Indígenas em cursos com os seguintes módulos)

Especificações	Und	Quant	Valor Unit.	CONCEDENTE	PROPONENTE	Valor Total (R\$)
<b>Capacitação em Criação de pequenos animais (avicultura)</b>						
Elaboração e adaptação de cartilhas para cursos	Unid	08	R\$ 500,00		R\$ 4.000,00	R\$ 4.000,00
Alimentação para capacitações	Kit	04	R\$ 400,00	R\$ 1.600,00		R\$ 1.600,00
Instrutoria	Horas/ Téc	160	R\$ 30,00	R\$ 4.800,00		R\$ 4.800,00
Tonner para impressora a laser colorido	Unid	02	R\$ 150,00		R\$ 300,00	R\$ 300,00

Caixa de caneta	Caixa	03	R\$ 42,00		R\$ 126,00	R\$ 126,00
Caixa de pincel atômico	Caixa	04	R\$ 30,00		R\$ 120,00	R\$ 120,00
Cartolinas	Unid	80	R\$ 0,5		R\$ 40,00	R\$ 40,00
Caixa de Papel A4 (para material didático e administrativo)	Caixa	02	R\$ 170,00		R\$ 340,00	R\$ 340,00
Kits didáticos	Kit	04	R\$ 275,00	R\$1.100,00		R\$1.100,00
<b>Capacitação em Criação de médio animais (ovinocultura)</b> Alimentação para capacitações	Kit	02	R\$ 400,00	R\$ 800,00		R\$ 800,00
Instrutoria	Horas/ Téc	80	R\$ 30,00	R\$ 2.400,00		R\$ 2.400,00
Tonner para impressora a laser colorido	Unid	01	R\$ 150,00		R\$ 150,00	R\$ 150,00
Caixa de caneta	Caixa	02	R\$ 42,00		R\$ 84,00	R\$ 84,00
Caixa de pincel atômico	Caixa	01	R\$ 30,00		R\$ 30,00	R\$ 30,00
Cartolinas	Unid	28	R\$ 0,50		R\$ 14,00	R\$ 14,00
Caixa de Papel A4 (para material didático e administrativo)	Caixa	01	R\$ 170,00		R\$ 170,00	R\$ 170,00
Kits didáticos	Kit	02	R\$ 275,00	R\$ 550,00		R\$ 550,00
<b>Capacitação em Associativismo/Cooperativismo e Organização Tradicional</b> Alimentação para capacitações	Kit	02	R\$ 400,00	R\$ 800,00		R\$ 800,00
Instrutoria	Horas/ Téc	80	R\$ 30,00	R\$ 2.400,00		R\$ 2.400,00
Tonner para impressora a laser colorido	Unid	01	R\$ 150,00		R\$ 150,00	R\$ 150,00
Caixa de caneta	Caixa	02	R\$ 42,00		R\$ 84,00	R\$ 84,00
Caixa de pincel atômico	Caixa	01	R\$ 30,00		R\$ 30,00	R\$ 30,00
Cartolinas	Unid	28	R\$ 0,50		R\$ 14,00	R\$ 14,00
Caixa de Papel A4 (para material didático e administrativo)	Caixa	01	R\$ 170,00		R\$ 170,00	R\$ 170,00
Kits didáticos	Kit	02	R\$ 275,00	R\$ 550,00		R\$ 550,00
<b>VALOR TOTAL DA META 01</b>				<b>R\$ 15.000,00</b>	<b>R\$ 5.822,00</b>	<b>R\$ 20.822,00</b>

**META 2 – Implantação de 250 Projetos Integrados de Produção Agro ecológica;**

Especificações	Unid.	Quant.	Valor Unit	CONCEDENTE	PROPONENTE	Valor Total (R\$)
<b>Elaboração do plano de logística da distribuição dos insumos;</b> Execução das atividades; Adequação de 02 viveiros rústicos de mudas c. Suporte p. 40.000 mudas (ver detalhamento em anexo);	Unid	02	R\$ 10.000,00	R\$ 20.000,00		R\$ 20.000,00
Instalação de 100 aviários rústicos	Unid	100	R\$ 100,00	R\$ 10.000,00		R\$ 10.000,00
Aquisição de animais (aquisição de ovinos e pintos)						
Pintos	Unid	1.000	R\$ 2,50	R\$ 2.500,00		R\$ 2.500,00
Ovinos	Unid	12	R\$ 100,00	R\$ 1.200,00		R\$ 1.200,00
Implementos Agrícolas						
Terçado	Unid.	100	R\$ 12,00	R\$ 1.200,00		R\$ 1.200,00
Enxada	Unid.	100	R\$ 8,00	R\$ 800,00		R\$ 800,00
Machado	Unid.	50	R\$ 10,00	R\$ 2.000,00		R\$ 2.000,00
40 milheiros de sacos de polietileno p. Mudanças 28 cm x 32 cm	Mil	40	R\$ 25,00	R\$ 1.000,00		R\$ 1.000,00
Combustível	Litros	625	R\$ 3,20	R\$ 2.000,00		R\$ 2.000,00
Gasolina	Litros	1.000	R\$ 2,50	R\$ 2.500,00		R\$ 2.500,00
Diesel						
Ração	Quilos	1000	R\$ 2,50	R\$ 2.500,00		R\$ 2.500,00
<b>VALOR TOTAL DA META 02</b>				<b>R\$ 45.700,00</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ 45.700,00</b>

**META 3 – Realização de 9 meses de monitoramento aos Projetos Implantados;**

Especificações	Unid.	Quant.	Valor Unitário	CONCEDENTE	PROPONENTE	Valor Total (R\$)
<b>Visitas as aldeias com orientações técnica aos indígenas</b>						
Diárias	Diárias	90	R\$ 80,00	R\$ 7.200,00		R\$ 7.200,00
Pessoal	Mensal	09	R\$ 500,00	R\$ 4.500,00		R\$ 4.500,00
<b>VALOR TOTAL DA META 03</b>				<b>R\$11.700,00</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ 11.700,00</b>

**META 4 – Monitoramento, Avaliação e Controle Social;**

<b>Especificações</b>	<b>Unid.</b>	<b>Quant.</b>	<b>Valor Unitário</b>	<b>CONCEDENTE</b>	<b>PROPONENTE</b>	<b>Valor Total (R\$)</b>
<b>Formação do Conselho Gestor do projeto;</b> Diárias	Diárias	05	R\$ 80,00	R\$ 400,00		R\$ 400,00
<b>Construção do acervo fotográfico e entrevistas no projeto;</b> Caixa de papel A4	Unid	10	R\$ 150,00		R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00
<b>Reuniões bimestrais nos pólos;</b> Diárias	Diárias	03	R\$ 80,00	R\$ 240,00		R\$ 240,00
<b>VALOR TOTAL DA META 04</b>				<b>R\$ 640,00</b>	<b>R\$ 1.500,00</b>	<b>R\$ 2.140,00</b>

**CONCEDENTE PROPONENTE TOTAL GERAL**

<b>R\$ 73.040,00</b>	<b>R\$ 7.322,00</b>	<b>R\$ 80.362,00</b>
----------------------	---------------------	----------------------

**10.1. Eventos**

Os folders servirão para divulgação das capacitações de DM's na área coletiva

**10.2. Obras (construção/reforma)**

Apresentar plantas em caso de obras.

## 6. OPERACIONALIZAÇÃO DAS ETAPAS/METAS/ATIVIDADES

Metas	Etapas	Meio de Verificação das Atividades
<b>META 1 – Capacitar 200 famílias Tembé (Qualificação de 200 Produtores Indígenas em cursos com os seguintes módulos)</b>	1.1 - Criação e Manejo de Animais de Pequeno (avicultura); (04 cursos) 1.2 - Criação e manejo de Animais de Médio - ovinos (02 cursos); 1.3 - Associativismo/Cooperativismo e -Organização Tradicional (02 cursos);	-Relat. de atividades; -Lista de presença.
<b>META 2 – Implantação de 250 Projetos Integrados de Produção Agroecológica;</b>	2.1 - Elaboração do plano de logística da distribuição dos insumos;	Plano de logística
	2.2 - Articulação para agendamento, mobilização dos Produtores para entrega dos insumos;	Relatórios, emails, ofícios
	2.3 - Entrega dos insumos	Relat. de atividades
<b>META 3 – Realização de 9 meses de Assistência Técnica aos Projetos Implantados;</b>	3.1 - Visita as aldeias com orientações técnica aos indígenas	Relatórios e ficha de visita Projeto das Cartilhas Cartilhas Atas de reuniões, relatórios atividades Relatórios, Emails, Ofícios
<b>4 - 01 Monitoramento e 01 Avaliação e Controle Social</b>	4.1 - Formação do Conselho Gestor do projeto; 4.2 - Construção do acervo fotográfico e entrevistas no projeto; 4.3 - Reuniões bimestrais nos pólos;	Atas de reuniões, relatórios atividades